Rainer Daehnhardt

HOMENS ESPADAS E TOMATES

Publicações Quipu

Não houve outra nação a par da portuguesa que, com tão poucos homens, tivesse escrito páginas tão significativas na evolução da humanidade. Cheia de actos individuais de bravura e heroísmo, demonstrados em situações que desafiam a lógica, surgiram as perguntas de como foi possível e com que armas é que se confrontaram tão escassos números de portugueses contra exércitos, em geral, substancialmente superiores! Esta obra, não só narra uma série de casos extraordinários, como dá acesso ao conhecimento das armas de ambos os lados das contendas. No estudo comparativo do respectivo armamento surgem explicações que nos esclarecem sobre as razões pelas quais certos riscos foram assumidos. No entanto, não se pode simplificar a questão, pensando que a superioridade das armas explica tudo. Sendo verdade, em alguns casos, noutros não o é, ficando a razão principal na qualidade dos homens, na sua fé, coragem e convicção na defesa da sua existência, enfim, da sua identidade portuguesa, então plenamente assumida.

O autor é descendente de uma família de diplomatas e militares alemães radicados em Portugal há dois séculos. Tendo estudado na Alemanha e em Portugal, especializou-se numa temática invulgar: "o estudo da evolução do Homem através da arma e sua utilização". Eleito Presidente da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas — Portuguese Academy of Antique Arms, cargo homologado pelo Governo em 1972, mantém-se nessas funções, representando Portugal em congressos internacionais e dando conferências em muitas instituições europeias e americanas. É autor de dezenas de livros e centenas de artigos, na sua maioria ligados à armaria antiga, à História de Portugal ou à preocupação com a evolução da Humanidade. Os seus vastos conhecimentos devem-se não só ao grande número de documentos e obras de arte adquiridos mas, sobretudo, à sua incansável busca do saber, que o faz percorrer o mundo à procura de respostas, comparando as mais diversas fontes.

HOMENS, ESPADAS E TOMATES

NOTA DO EDITOR

Esta obra foi editada pela primeira vez pelas *Edições Nova Acrópole* em Maio de 1996.

Rainer Daehnhardt

HOMENS, ESPADAS E TOMATES

Publicações Quipu

Em face da generalizada submissão dos interesses portugueses às vontades de organizações internacionalistas e da crescente dificuldade de acesso ao ensino revelador da lusa identidade, resolvi escrever esta pequena achega, dedicando-a à JUVENTUDE PORTUGUESA, incluindo nela os meus filhos Alexandra, Mariana, Rainer, Catarina, Adriana e os que virão.

ÍNDICE

Fig. 1: Xilogravura de 1536 mostrando o uso da adaga de mão esquerda e da espada com dedo indicador colocado à frente da guarda. Col. R. D.

PREFÁCIO

Constata-se com apreensão que, sensivelmente de há 50 anos para cá, todas as virtudes tradicionais, que nos ensinaram a respeitar e cultivar, e ajudaram grandes povos a construir as suas nações, tais como o culto da tradição, a lealdade, a valentia, a nobreza de carácter e o patriotismo, têm sido sistematicamente atacadas, directa e indirectamente, pela maior parte dos meios de comunicação social, tais como a imprensa, televisão, cinema, teatro, e através da publicação de revistas e livros.

E até nos meios de expressão artística, onde se pretende lançar subrepticiamente a confusão sobre os princípios que têm norteado a ideia do belo, da verdade, do justo e do que é lógico, se têm pateticamente convencido massas acéfalas (as massas de manobra), que já não podem distinguir o que é lindo do que é horrível, o que está certo ou errado, o que é bem e o que é mal, entrando enfim numa completa anarquia de princípios e consequente inibição de tomada de posições.

Dentro da mesma linha de acção, o culto dos heróis que nos foi legado pela nossa civilização greco-latina, e que inspirou tantos dos nossos antepassados para as obras e sacrifícios com que se fez Portugal, tem estado a ser substituído pela simpatia do anti-herói, um novo homem, apático e falhado, até fisicamente repulsivo, revoltado pacificamente (mas sem sequer se indignar), contra tudo e contra todos, contra a sociedade e até com o próprio Deus, se Nele ainda pensar.

Incentiva-se o sucesso fácil e sem deveres, só com direitos e com o maior lucro imediato, tenha as consequências que tiver.

E este novo homem (com letra pequena), que Alexis Carrell já profetizava, despojado de sentido crítico e totalmente manejado pelos

media, pensa que é livre e não compreende que está cada vez mais dependente da rentabilidade que pode dar à empresa e vai-se convertendo mais e mais num autêntico escravo da sociedade de consumo, ou à mercê das conveniências políticas vigentes e arquejando debaixo dos pesados impostos que, em crescendo, impiedosamente o carregam.

A sedução e o cinismo imperam. A mentira impõe-se!

Assim, esta desgraçada incultura nascente tem dado já alguns frutos, e vai-se assistindo a um esquecimento geral e gradual da nossa História, com a finalidade de ocultar as características positivas que ajudaram os Portugueses a construir um dos mais fabulosos países, que já dura há cerca de nove séculos, e um império vastíssimo, cuja língua é ainda hoje a quarta a ser falada no mundo.

E então, estará tudo perdido? Penso que não!

O povo Português, através da sua milenária vida, tem mostrado possuir uma resistência extraordinária à destruição e uma enorme capacidade de recuperação.

Será talvez consequência das suas antigas culturas, que vêm já dos longínquos Celtas, Romanos, Visigodos, Mouros e outros, cuja amálgama produziu uma grande capacidade de convivência com todos os povos e o tal "engenho e arte" necessários à sua resistência.

Creio conhecer bem nossa sorte:

Cumpri o meu dever como oficial Português nos anos difíceis de Goa, Angola e Moçambique. Mergulhei por desporto nas águas do Oceano Índico, encontrando grandes canhões de ferro e bronze das naus que ali se afundaram em combates e temporais. Visitei as imponentes fortalezas levantadas pela nossa gente, desde o Brasil até Macau (pensa-se que são cerca de oitocentas espalhadas pelo mundo inteiro). Conheço a grande maioria dos locais mencionados neste livro e as armas então usadas, por cujo estudo sempre me interessei. Senti a nossa história! Senti também que fomos muito grandes!

Comandei soldados portugueses — o nosso povo —, em diversos continentes, e tive a honra de ensinar futuros oficiais na Academia Militar durante quase duas décadas. Pois bem, em todos sempre observei aquela generosidade, valentia, espírito de missão e mais um sem-número de extraordinárias qualidades, difíceis de enumerar, e que estou certo devem ter sido as que possuíam os seus avós, esses povos

¶ Ley que declara o comprimento que ham de ter as espadas. E a pena que auerá as pessoas q̄ doutra maneyra as trouuerem.

✠

Dom Joam per graça de deos. Rey de Portugal ⁊ dos Algarues daquem ⁊ dalé. Mar em Africa: senhor de Guine: ⁊ da conquista: nauegaçam ⁊ comercio de Ethiopia. Arabia Persia ⁊ da India. Faço saber aos que esta ley virem: que vendo eu ho muyto dano que se segue dos homēs acustumarem de pouco tempo pera ca trazer espadas muyto mays compridas do que antes se custumauam: querendo a ello prouer. Ey por bem ⁊ mando que pessoa alguũa de qualquer sorte: calidade ⁊ condiçam que seja nāo traga em meus reynos ⁊ senhorios espada mais comprida que de cinco palmos de vara: entrando nelles ho punho ⁊ a maçaã. E qualquer pessoa que for achada com espada de moor comprimento seja preso ⁊ perca a dita espada com quaesquer cabos que nella trouxer posto que sejam de ouro ou de prata pera quem lha coutar. E sendo piāo estara trinta dias na cadea: ⁊ pagara dous mil reaes: a metade pera quem ho accusar: ⁊ a outra metade pera os catiuos. E sendo escudeyro ⁊ dhi pera cima: pagara dez

Fig. 2 — A lei de D. João III sobre o comprimento das espadas, datada de 1539. Col. R. D.

valorosos e bem aceites (e ainda hoje, apesar de tudo, recordados com saudade e simpatia), pelas diversas raças dos muitos sítios onde estivemos.

Levámos a nossa civilização para outras paragens e recebêmo-la também com respeito e carinho. Tivemos, temos e certamente teremos uma maneira de ser própria, que nos torna universalmente bem aceites.

As doutrinas estrangeiradas, cuja orientação, de aspecto sócio-político, que nada têm (nem pretendem ter...) a ver connosco, rapidamente passam. E têm efectivamente passado, como se constata na presente realidade. Basta olhar para os últimos vinte anos com um mínimo de sentido crítico.

Mas as características positivas da nossa gente, naturais como são, têm muita força e não passam com facilidade — e muito menos com "slogans" —, pois já duram há mais de um milénio por serem basicamente de origem lusitana. As modas passam. A realidade fica.

A compilação destes contos históricos, de base absolutamente verídica, vai certamente despertar uma consciencialização de nós próprios, daquilo que somos e daquilo que valemos.

Os homens são, fundamentalmente, o seu passado, já que o presente é efémero e o seu futuro é uma incógnita.

Ignorar a sua história, isto é, a maneira de ser das gerações anteriores, é desconhecer-se a si próprio. E provavelmente é mesmo essa a finalidade que certas forças procuram atingir.

O autor deste livro, Rainer Daehnhardt, como grande amigo de Portugal que tem sido, e grande "português" que é, há longos anos que se bate, quase isoladamente, para dar a conhecer as qualidades dos lusitanos, tentando através de múltiplas diligências, como exposições, conferências, artigos em jornais, livros, etc., chamar de volta o orgulho e confiança para a nossa gente, que ele tanto admira. E por isso mesmo, surpreendentemente, em vez do natural reconhecimento, algumas vezes terá sido atacado, e até o foi já com perigo da própria vida. Tem sido preciso muita coragem, frontalidade, persistência, para não desanimar e continuar esta interessante cruzada em prol da dignidade da nossa história. Por estranho e paradoxal que seja, tal como aconteceu com Elaine Sanceau e com Boxer, é mais uma vez um historiador de origem estrangeira a divulgar, com tanto interesse, os nossos feitos históricos. Bem haja!

Fig. 3: Espada de navegador quinhentista de origem veneziana. Remontada. Col. R. D.

O autor teve a louvável preocupação de escrever num estilo simples e claro, por vezes até vernacular, com a finalidade de proporcionar uma fácil compreensão para o maior número de leitores (o que infelizmente nem sempre hoje acontece).

Estou convencido que esta leitura, feita certamente sem esforço, com agrado e reflexão, vai devolver salutarmente a muitos de nós mais um pouco de fundada esperança neste povo "que deu novos mundos ao mundo" e que ainda não acabou, nem vai com certeza ser fácil de destruir. A Natureza tem muita força, e tudo manda.

E assim queira Deus.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1996
Armando Canelhas
Arquitecto e Ten. Coronel do Exército Português

Fig. 4: Espada de "mão e meia", também chamada "bastarda", do 2º quartel do século XVI. De origem alemã, foi também utilizada pela soldadesca e nobreza portuguesa. Possui já dois anéis horizontais protectores da mão. O seu nome deve-se ao facto de tanto poder ser manejada com uma mão como com ambas. Col. R. D.

Fig. 5: Potes de especiarias dos séculos XV, XVI e XVII, com espadas europeias e orientais das mesmas épocas, simbolizando as batalhas euro-asiáticas pelo comércio das especiarias. Col. R. D.

INTRODUÇÃO

Um industrial meu amigo, tendo sido maltratado pela onda de ingenuidade revolucionária no período pós 25 de Abril de 1974, resolveu tentar conseguir estabelecer-se num dos principais países da Península Arábica. Preparou um extenso dossier, demonstrativo do que já havia feito e do que pretendia fazer. Acompanhado por dois membros da sua equipa, meteu-se no avião, esperançado em conseguir descobrir alguém que, eventualmente, se pudesse debruçar sobre o seu assunto. Hospedando-se num dos principais hotéis da capital (com despesas de estada que ultrapassam os mais caros hotéis europeus), falou com o gerente, pedindo-lhe uma indicação sobre a quem se deveria dirigir para expôr a sua proposta. O gerente do hotel riu-se, dizendo que era extremamente difícil ser recebido por alguém a nível governamental e que havia diversos hóspedes no seu hotel que já ali se encontravam há meses à espera de uma possibilidade para serem recebidos. Perante esta problemática, que se poderia tornar muito dispendiosa em tempo e dinheiro, resolveu o meu amigo escrever uma carta ao Ministro da Economia. Naquele país este posto não existe com esta denominação, de forma que a sua carta foi aberta, passando de mão em mão no Palácio Real. Achou-se curioso o "descaramento" de um estrangeiro, que inesperadamente chegou de longe e, sem aviso prévio, pede para falar pessoalmente com um membro da Casa Real! Um irmão do Rei mencionou a questão, dizendo que se tratava de uns portugueses. O Rei lembrou-se do que no seu país se contava sobre os portugueses, impressionado pelos vestígios seculares da destemida e atrevida acção de Afonso de Albuquerque, que de herói e louco de tudo tinha um pouco (como a nossa gente costuma dizer). O industrial, com

grande espanto do gerente do hotel, acabou por receber um convite do Palácio para ser recebido em audiência pelo próprio Monarca, devendo levar consigo os seus amigos. Dizia-se que o Rei tinha curiosidade em ver portugueses. Aprumaram-se e seguiram na data e hora pretendida para o Palácio, onde foram acolhidos com muitas honras. O Rei recebeu-os acompanhado por membros do Governo, em grande parte seus familiares. O início da conversa mostrou uma certa frieza da parte árabe e um grau de acanhamento, por desconhecimento desta situação, da parte portuguesa. A dada altura, o Rei, que não tinha mostrado o mínimo interesse pelo dossier, empurrando-o, sem o abrir, para um dos que o rodeavam, resolveu quebrar o gelo, dizendo que só os tinha mandado vir por ter curiosidade em ver portugueses. Em seguida, levantou-se, pedindo um sabre, com a sua bainha, a um dos guardas que flanqueavam a porta da sala. Entregou (mas não ofereceu), a espada com a sua bainha ao industrial, dizendo que queria ver um português com uma espada na mão. Este gesto, inesperado, quebrando toda a etiqueta de uma recepção palaciana, deixou o meu amigo "à vontade". Agarrando na arma com a mão esquerda, colocou a direita na pega da espada, desembainhando-a com grande rapidez. Ao mesmo tempo, colocou o pé esquerdo à frente, manuseando a bainha com a mão esquerda como se de um escudo se tratasse, e levantou a espada como se estivesse pronto para dar golpadas a quem precisasse! Em seguida, voltou a colocar a espada na sua bainha, devolvendo-a com um sorriso ao Rei. A cena não durou mais de três segundos, mas viu--se em muitos cortesões e membros do governo presentes, um segundo de puro arrepio e silêncio total. Um estrangeiro tinha puxado por uma arma frente ao seu Rei e podia mesmo tê-lo morto! O segundo a seguir foi de alívio e o próximo de risada geral! O Rei foi quem mais se riu, anulando assim a forte tensão que se havia criado. A sua curiosidade estava satisfeita e deu a reunião por terminada. Voltando ao hotel, o meu amigo contou ao gerente o que se tinha passado e este levou as mãos à cabeça! O simples desembainhar de uma arma branca em público é considerada uma grave ofensa. Desembainhar uma espada em frente do Rei seria por certo merecedor da pena de morte! Pelo roubo de uma carteira ainda hoje se aplica naquele reino a pena do decepar da mão! Mas o Rei não se sentiu ofendido e passado uma semana veio o despacho favorável ao dossier. Tudo isto se passou na

Fig. 7: Espada colonial portuguesa com guarda em latão vazado, com o feitio da cruz. Col. R. D.

6: Espada colonial portuguesa com as terminais das guardas redondas, afiadas e vazadas com o feitio da cruz. Col. R. D.

década dos anos setenta e demonstra que acções portuguesas do século XVI foram de tal forma marcantes, que há ainda no século XX quem delas se lembre! Ofereci um livro sobre Afonso de Albuquerque ao meu amigo para ele se integrar nesta questão e compreender o "porquê" desta recepção e deste profundo respeito por um adversário. Por sua vez, o Rei e sua comitiva também viram que de Portugal ainda hoje vem gente que, embora totalmente cercada, é capaz de desembainhar uma espada e de se colocar em posição de combate.

É um erro considerarmos a História como um passado que morreu, que já não interessa e que deve ser arquivado. A História é a mais viva das raízes da nossa existência, é a memória colectiva do que os nossos antepassados fizeram para nos oferecer a nossa maneira de ser e estar.

A História escrita por um povo é uma aglomeração de factos consumados, criados por milhões de vontades individuais que, conscientes disso ou não, agiram em conformidade.

Portugal teve um papel de relevo na evolução da humanidade, escrevendo a sua história, não só dentro do seu torrão natal, como também por todo o mundo.

A nossa identidade está ligada às acções dos nossos antepassados como os anéis de crescimento anual dentro do tronco de uma árvore!

Raras vezes damos conta disso, mas tanto as acções positivas como outras criticáveis, tornam-se mais ou menos compreensíveis por derivarem de comportamentos ancestrais. Tantas vezes me lembro disso mesmo quando vejo automobilistas entrarem, sem a mínima precaução, para dentro de um cruzamento, para depois se "desenrascarem" com seja qual for a situação que encontrarem! O saltar para o meio da moirama, sem plano, nem grandes probabilidades de sobrevivência, para "dar Santiago neles" até dizer chega e sair gloriosamente, com a cara mais serena do mundo, como se de um simples passeio se tivesse tratado, é uma atitude, no mínimo, insensata, mas é também um desafio ao heroísmo (tangente à loucura), que ainda hoje reconheço na nossa forma de conduzir.

O toureiro dos nossos dias, que esconde a espada por detrás da sua capa, enfrentando um adversário vinte vezes mais pesado, mas não menos ágil, faz-me lembrar o português seiscentista que enrolava a sua capa no braço esquerdo para enfrentar o adversário com capa e espada.

Um outro amigo meu, que foi forcado na sua juventude, disse-me o que sentia quando se colocava à cabeça do seu grupo, incitando o touro, pronto para se lançar sobre a enorme cabeça, evitando os cornos e agarrando-se ao tremendo pescoço do animal, contando que outros o viessem acudir. "Bem, a gente não pisava arena sem se preparar com uma pinga; e, já aí estando, não se podia deixar ficar mal a malta; incitava o animal, fazia o sinal da cruz e será O QUE DEUS QUISER". Não me admiro que só em Portugal se enfrente o touro sem arma de espécie alguma na mão! Não me admiro que muitos dos actuais forcados sejam descendentes de grandes navegadores e homens de guerra portugueses dos séculos passados!

A dada altura, comandou Afonso de Albuquerque seis naus nossas, com cerca de 400 homens a bordo. Após ter subjugado e, em parte, destruído diversos portos tributários ao Rei de Ormuz, fez o que ninguém julgou possível: entrou na baía de Ormuz, ficando cercado por 250 navios de guerra inimigos e juntando-se, em terra, um exército de 20.000 guerreiros, todos prontos para o aniquilar! Quando o Rei lhe mandou um emissário a bordo para questionar sobre os seus intentos, Afonso de Albuquerque enviou-lhe a seguinte mensagem: "RENDA-SE!!!".

Não há dúvida de que Albuquerque deve ser um dos antepassados espirituais destes rapazes que, ainda hoje, enfrentam o touro!

Quando, nos anos setenta, vi jovens açorianos desafiarem tudo e todos, deslocarem-se a Lisboa e içarem a bandeira azul e branca com o símbolo do açor protegendo as nove ilhas num mastro do aeroporto da Portela, no Castelo de S. Jorge e no monumento do Marquês de Pombal, vi também mais uns descendentes destes ilimitados portugueses quinhentistas!

Como se explica que uma caravela que leva ostensivamente a bandeira das quinas no seu mais alto mastro, entre na baía de Cádiz e, confrontada com a ordem do Almirante da esquadra do Rei de Espanha e Imperador da Alemanha para imediatamente a descer, responda abrindo fogo à inteira esquadra?! A "Invencível Armada" espanhola ficou significativamente danificada, ferindo-se até o próprio Almirante, e a pequena caravela lusa, após ter passado em combate por toda a fileira de navios de guerra espanhóis, acabou por sair do porto de Cádiz, escapando-se para Portugal. O Imperador Carlos V exigiu des-

Fig. 8: Como os monarcas estavam (a seu ver) acima da lei, não é para admirar que no inventário das armas de D. Pedro II, herdadas de seu pai, D. João IV, venha mencionado uma interessante "ESPADA QUE CRESCE". No meio dum grande lote de peças de armadura, proveniente dos leilões do antigo Arsenal de Lisboa (efectuados em 1834), onde foram parar muitas das armas e armaduras da Casa Real Portuguesa, encontrou-se esta rapier que, tudo indica, é a mencionada no referido inventário. Ela "cresce". Col. R. D.

Fig. 9: A mesma rapier em posição aumentada. Data por volta de 1640 e possui embutida a ouro a legenda: "VIVA EL REY DE PORTUGAEL". De espada de CINCO PALMOS (legal) passa, aumentada através de um rápido puxão, para espada de SETE PALMOS (ilegal, mas mais eficiente!). Col. R. D.

culpas formais ao seu primo o Rei de Portugal, mas não consta que este tenha castigado os atrevidos aventureiros de Viana do Castelo!

Não sou fanático do futebol, e nem sequer me lembro de alguma vez ter jogado à bola; porém, isto não anula o meu interesse em assistir a uma boa competição de qualquer tipo de desporto. Assim, lembro-me de um jogo que vi entre o Real Madrid e o Benfica, vencendo este último e, assim, conquistando a Taça dos Campeões Europeus (5 a 3, salvo erro). Quando vi a figura de Eusébio a correr aos zig-zags no meio dos adversários, sempre mais rápido e mais ágil do que eles, recordei uma corrida aos zig-zags efectuada por um português quinhentista durante o 2º cerco de Diu. Precisávamos de novas informações sobre as posições de algumas forças inimigas que nos tinham montado o cerco. Um voluntário ofereceu-se para se aproximar do inimigo durante a noite, servindo-se da escuridão como protecção. Assim dito, assim feito; contudo, no momento da partida deu-se conta que não tinha consigo o seu capacete e este, pelo sim, pelo não, convinha levar. Recebeu outro emprestado e seguiu caminho. Tendo-se aproximado do campo inimigo, conseguiu as informações desejadas e meteu-se no caminho de volta. Por azar surgiu a lua cheia e acabou por ser visto por duas sentinelas. Envolveu-se em luta feroz com as mesmas, acabando por conseguir voltar à fortaleza, ficando, porém, o capacete para trás. Entrando na fortaleza foi recebido como herói, mas o dono do capacete perguntou pelo que era seu. Entretanto, já era de dia mas, mesmo assim, o nosso homem resolveu voltar para o ir buscar pois só poderia estar perto do local onde se deu a luta. Assim, dezenas de milhares de inimigos viram uma corda a ser lançada das ameias e um soldado a descer. Pensaram: *"Mas o que vem a ser isto? Vem um português sozinho para nos atacar? Será um renegado ou um desertor?"* Viram e nada fizeram enquanto o nosso soldado procurava pelo capacete. Tendo-o encontrado, colocou-o na cabeça e começou a correr em direcção à fortaleza portuguesa. Os mouros, sentindo-se enganados e roubados de uma presa tão fácil, resolveram caçá-lo e abatê-lo. Centenas de espingardas ergueram-se e dispararam; mas ele corria e saltava, sempre aos zig-zags, no meio dos archeiros, arcabuzeiros e cavaleiros muçulmanos, fortemente encorajado pelos gritos dos nossos, que a tudo assistiram do cimo das ameias. Conseguiu chegar e entregar o capacete emprestado. Que corrida! Que caro

Fig. 10: A lei de D. João III, de 20 de Fevereiro de 1539, que regula o comprimento das espadas, permitindo o máximo de cinco palmos e tornando ilegais as que fossem maiores. Embora a sua fabricação, uso ou porte, constituíssem uma grave ofensa, houve quem as fabricasse e quem as utilizasse. Numa luta de rua, as lâminas compridas tornavam-se muito convenientes para manter o adversário à distância. Surgiram, assim, as chamadas "ESPADAS DE SETE PALMOS". Entre estas, destaca-se este exemplar da 1ª metade do séc. XVII, não só pela sua qualidade, mas também por ser de nove palmos. Col. R. D.

Fig. 11: Espada dum soberano do Benin, na Costa da Mina. Séc. XVI/XVII. A lâmina em ferro com a cruz cristã embutida a latão, possui um feitio clássico, já encontrado nos túmulos faraónicos. A guarda é de influência portuguesa, com dois anéis protectores do dedo indicador, formando uma ponte de protecção decorada com a cara de um português. O punho mostra influência da armaria cingalesa, certamente trazida por armadas portuguesas. Col. R. D.

capacete! Mas também, que demonstração de honra para manter a palavra dada! Era o Eusébio da altura. Muitos outros se lhe seguiram.

Porque será que uma pequena nação como a nossa, sem significativos apoios aos seus desportistas, nem estepes naturais para treinar, tenha oferecido tantos e tão bons corredores, que fazem subir a bandeira portuguesa ao lugar mais honroso das Olimpíadas? Que haja grandes corredores africanos onde correr pelas estepes é uma forma de estar na vida e que haja grandes corredores de nações ultra-industrializadas que oferecem fortes apoios aos seus desportistas, não é para admirar. Mas como é possível que nos surja uma Rosa Mota, uma Fernanda Ribeiro, Manuela Machado, Albertina Dias e um Carlos Lopes, que até foi atropelado durante os seus treinos no meio do trânsito? Todos são descendentes de homens e mulheres lusas que viveram a realização das suas plenas convicções. Nada os fazia parar!

Já no século XVIII, o Conde de Lippe, um fidalgo alemão que veio para salvar Portugal e conseguiu transformar uma vergonhosa derrota numa inesperada e estrondosa vitória, se confrontou com a realidade lusa, totalmente ausente de lógica, tomando nota no seu diário: *"Hoje inspeccionei a primeira linha dos nossos (portugueses) combatentes. O inimigo estava do outro lado da colina, a batalha deve-se dar ao amanhecer. Encontrei muitos dos nossos descalços, alguns até vestidos com um cobertor por vergonha das suas fardas se encontrarem irrecuperavelmente rasgadas. Encontrei soldados de sentinela com espingardas avariadas, que um bom armeiro, nem em oito dias conseguiria consertar a ponto de as pôr a funcionar, tão ruim era o seu estado! alguns oficiais não tinham mais do que um simples terçado; outros nem isso. Quando encontrei soldados totalmente desarmados que diziam estarem prontos para combater, perguntei-lhes 'com quê?' Mostraram-me então as suas sacolas carregadas de bons calhaus que tinham apanhado pelo caminho"!*

Contou-me um sobrevivente da batalha de La Liz (1918), e foi-me reconfirmado por outros: *"Muitos dos nossos soldados tinham o seu calçado em estado lastimoso. A pouca comida que chegava até às trincheiras da frente não era suficiente como ração de combate. Muita gente estava doente e farta de uma guerra que não era a sua. Na véspera da batalha distribuiram-se as munições. Seis para cada soldado e em algumas trincheiras só se distribuíram três a cada um! Ao*

amanhecer veio o inimigo. Ensinámos-lhe o jogo do pau com as nossas espingardas porque nada mais tínhamos para nos defender!". O relatório do adversário confirma este facto. No Museu Militar de Lisboa ainda se guarda uma cruz de madeira, colocada por um adversário desconhecido junto ao pequeno monte de terra com o qual cobriu o corpo dum português então caído. A legenda na cruz diz: "HIER RUHT EIN TAPFERER PORTUGIESE" (AQUI JAZ UM VALENTE PORTUGUÊS).

A bravura, o acto heroico em extremo, o valor da palavra dada, a capacidade de sofrer e de se levantar para defender quem lhe causou o sofrimento, são tudo formas de actuar irracionais mas altamente positivas, que caracterizam a nossa gente.

Ainda há poucas décadas o nosso ensino interpretava certas acções inacreditáveis dos navegadores quinhentistas no consenso simplista de grandes heróis, sem pormenorizar o como e o porquê. Os nossos cronistas também não nos deram grandes explicações, apresentando simplesmente os factos. O secretismo que envolvia grande parte dos conhecimentos náuticos e guerreiros de então explica tal atitude. Os portulanos eram segredos da Coroa. A construção naval, a utilização de instrumentos sofisticados, o conhecimento das linhas costeiras, dos baixios, dos ventos e das correntes predominantes, tudo isso era tratado como segredo de Estado, não podendo ser de forma alguma revelado. Quando um piloto português desertou para Espanha, levando consigo portulanos, o Rei de Portugal mandou os seus justiceiros, que lhe trouxeram de volta os portulanos e a cabeça do piloto! A fabricação e utilização das armas também entrou neste campo do secretismo, de forma que é muito raro que um cronista português nos ofereça algum dado específico sobre o armamento e sua aplicação. Relatos de viajantes acompanhantes, inventários de bordo e o estudo das peças sobreviventes, já nos revelam pormenores precisos que conduzem a interessantes conclusões. Também viagens aos locais dos acontecimentos e o contacto com historiadores dos países destas regiões, nomeadamente da África, do Médio Oriente e da Ásia, permitem-nos reconstruir o que de facto se passou, por meio da comparação de informações vindas dos lados opostos.

Após a mudança do nosso ensino, resultante da revolução dos cravos, passou-se de um exagero para outro. De uma informação

Fig. 12: Espada de copo portuguesa, com lâmina flamejante. Data do 3º quartel do séc. XVII. Usada durante as campanhas da Guerra da Restauração (1640-1668) e em todos os domínios ultramarinos. Col. R. D.

Fig. 13: Rapier de copo, também chamada "espada de taça". Exemplar de grande qualidade, fabricado para um Vice-Rei espanhol da América, em meados do séc. XVII. Col. R. D.

incompleta e simplista, que se refugiava no velho dogma do "CRÊ E NÃO APROFUNDES!", que nos servia a história com uma longa fila de actos heroicos sem planeamento nem incentivo, passou-se à classificação de "exploradores" e "assassinos bárbaros", dos quais nos deveríamos envergonhar.

Não posso aceitar o heroísmo simplicista. Um comandante naval não pode expôr uma fraca força contra uma superioridade numérica de forças inimigas, o que logicamente implicaria a destruição da nossa frota; se assim fosse, não deveria ser tratado como herói mas como louco e imediatamente substituído no seu comando! Mas também não posso aceitar a classificação dos nossos navegadores como meros criminosos de delito comum, ou tolos.

Para os melhor compreender viajei até aos principais locais da sua actuação, comparei os nossos relatos com os dos antigos adversários e passei a dedicar-me a um profundo estudo do armamento então em uso.

Quem entra com seis naus num porto inimigo onde se reuniram 250 navios de guerra para nos aniquilar, mais parece um suicida ou um louco! Mas conhecendo bem as suas embarcações, as capacidades dos capitães, das suas armas e das suas gentes e sabendo a forma de actuar do adversário, podemos descobrir o que nunca nos tinha sido revelado: um génio estratega português, capaz de assumir o mais alto dos riscos, colocando a sua vida bem como a sobrevivência de toda a frota num prato da balança para si altamente desfavorável, mas compensando a diferença do peso do inimigo com a qualidade das nossas armas e dos nossos homens! O elemento surpresa estava do nosso lado. A certeza de que ninguém esperaria um tal acto de ousadia, a certeza de que parte da esquadra inimiga estava simplesmente ancorada com muitos dos seus homens em terra e o conhecimento de que o alcance da maioria das peças de artilharia dos navios inimigos não ultrapassava os 750 metros enquanto que as nossas atingiam os 1.800 metros, era suficiente para vencer. Bastava manter-se fora do alcance das armas inimigas, disparar sobre eles com tudo o que se tinha, dar meia volta e sair da boca do lobo sem uma beliscadura! Os nossos cronistas não nos podem revelar a distância de tiro das nossas peças, mas estudando-as e disparando-as podemos ver a sua eficácia. Também já utilizávamos artilharia de carregamento pela culatra, o que significava que cada uma

Fig. 14: Espada de combate europeia do 2º quartel do séc. XVI. Este modelo foi muito usado em mãos portuguesas, nas batalhas de África e da Ásia, sendo representado nas tapeçarias de D. João de Castro, glorificando as suas vitórias nas costas do Índico, nos anos quarenta do séc. XVI. Col. R. D.

das nossas peças tinha vinte câmaras previamente carregadas; isso aumentava substancialmente a sequência de tiro. Enquanto um canhão turco de carregar pela boca dava um tiro, um dos nossos berços de carregamento pela culatra dava seis! Assim, uma grande nau portuguesa, equipada com cem peças equivalia a uma fortaleza flutuante com seiscentas peças!

Uma vez descoberta esta superioridade no material militar, já podemos olhar para os capitães portugueses da época com outros olhos. Não ponho em dúvida o seu grau de heroísmo, antes pelo contrário, muito mais respeito lhes tenho, porque tive de reconhecer que não se tratava nem de fanáticos nem de loucos, mas sim de homens comuns. O seu saber, vontade e coragem levaram-nos a cometer proezas calculadas e a seus olhos aceitáveis, mas de alto risco.

Quando um capitão português desembarcou com mais cinco soldados-marinheiros do seu pequeno batel numa costa africana e, repentinamente, se viu confrontado por meia centena de guerreiros hostis, gritou: "VAMOS A ELES!". E, confiante nas suas armas e nos seus homens, puxou pela sua espada e adaga de mão esquerda, desbaratando a força inimiga numa questão de minutos. A espada portuguesa e o conhecimento da esgrima são dois outros factores de peso, que explicam melhor certos episódios da nossa história.

Mas a base de tudo era o homem, o homem português, a sua inabalável fé, a sua convicção de que estava a servir o seu Rei e a construir um mundo português e cristão.

Mergulhando um pouco nas histórias do passado, é possível encontrarmos mais compreensão pelo presente e alguma esperança no futuro, porque a única certeza que os inimigos da lusa gente podem ter é a de que o *gene* luso encontrará forma de vir ao de cima, derrubando seja o que for que contra ele tramarem.

Fig. 15: Xilogravura de 1536, mostrando treinos numa escola de esgrima, utilizando espadas com o dedo indicador colocado à frente da guarda. Col. R. D.

OS HOMENS

UMA ESCOLA DE ESGRIMA À PORTUGUESA

Um moço-fidalgo, nascido em Viana do Castelo, conhecido pelo nome de Pêro Galego, distinguiu-se pela sua valentia e coragem em combates contra os mouros que investiam contra praças portuguesas no norte de África. Voltando a Viana do Castelo, abriu uma escola de esgrima para transmitir os seus conhecimentos a rapazes da região. Estes, não se cansavam de o ouvir contar as suas aventuras e fartaram-se das estocadas de ensino em bonecos de palha, crescendo em todos eles a vontade de se fazerem ao mar e assim entrarem na peleja geral entre cristãos e muçulmanos.

Sem pedir a necessária licença régia, fretaram uma velha caravela. O mestre de esgrima e trinta dos seus alunos, fizeram-se ao mar. Corria o ano de 1547 e muitas eram as galés argelinas que se faziam à costa portuguesa para atacar povoados isolados, matando, saqueando e levando homens, mulheres e crianças para os vender como escravos.

Quis o destino que os moços de Viana descobrissem uma dessas galés argelinas em frente à costa portuguesa. O ânimo da sua juventude, combinado com os conhecimentos práticos do seu mestre, fizeram com que conseguissem capturar a galé, levando-a a um porto algarvio onde a venderam por bom preço, mais os mouros capturados e tudo o que estava a bordo. Conseguiram com isso, não só pagar a velha caravela fretada, como adquirir outra melhor. Souberam, porém, que a sua saída não autorizada os tinha colocado na lista dos fugitivos à lei, tendo então optado por se dedicarem mais a fundo à vida do corsário.

Fig. 16: Rapier da 2ª metade do séc. XVI. O dedo indicador é colocado à frente da guarda e parte do pomo desaparece por detrás do antebraço. É introduzida a lâmina estreita, essencialmente para a estocada. Col. R. D.

Fig. 17: Espada tardia (do séc. XVII), descendente da espada dos navegadores do início do séc. XVI, mas usada como estoque ligeiro. Só possui um anel protector do dedo indicador, um aro de resguardo para a mão e os terminais das guardas torcidas como as "à pergaminho". Col. R. D.

Fizeram-se à costa africana, onde as sucessivas vitórias os tornaram no terror da costa barbaresca; as notícias das façanhas destes moços chegaram ao seu porto natal, onde as autoridades já começavam a ver a questão da sua saída de forma mais complacente.

Enriquecidos com as tomadas de embarcações muçulmanas, resolveram regressar a casa. Calhou, no entanto, encontrarem-se perto do porto de Cádiz, no sul de Espanha. Querendo aí aportar por questões de reabastecimento, entraram na baía com a bandeira portuguesa bem no topo. Deu-se o caso de uma grande parte da armada espanhola se ter reunido neste porto, para preparar uma expedição contra os piratas do norte de África. O almirante espanhol, D. Pedro Navarro, avisado de que a pequena caravela portuguesa não tinha arreado a bandeira, o que constituía uma grave ofensa, ordenou-lhes que imediatamente o fizessem. Não sabemos se foi por falta de conhecimento, excesso de entusiasmo juvenil ou deliberada má vontade. Facto é que não arrearam a bandeira, acabando por ser atacados por uma galé de Espanha. Então, o panorama mudou por completo: sentindo-se atacados, resolveram responder, abrindo fogo com tudo o que tinham, contra toda a armada espanhola ancorada em fila. Tendo "saudado" com tiros de berço e canhão cada uma das naus e galés ancoradas, resolveram passar a fila de novo, conseguindo sair do porto sem prejuízo de maior da sua parte. O almirante espanhol estava furioso, não só pelos graves prejuízos causados à sua gente e armada (houve muitos mortos e feridos, entre os quais o próprio almirante), mas também porque se sentia ferido no seu orgulho pessoal. O Imperador e Rei, Carlos V, pediu satisfações a D. João III de Portugal. Sabemos que Pêro Galego e os seus alunos voltaram sãos e salvos a Viana do Castelo e que a sua peripécia de Cádiz foi motivo de risada geral na Europa. Não consta que tenham sofrido qualquer dissabor por parte do Governo Português e mesmo Carlos V deve ter resolvido passar por cima da questão, necessitado como estava da ajuda portuguesa para manter Tunis nas suas mãos.

("O Panorama", vol. IV de 1840; "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", vol. XII, página 54).

Fig. 18: Peitoral português do sec. XV com a CRUZ DE CRISTO gravada ao centro. Por detrás desta chapa de ferro frio bateram corações de gerações de homens que orgulhosamente se identificavam com a sua Pátria-Mãe. Col. R. D.

Fig. 19: Manuscrito quinhentista sobre as partilhas dos bens da Índia de António da Silveira. Col. R. D.

UMA CURIOSA TROCA DE INSULTOS

Em 1537 alguns marinheiros portugueses praticaram um crime, então classificado como uma "grave *gaffe* diplomática". Em frente de Diu recebeu-se o Sultão Bahadur Xá a bordo de uma nau portuguesa. As conversações diplomáticas deram para o torto e o Sultão e sua comitiva resolveram retirar-se zangados. Alguns marinheiros portugueses, indisciplinados, dificultaram-lhes a entrada no batel, chegando ao ponto de dar com um remo, fortemente, na cabeça do Sultão, tendo este morrido afogado. A acção vergonhosa causou um grito de vingança desde os reinos muçulmanos do Golfo de Cambaia até ao Egipto e Constantinopla. A viúva do Sultão ofereceu toda a sua fortuna para financiar uma expedição punitiva contra os portugueses. A fortaleza de Diu estava a ser defendida por 600 portugueses, comandados por António da Silveira. O Sultão de Cambaia e o turco Suleimão Paxá reuniram as suas forças, conseguindo cercar Diu com 70 galés turcas e um exército de terra de 23.000 homens. Tendo já feito prisioneiros alguns portugueses, enviou por um deles uma carta a António da Silveira. Temos de saber que Suleimão Paxá não era tido em boa conta pelos portugueses. Tratava-se de um eunuco que, através de uma revolução palaciana, com o levantamento geral dos eunucos, conseguiu degolar a família real, usurpando o respectivo trono e poder.

Quando António da Silveira recebeu a carta do turco, virou-se para os seus companheiros dizendo: "VEJAMOS O QUE DIZ O PERRO DO CAPADO!" e leu a carta em público. Suleimão Paxá prometia aos portugueses livre saída de pessoas e bens desde que fossem para a costa do Malabar e entregassem a fortaleza e as armas. Prometia esfolar todos vivos se não o fizessem e glorificava-se de ter reunido o

maior exército em Cambaia, tendo muita gente que tomara Belgrado, Hungria e a ilha de Rhodes. Perguntava mesmo a António da Silveira como se iria defender num "curral com tão pouco gado!".

António da Silveira mandou vir papel e tinta e, estando todos presentes, enviou-lhe a seguinte resposta: *"Muito honrado capitão Paxá, bem vi as palavras da tua carta. Se em Rhodes tivessem estado os cavaleiros que estão aqui neste curral podes crer que não a terias tomado. Fica a saber que aqui estão portugueses acostumados a matar muitos mouros e têm por capitão António da Silveira, que tem um par de tomates mais fortes que as balas dos teus canhões e que todos os portugueses aqui têm tomates e não temem quem os não tenha!".*

Não se pode imaginar insulto maior! Narra-nos Gaspar Correia que o capado, quando recebeu esta resposta, mandou logo matar alguns portugueses, feridos, que estavam na sua posse e começou uma luta de gigantes. Durante mais de um mês António da Silveira fez-lhe frente, ficando os portugueses capazes de lutar reduzidos a menos de quarenta, mas causando tais baixas aos turcos que estes resolveram levantar o cerco a Diu e retirar-se.

(Gaspar Correia: "Cronica dos Feytos da Índia", vol. IV, pág. 34-36).

O MAIS OUSADO DE TODOS OS NAVEGADORES

Um dos melhores pilotos de todos os tempos foi certamente Diogo Botelho. Sendo filho de António Real, capitão de Cochim, e da famosa Eyria Pereira (mulher portuguesa que, solteira, se fez ao caminho da Índia em busca de aventura), foi a primeira criança nascida na Índia com mãe vinda da metrópole. Herdou a vaidade e ousadia da mãe e as capacidades de estudar, navegar e lutar do pai. Com esta curiosa mistura foi educado em Cochim, tendo por mestres os melhores teóricos e práticos do seu tempo, fazendo-se piloto por mérito próprio. Respeitado pelos seus conhecimentos, teve acesso a muitos portulanos e dedicou-se ao seu estudo, comparando-os e corrigindo-os. Viajando pelo Índico, tomou apontamentos por toda a parte e acabou por chegar à corte de Lisboa, onde ofereceu ao Rei um grande mapa da sua autoria, contendo todos os conhecimentos gerais, devidamente corrigidos. Os pilotos do Rei, chamados para o examinarem concordaram em classificá-lo como uma obra-prima, que emendava muitos dos erros antigos, então ainda presentes na maioria dos portulanos em uso. O Rei tratou-o muito bem, e fê-lo fidalgo por mérito, visto que como filho bastardo que era não teria direito a tal título.

Tantas mercês subiram-lhe à cabeça, a ponto de ter o descaramento de sugerir ao monarca que o nomeasse para a capitania de Chaul, que estava vaga. Nesta proposta, cometeu um erro e um crime político. Erro porque, por regra geral, os pilotos não eram nomeados para capitães de praças. Todavia, maior falha foi a de sugerir algo ao Rei! Este negou-lhe o pedido e Diogo Botelho saiu da câmara aborrecido. Na antecâmara estava D. António, o escrivão da puridade, que lhe perguntou

Fig. 20: Kastane cingalesa. A influência portuguesa fica demonstrada através da existência do "ricasso" (parte superior da lâmina, sem gume) e dos dois anéis que saem da guarda e encostam ao ricasso. Estes anéis têm razão de ser nas espadas portuguesas porque serviam para encaixar o dedo indicador. Nas kastanes, porém, servem apenas de elemento decorativo, visto a sua pequena dimensão não permitir o encaixe do dedo. Punho em chifre de rinoceronte. Col. R. D.

Fig. 21: Kastane cingalesa. Prata cinzelada. Anéis em forma de dragões. Col. R. D.

se o Rei o despachara, respondendo o navegador a seguinte frase que o desgraçou: *"Senhor, o bom despacho eu o buscarey por mim!"*.

O Rei, ao tomar conhecimento desta frase, mandou prendê-lo na prisão do castelo, não fosse ele levar os seus conhecimentos para Espanha. Ali ficou e alguns dos seus amigos intercederam por ele, dizendo que fora só a sua vaidade de piloto que o fizera dizer tais coisas. A pedido de alguns fidalgos, apiedados dele, acabou por ser requisitado por Vasco da Gama, quando este partiu para a Índia, para ocupar o lugar de Vice-Rei. Gama mandou-lhe tirar os ferros, servindo-se dos seus conhecimentos náuticos na grande viagem e disse-lhe: *"Mas todolos homens que são muyto pilotos tem fantasias de doidos; e vós, Diogo Botelho, por isso perdestes. E por tanto emenday com bons serviços, porque El Rey vos fará mercê, e eu vola farey"*.

Ficou em Cochim, pensando na sugestão de Vasco da Gama. Quis o destino que por esta altura falecesse um seu antigo criado, que sempre tinha estimado e tratado muito bem. Soube então que o criado morrera homem rico e lhe deixara mais de cinco mil pardaus, ficando assim financeiramente reconfortado. Surge também então a notícia de que os portugueses iriam construir uma grande fortaleza em Diu, tão grande que causaria espanto em todo o Índico! O Vice-Rei pedia homens e navios para ajudarem na construção. Diogo Botelho sabia que as notícias de e para o Reino só aconteciam de ano a ano, com a ida e chegada das frotas. Também sabia que em Portugal ainda ninguém tinha conhecimento desta grande e formosa fortaleza que se iria construir e que ainda levaria muitos meses até que o soubessem. Para mais, segundo o costume da época um mensageiro de uma boa nova tinha sempre direito a mercês. O nosso piloto viu chegada a grande oportunidade de usar as suas capacidades náuticas e desenhadoras e elaborou um plano "de doido", como Vasco da Gama certamente o teria classificado!

Pediu então ao Vedor da Fazenda de Cochim autorização para construir uma *fusta* (pequena embarcação para seis remadores, com um mastro para vela, parecida e comparável às *chatas* dos nossos pescadores), que serviria para ajudar na construção da fortaleza de Diu. Recebendo autorização, montou um pequeno estaleiro num local afastado e com cerca fechada para que não se visse e suspeitasse da sua obra. Porque embora muito pequena, fê-la tão grossa e forte *"que quem a vira logo entendera que era destinada para grande navegação"*.

Fig. 22: Xilogravura de 1570 mostrando o uso da adaga de mão esquerda como acompanhante da espada. Col. R. D.

Com a sua embarcação pronta prometeu levar um grupo de soldados a Diu, recebendo para isso a respectiva carta de mando. Não tinha, no entanto, intenção alguma de o fazer, pois receara que ao verem o seu barco em Diu, suspeitassem dos seus verdadeiros intentos. Arquitectou então o seguinte plano: construiu uma válvula no fundo da embarcação, a fim de que ela metesse água. Por essa razão, deixou os homens que transportava em Chaul para seguirem para Diu noutras embarcações. Seguidamente foi para Baçaim onde pediu a Garcia de Sá que lhe desse um *catur* (outra embarcação do Índico), de forma a seguir para Diu, e que a sua fusta ali ficasse por *"entrar água compassada"*. E aí a deixou com alguns amigos e escravos, após o que se fez a Diu, onde apresentou cartas de Cochim e de Baçaim, mostrando que tinha construído uma fusta à sua custa para ajudar em Diu e que a mesma viria mais tarde, pois estava a ser reparada em Baçaim. O Governador de Diu fez-lhe muitas honras, mostrando toda a fortaleza em construção e ouvindo os bons conselhos que Diogo Botelho de boa vontade lhe dava. Entretanto, tomava secretamente nota de todas as medidas da fortaleza e das peças de artilharia que estavam a instalar nos seus baluartes.

Tendo apontado tudo o que queria para contentar o Rei com tão importante e positiva nova, pagou largamente ao patrão de uma *galveta* (outra embarcação do Índico), fazendo-se, de noite e sem a devida autorização, de volta a Baçaim. Ali chegado, fez-se ao mar, apressadamente, na sua fusta, remada pelos escravos. Atravessou o Índico, reabastecendo-se de água e alimentos em Melinde.

Entretanto, o Governador de Diu ao dar-se conta da falta de Diogo Botelho e como recebera uma carta de Garcia de Sá, de Baçaim, onde este lhe falava da saída apressada daquele sem carta de mando, numa fusta de feição estranha, concluiu que Diogo Botelho ou era um traidor que iria vender os seus conhecimentos a alguma potência estrangeira, ou então um doido que se iria glorificar, levando ao Rei conhecimentos detalhados da construção da grande fortaleza de Diu. Se fosse este o caso e ele viajasse até Portugal, não seria um traidor mas sim um atrevido, merecedor do maior dos castigos! Equipou-se então uma nau rápida, de cento e cinquenta tonéis, com marinheiros, soldados e os melhores pilotos, para levar a grande nova da fortaleza directamente ao Rei e com ordens para, caso encontrassem no caminho a fusta de

Diogo Botelho, a queimarem com todos lá dentro, pelo grande e imperdoável atrevimento demonstrado. A nau saiu de Diu a 20 de Novembro de 1533, precisamente doze dias após a saída de Diogo Botelho.

Deu-se então uma corrida de vida e morte entre uma nau e um barquinho a remos, para ver quem primeiro chegaria a Lisboa com a nova de Diu.

A fusta mostrou ser *"boa de vela e de boas manhas no mar"*. A tripulação, porém, causou graves problemas. Navegando em frente da costa africana do Índico, resolveram os escravos negros levantar-se em armas. Deu-se uma cena de luta com mortos e feridos, tendo Diogo Botelho vencido mas ficado sem fala por diversos dias, devido a uma pancada recebida na cabeça. Sentado na popa com a sua espada desembainhada, apontada aos escravos marinheiros e remadores, impôs a sua vontade. Deitaram-se os mortos ao mar e continuou-se a viagem. Passaram pelo Cabo da Boa Esperança, entrando no Atlântico-Sul. Não encontrando a ilha de Santa Helena (muitas vezes escondida em bancos de nevoeiro), subiram até aos Açores, desesperadamente necessitados de água e alimentos. Escolheu a ilha do Faial para arribar, escrevendo ao capitão que vinha da Índia e ia a El-Rei com um recado muito importante e com grande pressa. Pediu-lhe duas pipas de água e biscoitos. Enviou um escravo com esta carta para terra e com um pouco de dinheiro para comprar fruta e pão. O capitão, espantado pela estranha e tão pequena embarcação que vinha de tão longe e sabendo que Diogo Botelho tinha sido degredado para a Índia, perguntou ao moço sobre o recado que Botelho levava ao Rei. O moço respondeu: *"Senhor, o recado que Diogo Botelho leva é tal que em Portugal se farão festas, porque é cousa de grande contentamento del Rey"*. O capitão deu-lhe quatro pipas de água e biscoitos, mas aprontou uma caravela para o acompanhar a Lisboa, não fosse ele para alguma outra nação. Além disso, fez questão de que Diogo Botelho fosse a terra para lhe contar tão importante nova e mostrar suas cartas de mando.

A fusta fez-se imediatamente ao caminho, levando três horas de vantagem sobre a caravela então enviada em sua perseguição, com a ordem de a abalroar e levar Diogo Botelho, preso, ao Rei. Botelho, temendo algo, desviou-se do rumo, de modo a que a caravela chegasse a Lisboa sem o encontrar.

Fig. 23: Kastane cingalesa. Punho em chifre de rinoceronte e prata cinzelada. Curiosamente, com o feitio das "Pia-Kaetas", facas da nobreza do Ceilão. Anéis em forma de ondas. Col. R. D.

Fig. 24: Kastane cingalesa. Prata cinzelada. Anéis em forma de leões. Col. R. D.

A fusta entrou à tarde, com a maré, toda embandeirada, dirigindo--se aos Paços da Ribeira. Mas o Rei não se encontrava em Lisboa. Diogo Botelho mostrou aos oficiais que o receberam um maço de cartas, dizendo que eram do Vice-Rei para o Rei, entregando a fusta com 40 quintais de cravo que trouxera da Índia e pedindo que o deixassem seguir caminho, directamente, para o Rei *"pois a nova que trazia era demasiado importante e queria ser ele o seu próprio portador"*. Concederam-lhe licença para isso e Diogo Botelho comprou um cavalo, fazendo-se ao caminho para Évora, onde se encontrava a Comitiva Real. Chegou a Évora a altas horas da noite, encontrando-se o Rei e a Rainha já deitados. Botelho fez questão de ser imediatamente recebido pois era seu dever dar o importante recado que trazia. O Rei e a Rainha levantaram-se e saíram para uma antecâmara onde já se encontrava Diogo Botelho, que se pôs em joelhos, dizendo: *"Senhor, a boa nova que lhe trago é tal que me deu atrevimento e passar sem mandado, que era que da India não tornasse a Portugal sem seu mandado. O que Vossa Alteza assim mandou por lhe de mim fazerem crer que seria traidor a seu real serviço, indo para outro reino; e para que Vossa Alteza fique fora desta dúvida arrisquei a vida em uma fusta, em que parti da India e naveguei em minha liberdade, para mostrar que venho de geração fiel, antes padecer morto que errar um só ponto com seu real serviço. E porque de Vossa Alteza é tão desejado ter em Diu fortaleza, ella é feita, e acabada na altura das ameias. Para este caminho não pedi licença ao governador, porque não me havia de dar; porque com esta nova manda Simão Ferreira, o secretário, que não poderá muito tardar, porque creio que ambos partimos juntos. E esta é a mostra da fortaleza"*. Deu então ao Rei os seus desenhos e apontamentos sobre tudo o que se passava no Golfo de Cambaia, folgando este muito em ouvir tudo o que aquele lhe contava. O prazer e a alegria do Rei foram tais que passou por cima do erro que Diogo Botelho cometera. Mas, para que ninguém pensasse que seria tão fácil fazer-se ao caminho para a Índia e que não se espalhasse a nova de que um piloto o fizera numa minúscula embarcação, deu ordem para que se queimasse imediatamente a fusta e que não se divulgasse a notícia sobre o feito.

Arrumou-se, desta forma, para a escuridão do esquecimento, um feito náutico português, sem paralelo nas histórias navais do resto do mundo, até hoje nunca igualado.

(Gaspar Correia: "Cronica dos Feytos da Índia", vol. III, pág. 660-670; diversos outros autores também fazem referência a esta viagem. Na obra "O Panorama", vol. III de 1840 vêm as dimensões desta inédita embarcação. Tinha "vinte e dois palmos de quilha (comprimento por baixo de água), doze de boca e seis de pontal, isto é, da quilha até à coberta", pág. 310/311; "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", vol. IV, pág. 983).

Fig. 25 e 26: Espada de navegador português, dos finais do séc. XV. Proveniente dos túmulos da Igreja da Graça em Santarém (ex-colecção Alfredo Keil). Atribuída a Pedro Álvares Cabral. Col. R. D.

LOPO BARRIGA, O PAPÃO PORTUGUÊS

Raros são os homens que ainda em vida se tornam lendas. Um dos portugueses que mais se destacaram em sucessivas acções de heroísmo, com desmesurada bravura, foi Lopo Barriga. Nascido na Sertã, empregou a sua vontade guerreira nas guerras do Norte de África. Em 1533, juntou um punhado de homens que não podia ser considerado mais do que uma simples patrulha. O seu temperamento e a sua inabalável fé, fizeram dele um líder nato, seguido por todos os seus camaradas em armas com empenho e entrega total. Autoconsiderando-se chefe de um pequeno exército, surgiu em frente da praça moura de Azamor. Fecharam-lhe as portas da cidade e riram-se do seu punhado de homens, com os quais parecia estar disposto a conquistar a fortaleza, defendida por guerreiros experimentados e em número, dezenas de vezes, superior.

Nada disto fez parar Lopo Barriga. Pôs-se à frente dos seus a insultar os capitães mouros, que a seu ver não passavam de mulheres, por lhes fecharem as portas da cidade e nem sequer lhes darem batalha! Tanto os insultou que o capitão da cavalaria mourisca mandou abrir uma das portas e ordenou aos seus mais bravos cavaleiros, muito superiores em número e equipamento, que dessem uma lição ao atrevido e corressem com ele e seu grupo das muralhas.

Era de algo assim que Lopo Barriga estava ardentemente à espera. Confiante de si e da vontade e capacidade dos seus homens, ergueu a sua lança, no que foi seguido por todos. Tanto os homens como os seus obedientes cavalos correram com tão grande empenho contra a numerosa força inimiga, que os derrotaram! Como o confronto principal entre as duas forças se deu, precisamente, na porta da cidade, os

corpos dos cavalos e dos inimigos lançados evitaram que a mesma se fechasse. Assim, conseguiram entrar na fortaleza de Azamor, não estando esta minimamente à espera de tal acção. Já por diversas vezes haviam visto portugueses chegarem-se à muralha para os incitar, tal como o forcado incita o touro; mas acabavam sempre por se ir embora, porque não se achavam em número suficiente para montar um cerco ou ordenar uma tentativa de assalto. O pequeno grupo que tinha surgido desta vez era só mais um e até dos mais pequenos; deles, certamente, não poderia surgir perigo algum. Esta errada convicção tornou os governantes da cidade tão confiantes e certos da sua superioridade e intocabilidade, que nem sequer se haviam preocupado em montar um plano táctico de defesa!

Assim, conseguindo entrar na cidade e correndo a cavalo pelas ruas com as lanças em riste, acabaram, individualmente, por colher a maioria dos potenciais defensores, que não se conseguiram organizar para lhes poder fazer frente.

Quando chegou a notícia de que Lopo Barriga com o seu pequeno grupo de homens tinha tomado a fortaleza de Azamor, começou a crescer a sua fama. Foi aplaudido pelos portugueses e temido pelos mouros, que passaram a usar o seu nome como pseudónimo de homem assustadoramente perigoso, uma espécie de papão com o qual as mães metiam medo aos filhos! A sua fama, ainda em vida, era tanta que se tornou vulgar um mouro amaldiçoar outro, dizendo: "*Lançadas de Lopo Barriga te colham!*"

Conta-se que, acompanhado de uns poucos, fez uma corrida a cavalo para a capital de Marrocos, espetando a sua adaga na porta da cidade. Imediatamente perseguido por centenas de cavaleiros mouros, conseguiu safar-se dos mesmos e reunir-se aos seus, desaparecendo depois como se de um fantasma se tratasse.

A sua conquista "particular" das praças marroquinas não se ficou pela de Azamor, tomando com igual valor a de Agabalo, onde foi o primeiro a galgar os muros, visto desta vez já não aceitarem o seu convite para a luta a cavalo.

Lopo Barriga caçava mouros como quem caça ursos ou javalis. Utilizava uma lança mais curta do que a dos seus adversários e, portanto, mais facilmente manobrável mas com uma forte trave, logo abaixo da lâmina. Esta, evitava que a lança entrasse de mais, podendo

Fig. 27: Kastane cingalesa. Em prata e ouro lavrado. Os olhos são rubis. Anéis em forma de ondas encabeçadas por leões. Col. R. D.

Fig. 28: Kastane cingalesa. Lâmina em latão, tudo o resto em tartaruga. Anéis em forma de monstros marinhos saltando das ondas. Col. R. D.

ser utilizada, retirada e reutilizada quantas vezes se quisesse. A lança comprida utilizada pela moirama e muitos exércitos europeus de então, só servia para ser usada no lance do primeiro impacto, acabando por ser abandonada em seguida devido à sua pouca possibilidade de manobra.

As lançadas de Lopo Barriga colheram muitos e a sua conquista parecia não ter fim quando um dia resolveu tentar tomar a praça de Alguel. A notícia do avanço do seu pequeno grupo correu a região e permitiu que os adversários lhe preparassem uma recepção condigna, cercando-o e aos seus homens com um grande esquadrão de cavalaria. A sua boa estrela parecia tê-lo deixado. Os seus companheiros e ele próprio deixaram-se prender; porém, quando lhe estavam a colocar os ferros, deu tal cabeçada ao grande mouro que o segurava que o matou! De seguida, apoderou-se de uma lança e de um cavalo e, perante o espanto, tanto dos mouros como dos seus companheiros, conseguiu pôr-se em fuga e a salvo. Mais tarde, porém, voltou a ser aprisionado, algemado e acorrentado e assim o levaram para o cativeiro, onde muitos vinham de longe só para o verem preso como um cão. Quando um destes mouros o agarrou pela barba, certamente para lhe arrancar alguns cabelos e os exibir como troféu, conseguiu Lopo Barriga, apesar de acorrentado, apoderar-se de um pau da cerca, matando o mouro de um só golpe. Foi por isto tão cruelmente açoitado que a camisa lhe ficou moída e despedaçada dos golpes de chicote! Mandaram-no neste estado para o Reino, por D. João III, entretanto, o ter resgatado. Casou em Portugal e deixou descendência, voltando para África onde se radicou em Arzila. As suas façanhas e actos de bravura, tanto individuais como comandando pequenos grupos que o seguiam, continuaram, a ponto de figurar na história como herói e papão, conforme o ponto de vista de quem sobre ele se debruçar.

("O Panorama", vol. IV, pág. 63, edição de 1840; "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", vol. IV, pág. 289).

UM PORTUGUÊS ZANGADO

Duarte Pacheco Pereira, filho de Santarém, terra dos forcados, tornou-se num homem erudito e dedicado às armas. Como comandante da nau Espírito Santo, seguiu para o Oriente na esquadra de Afonso de Albuquerque. Devido à guerra anteriormente começada entre o Samorim de Calecute com todos os seus conselheiros mouros e Rajás apoiantes, de um lado, e os portugueses, apoiando o Rajá de Cochim, do outro, resolveu atacar o Samorim e suas forças, vencendo-o em sete vitórias sucessivas. Ganhou tanta admiração e respeito da parte do Rajá de Cochim, que este pediu a Afonso de Albuquerque que lhe deixasse este bravo para o proteger do Samorim. Duarte Pacheco ficou então em Cochim, à frente de uma pequena força de 150 portugueses, com uma nau e duas caravelas, considerando-se comandante de uma esquadra, fazendo expedições marítimas e trazendo grandes presas para o porto de Cochim.

O Samorim, também em Cochim, tinha os seus informantes e, ao saber que só esta pequena força portuguesa tinha ficado neste porto de Kerala, resolveu expulsar da Índia estes inoportunos estrangeiros e infligir uma severa lição ao Rajá de Cochim pelo bom acolhimento que lhes dera. Uma vez Afonso de Albuquerque longe e Pacheco Pereira quase sozinho, foi-lhe fácil o apoio de muitos reinos vizinhos; conseguiu, assim, juntar um exército de 50.000 homens, que marcharam, por terra, em direcção a Cochim (incluindo 300 elefantes de guerra) e uma esquadra de 150 navios para fechar o porto de Cochim.

O Rajá, nosso amigo, julgou-se completamente perdido e, num gesto de generosidade, no meio do desastre aparente, aconselhou Duarte Pacheco Pereira a não sacrificar os seus poucos soldados nessa

tormenta e a "hibernar" na costa da Arábia ou da África, deixando-o a ele enfrentar sozinho a tempestade, que lhe parecia inevitável. Ou seja, o Rajá estava pronto a assumir o "seu erro" por ter apoiado os portugueses e curvar-se perante o domínio do indignado Samorim! A desproporção entre as forças que se tinham juntado contra Cochim e as portuguesas era tal que qualquer observador tiraria as mesmas conclusões.

Qualquer um, mas não Duarte Pacheco Pereira!

Era um homem erudito mas colérico. Indignado com esta proposta, aliás muito honrosa naquelas circunstâncias, esteve quase a arremeter contra o próprio Rajá amigo. Respondeu-lhe que não o abandonaria e que prenderia o Samorim. Disse isto com tanta fúria, que o pobre Rajá se calou, julgando que o português perdera o juízo!

Em meados de Março de 1504 apareceu o Samorim de Calecute com o seu grande exército, pretendendo passar o rio no vau de Cambalam. Duarte Pacheco Pereira já tinha previsto isso e havia-se fortificado admiravelmente, distribuindo, com o máximo de habilidade, os 70 portugueses de que podia dispôr, combinando chalupas, restingas e os bancos de areia, aproveitando o melhor que podia a numerosa artilharia de que dispunha. Tinha também recebido mil soldados de Cochim, mas fez bem em não contar muito com eles, visto que fugiram aos primeiros tiros do grande confronto. O Samorim investiu com a maior das confianças, pois não só tinha um exército que lhe parecia imbatível, como até um grupo de artilheiros italianos para fazer frente aos portugueses. Mas a sua artilharia transportável era insignificante em comparação com as 18 peças instaladas pelos portugueses para impedir a passagem dos baixios do rio. A linha de fogo portuguesa tornou-se intransponível. As sucessivas investidas dos mouros e seus aliados foram repelidas. Usaram-se também panelas de pólvora e toda a mistura de engenhos pirotécnicos que Pacheco Pereira e seus artilheiros se lembraram de inventar. Os tiros rasantes com cargas de areia misturada com cal acabaram por cegar muitos dos adversários que mais se aproximaram. 50.000 homens não conseguiram passar pelos 70 portugueses! Mesmo que fossem 500.000, a sua força em quantidade nada conseguiria contra a aplicação da qualidade.

O Samorim resolveu então atacar Cochim pelo mar, para desviar Duarte Pacheco Pereira do rio, pensando que a ausência deste permi-

Fig. 29: Mão esquerda europeia encontrada num campo de batalha. A sua lâmina abre-se em três, facilitando o acertar na lâmina do adversário para a desviar e permitir a estocada fatal. Séc. XVI. Col. R. D.

Fig. 30: Por vezes surgem também espadas na Índia com lâmina direita, embora se tratem de excepções. A grande maioria das lâminas em mãos de muçulmanos e hindus eram curvas, exceptuando o khanda e a patá. Exemplar de particular beleza por possuir guarnições lavradas em cobre dourado, decorado com motivos florais e cenas de caça. Séc. XVIII. Col. R. D.

tiria ao seu exército a passagem. O capitão português, de facto, correu em auxílio de Cochim, atacado pela grande esquadra do Samorim que se aproximava pelo mar, mas nem por isso os defensores de Cambalam deixaram de repelir o inimigo. Enquanto as caravelas com Duarte Pacheco Pereira atacaram a esquadra do Samorim, envolvendo-se em violento combate e afundando as galés muçulmanas umas atrás de outras, os 70 portugueses aguentaram no rio as cargas sucessivas que os mouros lhes enviavam. Os engenheiros ao serviço do Samorim ainda tentaram diversos estratagemas, que mais pareciam da guerra de Tróia, construindo grandes torres para os seus archeiros e espingardeiros — nome então dado aos infantes que utilizavam espingardas — poderem atingir os portugueses por cima; mas estes derrubaram os castelos rolantes com tiros certeiros da sua artilharia.

Tendo ganho a batalha naval, Duarte Pacheco Pereira desistiu da usual perseguição das embarcações inimigas, voltando com a máxima das urgências ao rio para dar um reforço significativo aos portugueses aí entrincheirados, que já tinham sofrido muitas baixas, mas ainda se mantinham firmes. Durante a maré baixa o exército do Samorim conseguiu chegar tão perto dos ilhéus que mouros e portugueses se envolveram em lutas de corpo a corpo. A maré enchente fez o resto, afogando grande parte dos soldados do Samorim e dos seus aliados. A derrota do Samorim foi completa. É difícil de exprimir o júbilo e o entusiasmo do Rajá de Cochim, mas também o sentimento de alívio dos portugueses sobreviventes!

O Samorim retirou-se com os poucos restos do seu grande exército, recolhendo-se num mosteiro bramânico para penitenciar.

Os nossos livros de história resumem esta espantosa acção às seguintes linhas:

"1504, 17 de Março: Duarte Pacheco com uma nau, uma caravela e dois navios pequenos, destrói uma grossa armada de Calecute".

"1504, 25 de Março: Duarte Pacheco, defendendo Cochim, com 150 portugueses, fez retirar o numeroso exército do Samorim".

("O Panorama", vol. IV de 1840; "Portugal Diccionario Histórico", vol. V, pág. 333/4).

Fig. 31: Espada colonial portuguesa do séc. XVI. Com o número mágico "1441" e o "Lobo de Passau" gravados na lâmina. Col. R. D.

«DIOGO BOTELHO NA SUA PEQUENA FUSTA, VIAJANDO DA COSTA DO MALABAR ATÉ LISBOA».
Quadro a óleo da autoria de A. A. Canelhas.

DUAS CARAVELAS CONTRA DEZASSETE NAUS GROSSAS

Uma das mais fortes praças do Samorim de Calecute foi sempre a de Cranganor. Lopo Soares de Albergaria soube, em 1504, que o Samorim estava a preparar uma armada para expulsar os portugueses do Índico. Tendo só duas caravelas e um pequeno grupo de 15 batéis, ao todo com 360 portugueses, resolveu considerar o ataque inesperado como uma das mais eficazes formas de defesa, dando assim ordem de ataque à armada do Samorim.

Esta estava em Cranganor para ser apetrechada e preparada, encontrando-se já com quatro mil homens a bordo e muita artilharia.

A surpresa, porém, foi total. O nosso inesperado ataque com duas caravelas e alguns batéis contra uma armada de dezassete naus grossas, acabou na destruição de todas elas, que foram queimadas, e na tomada da fortaleza de Cranganor.

Este relato, de poucas palavras, parece simplificar uma batalha feroz, onde muito poucos deram o seu máximo, conseguindo-se impôr a um adversário muitas vezes mais numeroso, tanto em homens como em embarcações e material de guerra. Cada um dos 360 portugueses que tomaram parte nesta contenda teve o seu peso com suas próprias demonstrações de bravura, capacidade e competência, para que o fiel da balança, ao fim do dia, se virasse favoravelmente em direcção aos lusos. Cada homem sabia que o aparecimento desta forte armada do Samorim podia pôr em dúvida a continuação dos portugueses na costa do Malabar. Tomar a decisão de atacar a armada, ainda na sua fase preparatória, foi ousado, arriscado, mas também foi a atitude mais certa.

("O Panorama", vol.IV, edição de 1840; "Portugal Diccionario Histórico", vol. I, pág. 121/122).

Fig. 32: As principais armas portuguesas dos séc. XV e XVI, a sua fé em Cristo, a sua identificação com a bandeira das quinas, a sua lança e a sua espada. O mundo estava por descobrir e Portugal pronto a cumprir! Aguarela da autoria de Roque Gameiro. Col. R. D.

CORRERIAS AFRICANAS

Homem e cavalo bem treinados formam uma unidade de combate, dificilmente compreensível para quem nunca montou ou nunca assistiu a uma boa tourada à antiga portuguesa. Nos séculos XV e XVI muitos dos nossos melhores cavaleiros transferiram o seu campo de acção dos campos ribatejanos para os algarves d'além-mar, a costa barbaresca norte-africana.

As poucas praças então em poder português estavam a ser constantemente investidas por exércitos mouros e sarracenos. Um simples passeio a cavalo facilmente se tornava numa corrida de vida ou de morte.

Surgiram então as célebres "correrias africanas", tanto efectuadas por um só homem a cavalo como por um grupo de cavaleiros, acabando muitas das deslocações, involuntariamente, em escaramuças entre cavaleiros lusos e marroquinos.

Tanto de um lado como do outro houve sempre quem quisesse desafiar potenciais adversários com demonstrações de valentia. Assim, muitos procuraram o encontro, tornando a região ainda mais inóspita, com menos possibilidades de sobrevivência pacífica.

Um destes portugueses, conhecido na história de ambas as nações pelas suas correrias africanas, foi o Governador de Safim, Nuno Fernandes de Athaíde.

Em 1510, os mouros fizeram-lhe um cerco à cidade. Apareceram com um numeroso exército e máquinas de guerra para derrubar os baluartes e destruir a porta principal. Perante o grande aparato militar à sua volta e o reconhecimento da impossibilidade da vinda de reforços em seu socorro, o governador resolveu sair com um grupo destemido

dos seus melhores amigos para atacar o adversário, muito mais numeroso, impedindo-lhe a utilização da sua maquinaria. Tantas saídas rápidas a cavalo fez, causando fortes estragos aos adversários e recolhendo-se à cidade antes que estes pudessem organizar-se para o caçar, que acabou por conseguir o levantamento do cerco. Os mouros estavam a perder homens e material sem nada conseguirem e resolveram que guerras destas não lhes traziam nem lucros nem a glória que desejavam, mas sim despesas e desgaste.

Vendo os adversários levantar o cerco e debandar do local, Nuno Fernandes de Athaíde resolveu então atacá-los e persegui-los até às portas de Almedina, causando-lhes numerosas perdas, muitas vezes superiores ao número dos homens que o estavam a acompanhar! No regresso foi atacado, por duas vezes, por imensos mouros que estavam a juntar as suas forças para se livrarem dos invasores. Acabou por lutar, incessantemente, contra uma superioridade numérica de adversários, desbaratando-os e conseguindo recolher-se, a salvo, em Safim. Este seu feito conseguiu-lhe fama e respeito de ambos os lados da contenda.

Em 1516, depois de muita luta e tendo já tomado uma considerável presa, encontrou forças inimigas muitas vezes superiores. Ainda suportou com desmesurado valor o ataque mouro mas, enquanto sustentava a retirada dos seus, foi mortalmente ferido por uma azagaia. A sua morte foi muito sentida, não só nas praças africanas como também em Portugal.

("O Panorama", vol. IV de 1840; "Portugal Diccionario Histórico", vol. I, pág. 874).

Fig. 33: Armadura do séc. XV utilizada pelos portugueses, tanto no período dos Descobrimentos como no da expansão do Mundo Português. Todas as suas componentes vieram do antigo Arsenal de Lisboa, mas são elementos de armaduras diferentes. Mesmo assim, é a única armadura quatrocentista que nos resta em Portugal. Col. R. D.

Fig. 34: Besta da Guarda Montada, uma força de elite de D. Sebastião. Col. R. D.

BANDEIRAS MOURAS PARA A SÉ DE LISBOA

D. João de Menezes foi um dos fidalgos mais estimados em Portugal. Teve o azar de aceitar o convite do Príncipe Herdeiro, D. Afonso, para uma corrida "em par" galopando pela margem do Tejo. O destino quis que a mula do Príncipe caísse de repente, ficando por baixo dela o filho do Rei, vindo pouco depois a falecer. D. João de Menezes, horrorizado por semelhante fatalidade, afastou-se da corte, procurando razão para a continuação da sua existência na defesa das praças portuguesas em África.

D. João II tinha feito tréguas com o Rei de Fêz. Porém, Molei Barraxa, grande senhor entre os mouros, e Almandarim, o Alcaide de Tetuão, não quiseram conformar-se com a obediência do seu Rei à coroa portuguesa e, em 1495 (ano da morte de D. João II e da subida ao trono de D. Manuel I), revoltaram-se atacando Arzila. O governador desta praça portuguesa estava ausente, tendo sido substituído por um seu sobrinho, D. Rodrigo Coutinho. Sendo inesperadamente atacado pelas forças dos rebeldes, D. Rodrigo apenas pôde organizar uma tentativa de defesa; porém, apesar dos seus esforços, sucumbiu na acção e com ele mais 17 fidalgos que se lhe haviam reunido. D. João de Menezes foi então escolhido e enviado, como novo governador, para Arzila.

D. João de Menezes só tinha um grupo de cem cavaleiros, recebendo mais cinquenta de ajuda, que lhe chegaram de Tânger. Perto da aldeia de Benarmares encontrou-se com as forças rebeldes, compostas por dois mil cavaleiros e 800 homens de infantaria. O exército de Molei Barraxa, acompanhado pelo dos seus sobrinhos, Cid Muço e Cid

Açob, estava glorioso pela sua vitória sobre os nossos poucos homens em Arzila e atacava todas as aldeias que se haviam submetido às tréguas feitas entre o Rei de Fêz e o de Portugal. Destemidos, avançaram contra os poucos cavaleiros de D. João de Menezes e o primeiro combate que tiveram de sustentar foi com a cavalaria vinda de Tânger. Como o número dos cavaleiros inimigos era tão superior, os de Tânger já iam afrouxando na peleja, quando o filho do Conde de Cantanhede correu em seu auxílio e, por último, D. João de Menezes avançou também, rompendo com a bandeira real por entre o exército rebelde que não esperava por isto. Sendo em tão grande número, simplesmente não podiam compreender como os portugueses se atreviam a fazer-lhes frente! Ainda para mais, divididos em três grupos de cinquenta homens, que ousaram lançar sucessivas cargas sobre milhares de muçulmanos! Primeiro confusos, depois desorganizados e, em seguida, atrapalhados, acabaram por ficar incapazes de resistir à força dos portugueses. O resultado foi a destruição do grande exército mouro, pondo-se em fuga os guerreiros que escaparam à morte. Ainda foram perseguidos pelos cavaleiros de D. João de Menezes até à distância de duas léguas, tendo morrido 418 dos cavaleiros mouros e um número desconhecido dos seus soldados de infantaria. No campo português houve muitos feridos mas nenhuma morte a lamentar. Fizeram-se 28 prisioneiros e um rico despojo, em que se contavam 85 excelentes cavalos e todas as bandeiras dos Alcaides que se tinham revoltado contra as tréguas entre o Rei de Fêz e o Rei de Portugal. Este último recebeu com a maior satisfação a notícia sobre a grande vitória alcançada e a forma como esta se deu. Resolveu então, em memória de tão assinalável vitória, colocar as bandeiras conquistadas aos mouros na Sé de Lisboa, onde se conservaram expostas até ao período filipino.

("Portugal Diccionario Histórico", Vol. IV, pág. 1049/1050).

DOIS PORTUGUESES NUMA NAU CHEIA DE TURCOS

Durante a batalha naval que D. Francisco de Almeida travou contra as armadas juntas dos turcos e seus aliados cambaios e indianos, deu-se um dos tantos episódios da história portuguesa merecedores de reflexão.

Na proa do navio de D. António de Noronha iam doze portugueses que se propuseram saltar logo para a nau turca que estavam a abalroar. A honra de ser o primeiro era o prémio máximo que se poderia obter nesta contenda, onde a cada português caberia mais de uma dezena de turcos! O navio português abalroou a nau turca com tanta violência que voltou para trás, tendo-se desviado do seu rumo. Durante o choque das duas grandes embarcações, cinco dos doze portugueses conseguiram saltar para a nau turca, confiantes de que os outros viriam também. O azar desviara uma nau da outra e impedira a execução do que estava planeado, encontrando-se assim, de repente e inesperadamente, cinco portugueses numa nau com centenas de turcos! Isto não os impediu de lutar ferozmente, mas a quantidade de flechas atiradas a curta distância acabou por feri-los todos, matando três.

Os dois portugueses feridos mas sobreviventes decidiram vender caras as suas vidas, atacando como leões os turcos que os rodeavam, matando oito com estocadas rápidas. Manejaram as suas adagas na mão esquerda e as espadas na mão direita com tal rapidez e eficácia que a moirama se retirou da luta de corpo a corpo, permitindo que alcançassem abrigo por detrás de um tabuado.

Para o capitão turco era inaceitável a situação de ter a bordo dois inimigos feridos que os seus homens não podiam dominar! Ordenou-

-lhes sucessivos ataques por grupos de guerreiros experimentados e hábeis no manejo dos sabres, mas os portugueses repeliam todos os que se atrevessem a aproximar-se do alcance das suas espadas, ferindo muitos. A luta parecia interminável. Nos intervalos dos ataques com sabre vinham mais chuvas de flechas e tiros de mosquetes, chegando mesmo a disparar-se com artilharia sobre eles.

Nisto, veio a nau de Martim Coelho, da qual estava a ser observada a heróica defesa dos dois bravos guerreiros lusos. A nau turca foi abalroada e invadida pelos portugueses que, embora em número muito inferior ao dos turcos, tal medo lhes causaram que, após pouca resistência, estes últimos se atiraram à água, tentando salvar-se.

Os dois companheiros estavam já caídos, tendo perdido muito sangue. Um tinha oito ferimentos de sabres e flechas e o outro também umas quantas e a perna esmagada por um pelouro.

Martim Coelho mandou-os recolher à sua nau onde foram tratados. Um chamava-se António Carvalho, ficou aleijado de uma perna mas passou a ocupar o lugar de Feitor de Calecute. O outro chamava-se João Gomes Cheiradinheiro e foi depois capitão das Ilhas Maldivas, onde acabou por morrer noutro combate contra os mouros.

(Gaspar Correia: "Cronica dos Feytos da Índia", vol. I, pág. 942).

Fig. 35: Cranequin gótico de uma besta flamenga. A única arma conhecida do séc. XV, encontrada nos Açores. A origem de um acessório de besta flamenga nos Açores é bem compreensível, visto uma boa parte da população das ilhas centrais deste arquipélago no meio do Atlântico ser de origem flamenga e ter-se radicado nestas ilhas ainda no séc. XV. Nas suas chapas de latão vê-se, de um lado São Jorge e, do outro, uma santa. Col. R. D.

O HOMEM QUE NUNCA MENTIU NEM FUGIU

As perdas no comércio entre a Europa e a Ásia fizeram-se sentir não só entre os comerciantes turcos, que até à chegada de Vasco da Gama à Índia detinham o seu monopólio, mas também nos portos italianos. Da costa do Malabar vinham as especiarias em naus e galés turcas para o Mar Vermelho e daí seguiam em caravanas para Alexandria, onde eram de novo embarcadas, principalmente para Veneza.

Quando as naus portuguesas começaram a trazer as especiarias pela via do Cabo da Boa Esperança, cortando os muitos intermediários, passaram os turcos a dar guerra sistemática aos navios portugueses. A qualidade das naus portuguesas e da sua artilharia causou grandes baixas aos turcos, que já não conseguiam satisfazer as encomendas venezianas.

Nesta situação, reuniu-se uma armada gigante para correr, de vez, com os portugueses do Índico. Quem então deu grande ajuda aos turcos foi Veneza, enviando madeiras, construtores e artilharia pesada. Assim surgiram naus em mãos turcas, preparadas para fazer frente às portuguesas.

A primeira confrontação desta armada muçulmana com forças portuguesas deu-se em Chaul, onde o Vice-Rei da Índia Portuguesa, D. Francisco de Almeida, perdeu o seu filho. Sabendo que esta perda não só o desanimava a ele como pai, mas também a todos os portugueses no Índico e daria ânimo aos turcos, a ponto de receberem grandes apoios de Calecute e Cambaia, resolveu o Vice-Rei juntar o que tinha pronto para combater e fazer frente à armada turca.

Esta estava reunida nas águas de Diu, até então submissa ao Rei de Cambaia, sendo Melequiaz o seu senhor.

D. Francisco de Almeida conseguiu juntar 18 naus, caravelas e galés, encontrando-se perante uma esquadra aliada de turcos, cambaios e forças enviadas pelo Samorim de Calecute, de 200 velas.

Preparou então um genial plano de ataque, visando encurralar a frota inimiga dentro do porto de Diu. Este porto, com um estaleiro de não mais de duzentos metros, impedia que a armada turca se espalhasse em leque, obrigando-a ou a manter-se nas suas posições junto à praia ou a avançar em linha e, assim, submeter-se ao fogo certeiro dos artilheiros portugueses.

A esquadra do Vice-Rei atacou, colocando as suas naus junto às maiores naus do inimigo e as suas caravelas junto às galés. Cada comandante sabia qual a embarcação inimiga que lhe estava destinada como adversário e cumpriu, na íntegra, a estratégia de D. Francisco de Almeida. Desta sorte, envolveram-se as maiores unidades navais de ambos os lados da contenda em duelos ferozes, impedindo-se, simultaneamente, qualquer avanço do grande número de embarcações a remo, galés, fustas e paraus.

A batalha deste memorável dia 3 de Fevereiro de 1509 tornou-se na mais significativa batalha travada por portugueses, comparável às de Lepanto (1571) e de Trafalgar (1805). Carregada de episódios individuais, onde abundam exemplos de bravura, heroísmo e ilimitada dedicação, implantou, definitivamente, o poderio militar europeu na Ásia, que só terminou no nosso século com as invasões japonesas e as desistências europeias das políticas coloniais.

Existem diversos relatos desta batalha de Diu que, no geral, condizem, acrescentando pormenores significativos. Por exemplo, o caso de um artilheiro chamado João da Câmara, que disparou uma das nossas peças de grande calibre com tal quantidade de pólvora e a tão curta distância da nau inimiga, que esta recebeu o pelouro na linha de água, ficando furada de lado a lado e metendo logo tanta água que foi ao fundo, levando grande parte da sua tripulação consigo! Outro artilheiro disparou uma peça semelhante, furando uma nau inimiga de lado a lado, indo o pelouro embater numa outra que se encontrava por detrás! Uma das especialidades dos nossos artilheiros, não copiada pelos adversários, era a de disparar tiros rasantes. Quem já viu atirar uma pedra rente à superfície da água, observou, por certo, como esta faz ricochete, dando uma série de saltos até, finalmente, se afundar. Os arti-

Fig. 36: Reforço em cota de malha que se cosia por dentro da casaca, protegendo a nuca e os ombros. Séc. XV/XVI. Col. R. D.

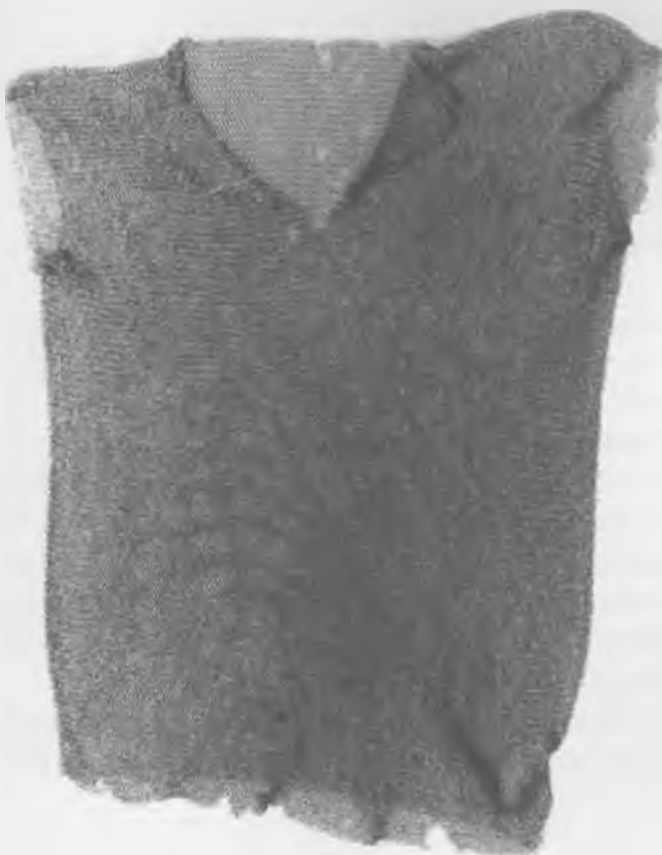



Fig. 37: Cota de malha dos séc. XV/XVI. Para diminuir o seu peso desistiu-se das mangas.

lheiros portugueses já tinham descoberto no século XV que conseguiam provocar este efeito com balas de canhão, atirando-as assim da zona mais baixa das suas naus para que com grande força, e quase em tiro horizontal, tocassem a superfície da água, aproximando-se do alvo aos saltos. Pretendia-se assim conseguir um grande rombo na embarcação do adversário, de preferência perto ou na sua linha de água. Com tiros destes afundaram-se diversas naus turcas nesta batalha.

D. Francisco de Almeida introduziu nesta ocasião uma estratégia inédita na história naval. Tirou grande parte dos melhores guerreiros da nau almirante onde se encontrava, distribuindo-os pelas outras naus, que tinham ordem para assaltar as maiores naus turcas. A sua nau passou ao lado da feroz batalha que então se desenrolava, metendo-se na garganta do estreito do porto de Diu, impedindo assim qualquer avanço da enorme quantidade de galeras e outras embarcações a remo que o adversário possuía e que estavam prontas para abordar as poucas naus e caravelas portuguesas. O nosso Vice-Rei tinha guardado a bordo da sua nau muitos dos melhores artilheiros e, como uma espécie de fortaleza flutuante, bombardeou todas as embarcações inimigas que se estavam a aproximar. Os tiros rasantes das suas peças romperam as fustas e galeras que se encontravam tão juntas que um pelouro bem apontado acabava por furar duas ou três. Estas, ao afundarem, impediam o avanço das que as seguiam, ficando encalhadas umas nas outras sem possibilidade de manobra! Como as grandes peças de artilharia em navios de guerra a remos se encontravam na proa, só no avanço directo é que fazia sentido serem usadas. Uma vez fora do rumo, de nada serviam. Os artilheiros da nossa nau almirante conseguiram assim afundar mais de uma dezena de galés, galeotas, fustas e paraus, danificando seriamente outras tantas, entupindo desta forma o estreito, o que impossibilitou o avanço das restantes embarcações inimigas. Contas feitas, ficou a saber-se que só da nossa nau almirante se dispararam para cima de mil e novecentos pelouros. O adversário, porém, não se deu facilmente por vencido. Em alguns dos navios portugueses contaram-se, após a batalha, mais de cinco mil flechas espetadas e centenas de embates de pelouros!

A razão principal de D. Francisco de Almeida ter escolhido o próprio porto e a barra de Diu para campo de batalha, à primeira vista

Fig. 38: Peitoral (chamado "krug") e nuca de uma armadura muçulmana dos séc. XV/XVI. Enquanto as armaduras europeias usavam a cota de malha, como uma espécie de roupa interior por baixo da armadura, os turcos usaram uma combinação de cota com chapas de ferro, ficando, assim, com armaduras substancialmente mais leves e mais facilmente manobráveis que as europeias. Col. R. D.

para ele inconveniente, visto ficar também por baixo do fogo da artilharia costeira (o que lhe causou bastante dano), foi a de querer evitar que a armada inimiga se espalhasse. Obrigando-a a avançar em linha, podia confrontar os inimigos um a um. Por outro lado, se a batalha se tivesse dado no alto mar não haveria nenhuma hipótese de fuga para as tripulações inimigas, que só poderiam lutar até à morte, pois o Vice-Rei deixara bem claro que não os deixaria vivos, por lhe terem morto o seu filho em Chaul. Estando, porém, as embarcações turcas mesmo junto à terra, existia a possibilidade de os muçulmanos fugirem a nado ou nos seus batéis e foi precisamente isso o que aconteceu. Vendo como os portugueses os estavam a atacar, vendo como perdiam uma nau turca atrás de outra e vendo ainda as fustas e galés impossibilitadas de abordarem os cristãos para a luta corpo a corpo, de nada lhes serviu a sua superioridade numérica, acabando muitos milhares por se atirarem à água para fugirem a nado. Os batéis portugueses perseguiram-nos e mataram todos os que puderam apanhar.

A luta durou das 11 horas da manhã até às 2 horas da manhã do dia seguinte. A vitória portuguesa foi estrondosa. Sem terem perdido um único navio, afundaram quatro grandes naus de guerra, capturando todas as outras! Muitas das embarcações inimigas mais pequenas conseguiram escapar por uma outra saída da barra de Diu, mas tal só serviu para espalhar por todo o Índico a notícia desta grande vitória portuguesa.

Muito se pode escrever sobre esta batalha e a figura do Vice-Rei. Entre tantas obras que li sobre o assunto, despertou-me a curiosidade um facto que normalmente não é referido e sobre o qual é aqui dada notícia completa e específica. Trata-se da carta que D. Francisco de Almeida mandou ler em todas as embarcações portuguesas, poucas horas antes do início da batalha, fazendo promessas aos seus homens, que bem sabiam da inferioridade numérica das forças portuguesas perante os turcos. Também ficou o relato de como o Vice-Rei, após a batalha, cumpriu todas estas promessas. Os dois documentos são de tal forma explicativos que os publico aqui, na íntegra:

> *"Dom Francisco d'Almeida, Visorey da India, polo muyto alto, e excelente Rey Dom Manuel, meu senhor. Notefico a*

Fig. 39: Gafa, o mais corrente acessório para armar as bestas militares dos séculos XV e XVI. Exemplar português do séc. XVI. Col. R. D.

Fig. 40: Virote de besta de guerra do séc. XVI. Col. R. D.

quantos esta minha carta virem, que porquanto neste dia e ora estou nesta barra de Dio, com todo o poder que tenho, pera dar batalha a huma armada do grão Turco, que elle mandou, que vierão de Meca pera guerrearem, e ponirem contra a fé de Christo, e contra o estado d'ElRey meu senhor; em comprimento do qual, dentro em Chaul, no rio, derão batalha com o Capitão mór do mar da India, e o matarão, e muytos catiuarão com 'ajuda dos de Melequiaz, Capitão de Dio, que os recolheo, onde se tornarão a refazer, e acrecentar com mór poder de gente e armada, com proposito de hirem guerrear e tomar as fortalezas de Cananor, e Cochym, com fauor e ajuda de grande armada que lhe mandou o Rey de Calecut, e com outra muyta que lhe forneceo Melequiaz aquy nesta cidade de Dio, onde erão juntos pera fazer a dita obra de guerra: o que por mym sabido, por atalhar o tamanho mal como se podia seguir, se estes imigos nom fossem ponidos, e de todo apagados, me fiz prestes com todo o poder d'ElRey meu senhor que pude ajuntar, e os vim buscar aquy a esta cidade de Dio, onde estão juntos com todos seus poderes, onde oje neste dia, com ajuda de Nosso Senhor, e piadade da sua grande misericordia, lhe dou a batalha, onde comigo aquy são juntos muytos fidalgos, e caualleiros, e gente nauegante, e valentes escrauos, que ajudão a seus senhores pelejando; no qual feito Nosso Senhor sabe o que será: E porque o feito e seruiço he tamanho, com tão manifesto perigo das vidas dos que ahy forem martyres, eu, como inteiro e perfeito Visorey, em nome d'ElRey meu senhor, me apraz, e hey por bem, e muyto seruiço de Sua Alteza, que todos quantos aquy são comigo presentes ajão honras de caualleiros perfeitamente, assy os viuos, como os que Nosso Senhor leuar pera sy, pera honra de seus herdeiros; e o que já he caualleiro lhe outorgo as honras de fidalguia, e a todos os degredados perdão liuremente de todos seus degredos, e aos omiziados liure perdão, da parte da justiça, de seus delitos; e os escrauos que neste feito morrerem serão pagos a seus donos por cada hum cincoenta

cruzados, e os que viuos ficarem, se dentro neste ano ouverem alforrias de seus senhores, auerão as liberdades de escudeiros e os que ficarem alejados, que nom possão seruir seus senhores, lhe serão pagos como mortos, e se com suas aleijões puderem seruir, a cada hum serão pagos vinte cruzados: os quaes pagamentos dos ditos escrauos, se ElRey meu senhor nom ouver por bem, tudo me obrigo a pagar de minha fazenda, viuendo, e morto mando que de minha fazenda se tudo pague. E a todos dou escala franca, que seja seu o que cada hum tomar, tirando os nauios, e artelharia, que nom posso dar. O que todo assy dou, e outorgo, com todo o poder que se contém em minha patente, e regimento d'ElRey meu Senhor, em cujo nome tudo outorgo, e confirmo d'este dia pera todo sempre, com todas as mais mercês, sua e acrecentamentos d'onras, e satisfações que de Sua Alteza receberão, que nesta ora da morte lhe peço que aja lembrança d'este tamanho seruiço, em que tão voluntariamente arriscão as vidas; e pola parte da mercê, que a mym toca, peço a Sua Alteza em singular mercê, que assy aja por seu seruiço, por ser este o primeyro feito contra Turcos. E mando que o treslado desta carta se dé a toda pessoa que a pedir, que contra minha fazenda valerá como escritura publica, assinada per mym em dia do glorioso Bispo Sam Bras, tres dias de Feuereiro do ano de 509."

Compreende-se que um Vice-Rei, almirante e cavaleiro de uma Ordem Religiosa militar portuguesa, descendente dos cavaleiros templários, estivesse motivado para se lançar numa batalha desta envergadura que, tudo levava a crer, acabaria numa sua derrota, só aceitável e compreensível como tentativa de vingança da morte do filho. Mas o mesmo não se pode dizer em relação aos homens que o seguiram. Esta sua carta demonstra os diferentes níveis de motivação, bem compreendidos e aproveitados por um homem de visão. Vejamos agora como é que ele arranjou uma solução para cumprir todas as suas promessas na íntegra. Após a vitória e a voluntária submissão de Melequiaz, regente de Diu, relata-se o seguinte:

Fig. 41: Um "quebra-lâminas", também chamado "adaga de mão esquerda usada nos juncos". A influência portuguesa na armaria do Extremo-Oriente tem a paternidade desta arma, que não servia como punhal, mas para parar o golpe do adversário e até para lhe quebrar a lâmina. Em vez da usual lâmina de um ou dois gumes possui uma pesada barra de ferro temperado. Séc. XVIII/XIX. Col. R. D.

Fig. 42: Tulwar-yataghan. Séc. XVII/XVIII. Enquanto a grande maioria dos tulwares se encontra equipada com lâminas curvas, do tipo sabre, surgem, por vezes, exemplares com lâminas de outros feitios. Este, com lâmina yataghan, é uma reminiscência da falcata usada pelos povos indo-europeus durante os dois milénios antes de Cristo. Col. R. D.

"Então o Visorey mandou a terra o seu homem, que fôra com os Rumes (turcos), e per elle mandou dizer a Melequiaz que elle tinha sabido que os mercadores da companha dos Rumes, que lhe matarão seu filho com seu fauor, e conselho, e ajuda, lhe derão a guardar muyto dinheiro, que tinha em seu poder, o que lhe era descoberto pelos mercadores da cidade, nomeandolhe doze ou quinze, os principaes da cidade: e que presumia que os proprios mercadores, que lho mandarão dizer, que elles erão os que tinhão o dinheiro e deitauão a elle a culpa; que lhe rogaua que a todos pedisse que daquelle dinheiro lhe mandassem tresentos mil xarafins, e que se lhos logo nom dessem que presos em ferros lhos mandasse á nao, porque os Rumes que tinha os conhecião; e por amor delle os nom mandaua esfolar viuos, porque tinha sabido que elles pagauão os remeiros das galés dos Rumes, e os remeiros de suas fustas, que ante seu rostro estauão prestes pera sayr 'ajudar os Rumes. Melequiaz com este recado nom se affrontou muyto, porque auia de ser dinheiro á custa alhea, e mais que os mercadores, que o Visorey nomeaua, erão tão grossos de riqueza que hum só bastaua pera dar todo o dinheiro, e muyto mais; polo que logo mandou chamar os mercadores, e lhe disse todo o recado do Visorey, e que se nom dessem o dinheiro em ferros os mandaria leuar todos á nao. O que por elles ouvido com grande temor, sem nada aprefiar derão os tresentos mil xarafins, que Melequiaz mandou meter em sacos de dez mil em dez mil, e por Cide Alle os mandou ao Visorey, com o seu criado, e lhe mandou dizer que os mercadores erão sem culpa do que os Rumes dizião; que pedia a Sua Senhoria pera que em paz fosse ante Sua Senhoria lhe désse licença. O Visorey, vendo o dinheiro, disse aos Capitães: 'Por aquy vereys a verdade do que vos disse, da grande riqueza desta cidade.' E auendose por satisfeito, mandou dizer a Melequiaz que ao outro dia fosse seguro, e assy tornaria. Então o Visorey mandou aly, presente todos,

vir o feitor Manuel de Resende, e entregou o dinheiro então por os roes de toda' gente, que elle mandara fazer. Fez mercê aos Capitães dos nauios grandes a cada hum de cinco mil xarafins, e aos nauios pequenos a cada hum tres mil, que estes forão os que abalroarão; e ás galés, carauellas, de dous mil, e aos carauellões mil e quinhentos, e ao bargantym quinhentos; e aos fidalgos, e homens estremes nomeados a quinhentos, e a tresentos, e duzentos cada hum, segundo seu gráo e valor; e á republica cincoenta a cada hum, e aos escrauos a cada hum vinte; e assy por esta boa ordem deu aos mestres, pilotos, condestabres, polo lemite dos fidalgos; e os bombardeiros, a mao e bom, cincoenta xarafins, e assy muyto per ordem aos gageiros, marinheiros; e a cada ferido cem xarafins mais, além da mais repartição; e assy a João Gomes e seu praceiro a cada hum cinco mil xarafins, e pagos os escrauos mortos; e as proprias mercês fez aos mortos, que suas fazendas forão entregues a hum arrecador de suas fazendas, que o Visorey pera ysso ordenou, dizendo que aos mortos mais se deuia, pois gastarão as vidas, que aos viuos ElRey lhe faria as mais mercês e satisfações. E passou ao feitor prouisão de todos estes pagamentos, que nom chegarão a cem mil xarafins; e passou mandado ao feitor que a todos quantos auia n'armada pagasse seus soldos até o dia que chegassem a Cochym. Então repartio dez mil xarafins pera esmolas pera os espritaes e Igrejas."

Muitos homens há que prometem tudo em dias de aflição e poucos que disso se lembram em horas de fartura! D. Francisco de Almeida foi um homem de palavra, prometeu e cumpriu! De regresso ao Reino teve, porém, um triste fim, acabando por ser morto por uma azagaia indígena africana, na Aguada de Saldanha. O seu corpo, bem como os dos que com ele caíram neste triste dia 1 de Março de 1510, foram enterrados na praia, sem outra sepultura mais que a areia com que os deixaram cobertos. Dois anos depois, Cristóvão de Brito procurou a sepultura do Vice-Rei. Não consta que a tivesse encontrado e trazido

Fig. 43: "O DECEPADO". Desenho da autoria de Roque Gameiro, mostrando Duarte de Almeida na batalha de Toro, segurando o estandarte real português com os dentes, tendo já perdido uma mão e em vias de perder a outra. Col. R. D.

as suas ossadas de volta ao Reino. Porém, D. António Caetano de Sousa, no tomo X, página 174, da sua obra “Historia Genealogica”, publica o seguinte epitáfio que, diziam alguns, existia na igreja do Espinheiro, em Évora:

“AQUI JAZ D. FRANCISCO D'ALMEIDA
PRIMEIRO VICE-REI DA ÍNDIA, QUE NUNCA
MENTIU NEM FUGIU.”

(Com. Saturnino Monteiro: “Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa”, vol. I; Gaspar Correia: “Cronica dos Feytos da India”, vol. I, cap. IV; “Portugal Diccionario Histórico”, vol. I de 1904).

SÓ RESTA UMA ARMADURA E EM MÃOS ALHEIAS

Um dos nossos mais respeitados historiadores foi Sousa Viterbo. Dizia-se que a sua mesa de leitura na Torre do Tombo estava gasta nos sítios onde colocava os braços e os documentos, durante décadas que ali passou para acumular conhecimentos, parte dos quais nos transmitiu através de diversas obras. Cito aqui o que nos diz sobre as nossas armaduras (em *"Armarias e Arsenaes no Século XVI"):*

> *"Uma nação eminentemente guerreira como foi a nossa, que deixou assignalada em tantas e tão desvairadas partes a sua actividade militar e a sua energia conquistadora, deveria ostentar como poucas os vestigios da sua grandeza, os tropheus das suas victorias. Ao contrario do que era de esperar, os despojos das nossas conquistas, os restos do nosso poderio, os testimunhos do nosso valor, ou se aniquilaram para sempre ou estão de tal modo disseminados, que difficilmente custará a acreditar que não sejam puras invenções romanescas as chronicas em que se contam os feitos dos que pelejaram com tanto ardor nas praças d'Africa, nos muros de Diu, nos mares do Oriente e nas florestas do Brasil. Onde estão as armaduras dos cavalleiros que assaltaram Ceuta, Arzila e Azamor? Que é das lanças e das espadas dos que ajudaram Affonso d'Albuquerque a conquistar Gôa, Ormuz e Malaca? Que é dos mosquetes que derrubaram os batalhões hollandezes nas batalhas dos Guararapes?*

São perguntas dolorosamente impertinentes, a que apenas respondem os frouxos eccos da historia. Poucas nações da Europa deixam de ostentar as suas vistosas armarias, e só Portugal, o glorioso veterano das descobertas, não sabe dizer ao certo como lhe rolou da cabeça o seu brunido capacete, como lhe cahiu das mãos a espada vencedora d'Aljubarrota e do Ameixial. Diversas causas, bem sabemos, explicam a nossa pobreza e a nossa decadencia, mas entre todas ellas sobresae, infelizmente, o nosso desleixo e, o que é peior ainda, o nosso vandalismo. A derrota d'Alcacerquibir, o dominio hespanhol, o terramoto de 1755, a invasão franceza, o terramoto sobretudo, foram elementos poderosissimos de destruição, mas os outros povos não têem tido menores causas de ruina e têem sabido conservar alguns dos monumentos mais importantes da sua historia militar. Quasi se pode affirmar que não existe em Portugal uma armadura completa e authentica, e até n'isto são pobrissimos os paços dos nossos reis. A ferrugem dos seculos e os abalos da natureza não eram sufficientes para tamanha destruição. Se não podemos por fórma alguma estabelecer hoje uma armaria, por muito modesta que fosse, podemos, felizmente, formar um museu de artilharia, que não nos envergonhe aos olhos do estrangeiro. A collecção que existe em Santa Clara é valiosissima e pena é que se não tenha publicado um catalogo, historica e scientificamente descripto, com o desenho dos exemplares mais curiosos.

A pobreza de hoje contrasta desoladoramente com a exuberancia do seculo XVI. Então os grandes armazens á beira do Tejo estavam repletos d'armamentos de toda a especie e chegaram a dispertar a admiração de alguns estrangeiros illustres que nos visitaram n'essa época."

Infelizmente, tenho de concordar com este ilustre historiador do início do actual século. A meu ver, muito disto se deve à eterna vontade do reaproveitamento, vendendo-se armaduras antigas a arameiros, que alisavam as chapas, transformando-as em tachos, panelas e espelhos

Fig. 44: O fim inglorioso de uma armadura. Um peitoral de uma armadura da 2ª metade do séc. XVI, ricamente gravado, transformado em tampa de um tacho! A chapa fria, que outrora ouvia o bater do coração dum português, acaba por ouvir hoje o saltitar das batatas dum cozido. Triste fim! Col. R. D.

para fechaduras de portas e que cortavam as velhas cotas de malha a fim de as venderem nos mercados como esfregões para tachos! O problema reside, de certa forma, numa palavra: enquanto a palavra "old" na língua inglesa, por exemplo, significa: "velho, idoso, merecedor de respeito, carinho e estima", aplicamos à palavra "velho" o significado de "obsoleto, desnecessário, não-presta, pronto para ser deitado fora". E, assim, deitamos fora os testemunhos da nossa própria identidade histórica!

Isto vem a propósito de só ter sobrevivido uma única armadura portuguesa do século XV, que se guardou completa, sabendo-se até o nome do seu dono. Por tristeza, nem fomos nós que a guardámos! Foi salva pelo inimigo de então, que a guardou como relíquia e troféu de guerra. Encontra-se numa vitrine exposta ao público, na catedral de Toledo.

Trata-se da armadura de um alferes-mór de D. Afonso V, de nome Duarte de Almeida, que ficou na história com a denominação do "Decepado". Na batalha de Toro, em 1 de Março de 1476, entre Portugal e Castela, praticaram-se invulgares actos de valentia e heroísmo. Entre os muitos guerreiros que se tornaram notáveis, conta-se Gonçalo Pires e Duarte de Almeida, a quem estava confiado o estandarte real português. A luta foi terrível; as quatro grandes divisões castelhanas, vendo os seus em perigo, foram em seu auxílio; simultaneamente, o Conde de Monsanto, o Conde de Guimarães e o Conde de Vila Real avançavam em socorro dos portugueses. Subjugados pela superioridade do inimigo, os portugueses caíram em desordem, abandonando a defesa do pavilhão real. Imediatamente, inúmeras lanças e espadas caíram sobre ele e todos tentaram apoderar-se de tão importante troféu. Duarte de Almeida, num supremo esforço, envolto num turbilhão de lanças, empunha de novo a bandeira e defende-a com heroica bravura. Uma cutilada corta-lhe a mão direita; indiferente à dor, empunha com a esquerda o estandarte confiado à sua honra e lealdade; decepam-lhe também a mão esquerda; Duarte de Almeida, desesperado, segura o estandarte com os dentes e, rasgado, despedaçado, os olhos em fogo, resiste ainda e sempre! Os castelhanos rodearam-no caindo às lançadas sobre o heroico alferes-mór, que tombou moribundo. Apoderaram-se então da bandeira, mas Gonçalo Pires conseguiu reconquistá-la, levando-a de volta ao campo português. Estes actos heroicos foram admira-

dos pelos próprios inimigos. Duarte de Almeida foi conduzido, semi-morto, para o acampamento castelhano, onde recebeu o primeiro curativo, sendo depois mandado para um hospital em Castela. Ao fim de muitos meses, pazes feitas, voltou à Pátria. A sua armadura ficou em Toledo, e os sacristãos da respectiva catedral contam ainda hoje aos visitantes os actos heroicos do português que, sem mãos, defendeu a bandeira, segurando-a com os dentes.

("Crónica de D. João II"; "Portugal Diccionario Histórico", vol. I, pág. 245).

Fig. 45: Xilogravura quinhentista, mostrando um capitão de guerra europeu com armadura ligeira, cota de malha e burgonheta dos tipos usados também pelos portugueses em todos os seus contactos extra-europeus. Col. R. D.

«OS CINCO PORTUGUESES DEFENDENDO A BRECHA NA MURALHA DA FORTALEZA DE DIU CONTRA 500 TURCOS QUE NÃO CONSEGUIRAM PASSAR!».

Quadro a óleo da autoria de A. A. Canelhas.

120 CONTRA 50.000

É fácil considerarmos certos relatos exagerados quando os não estudamos devidamente. Porém, quando se conseguem diversos relatos, inclusive de fontes opostas, é necessário reformular opiniões, pois aí encontramo-nos perante factos duplamente reconfirmados.

Isto vem a propósito de certas batalhas que se deram no Extremo-Oriente, onde os portugueses lutaram contra exércitos locais que mais não eram do que grandes multidões de indígenas mal equipados. O perigo de morte, entretanto, mantinha-se, apesar da inferioridade das armas dos adversários. A morte de Fernão de Magalhães numa escaramuça nas Filipinas é prova disso mesmo.

Aí relativamente perto, nas Molucas, fonte das melhores de todas as especiarias, encontrava-se António Galvão, que largara de Cochim a 8 de Maio de 1536, com duas naus carregadas de soldados e colonos para implantar gente portuguesa em Ternate. Juntando mais duas caravelas e alguns navios de remo que havia em Ternate, resolveu fazer-se a Tidore, onde se encontravam reunidos os exércitos de diversos Reis das Molucas, perfazendo um total de cerca de 50.000 guerreiros. Aparecendo as nossas naus com as suas peças de grande calibre, resolveram as trezentas corocoras (embarcações de combate indígenas) manter-se fora do nosso alcance, evitando-se desta sorte uma batalha naval.

Feito o reconhecimento parcial da ilha, cujas praias se viam cheias de guerreiros indígenas e disparadas as primeiras bombardas contra a cidade, expediu Galvão um último mensageiro de paz, cujas propostas não foram aceites. Posto isto, fundeou a nossa frota junto ao rochedo em que assentava a fortaleza, por ser local propício à eficiência dos

disparos dos navios e ao seu resguardo dos projécteis inimigos. Foi ali que Galvão determinou, com a concordância dos seus capitães, tomar para objectivo directo do ataque a própria cidadela, que o adversário reputava de inexpugnável.

Galvão desembarcou com cento e vinte compatriotas, deixando cinquenta portugueses na frota, com instruções para, de madrugada, fazerem muito alarido com trombetas e tambores, para que assim o inimigo pensasse que a frota se preparava para desembarcar. Este ardil foi coroado de êxito, pois levou o inimigo a imobilizar consideráveis forças na praia. Galgando ladeiras íngremes, o pequeno exército luso aproximou-se, despercebido, do reduto, do qual o separava escassa meia légua, quando o rebate soou e cinquenta mil guerreiros indígenas lhes apareceram à frente! Para evitar tamanho choque em campo aberto e provocar a dispersão do inimigo, os portugueses entraram nas densas florestas e matagais que ladeavam o caminho. A simplicidade do plano foi genial, pois o adversário, perdida a vista dos nossos e conhecendo o seu diminuto número, entrou para os procurar nos montes e vales, dividido em vários grupos, que denunciavam a sua aproximação com infernal gritaria. Quis o destino que o primeiro recontro se desse com o Rei Cachil Daialo, temível campeão das Molucas devido à sua destreza com as armas, perícia na guerra e entranhado ódio aos portugueses. A valentia deste lutador inimigo no campo da refrega duplicou-lhe o prestígio e foi a principal causa da nossa vitória porque, vendo o ídolo derrubado e ouvindo-lhe a aflitiva súplica para o levarem de forma a não permitir que o adversário lhe cortasse a cabeça como troféu, os mouros e indígenas debandaram, seguindo o moribundo e chocando com os reforços que acorriam, dispersando-os frente aos nossos, que assim entraram na fortaleza. Os defensores desta ficaram em pânico, abandonando-a, acabando os nossos por incendiá-la. Incêndio este que alastrou a toda a cidade, ficando tudo em cinzas. Este foi só um de tantos feitos de António Galvão. Sobre ele poder-se-ia e dever-se-ia escrever diversos volumes! A sua vitória não ocorreu exclusivamente pelo facto dos seus 120 homens se encontrarem melhor armados. Os adversários possuíam artilharia, lanças, espadas, arcos e flechas, estas últimas, muitas das vezes, envenenadas. Tomar a decisão de atacar uma fortaleza com 120 homens tendo 50.000 à sua frente e

Fig. 46: Grande esmerilhão malabar. De ignição por mecha à mão. Uma ligeira peça de artilharia, transportável por um só homem. Servia para disparar das amuradas e das ameias. Trata-se de um exemplar de época recuada (da transição do séc. XV para o XVI), por ainda ter sido equipado com gancho de madeira. Como este servia para aguentar o coice do tiro, partia-se com facilidade, sendo substituído por ganchos de ferro, ainda no início do séc. XVI. Col. R. D.

Fig. 47: Pelouros dos séc. XV e XVI. Os dois mais pequenos são em mármore e foram utilizados nos berços pedreiros navais. Os dois grandes são em granito e foram usados nas bombardas. Todos eram envoltos em saca para melhor se ajustarem às paredes interiores da peça de artilharia, evitando-se, assim, uma perda de gases na explosão. Visto estes projécteis duros e ásperos causarem danos à alma do cano, os portugueses optaram por partir e refundir as suas peças de artilharia após, aproximadamente, cem tiros. Abriram fundições em Goa, Cochim, Malaca e Macau, o que lhes permitiu estarem sempre equipados com artilharia nova, pronta para oferecer o rendimento máximo do seu alcance. Col. R. D.

encontrando-se a pequena frota na iminência de poder vir a ser atacada por três centenas de embarcações com cerca de 30.000 guerreiros, foi uma decisão de espanto que, ainda hoje, nos merece profundo respeito.

(Gaspar Correia: "Cronica dos Feytos da India", vol. III, cap. CI; Antonio Galvão: "Tratado dos Descobrimentos", pág. 42 a 46; Com. Saturnino Monteiro: "Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa", vol. II, pág. 279-282).

Fig. 48: Lopo Vaz de Sampaio. Tanto teve de grande herói como de mau político. Muitas vezes ferido em combate, acabou por ficar mais ferido no seu orgulho ao voltar para o Reino acorrentado como prisioneiro por, indevidamente, ter assumido o Governo da Índia. Litografia do séc. XIX interpretando o respectivo quadro da Galeria dos Vice-Reis da Índia. Col. R. D.

Fig. 49: Lopo Vaz de Sampaio, 6º Governador da Índia (1526-29). Combateu em Arzila, Toro, Mediterrâneo, Tânger, Alcácer-Quibir (1503), Alcácer-Seguer, Gualdião, Tânger de novo, Goa, Adem, Cochim e nas campanhas contra o Samorim de Calecute e o Sultão de Cambaia. Xilogravura do séc. XVII. Col. R. D.

TRINTA PARA CADA UM

Garcia de Sá enviou, em 1519, uma nau comandada por Manuel Pacheco para impôr aos Reis de Pacem e Achem o cumprimento do que estava estabelecido por contrato. Quando faltou água à grande nau portuguesa, foi enviado um batel para fazer o reabastecimento. A pequena embarcação era tripulada por cinco portugueses, António de Vera, do Porto, António Peçanha, de Alenquer, Francisco Gramaxo, João Almeida de Quintela e um barbeiro de bordo, sendo remada por escravos malaios.

Já longe da sua nau e perto de terra, foram surpreendidos por um capitão do Rei de Pacem, comandando três navios de 150 homens cada. Os muçulmanos viram ali uma boa oportunidade para rapidamente alcançarem a glória de prender ou matar cinco portugueses! Reconhecendo os cinco o perigo em que estavam, e não o podendo evitar, resolveram então abordar o navio comandante, subindo para bordo aos gritos de "Santiago", com as suas espadas na mão direita e as adagas na esquerda. Os mouros, que estavam convencidos de que os cinco se entregariam sem resistência, não podendo contar com nenhum apoio dos seus escravos remadores (perante a óbvia superioridade muçulmana), ficaram perplexos com o valente combate que então se desenrolou. Couberam trinta adversários mouros a cada um dos portugueses, que os atacaram com uma ferocidade de quem já se considera perdido, querendo ao menos levar consigo o maior número possível de adversários! Quando os mouros começaram a cair mortos e se ouviram os gritos dos decepados, feridos e moribundos, os outros, aterrorizados, atiraram-se ao mar. Perante esta demonstração de falta de coragem dos seus próprios homens, o capitão mouro virou-se com a sua cimitarra

contra os seus soldados que saltavam para a água. O capitão envolveu-se em luta com os seus homens, que já não lhe obedeciam, acabando por cair também ao mar, onde ainda utilizou a sua cimitarra para dar cutiladas aos seus, até acabar por se afogar. Os cinco portugueses ficaram donos do barco mouro, perante os olhos estupefactos das tripulações das outras duas embarcações. Estas, perdendo o seu capitão-geral, mostraram as popas, acabando por se irem embora sem dar mais luta. De certo não se tinham dado conta de que os nossos cinco, exaustos da luta e com muitas feridas cada um deles, acabaram por cair e até desmaiar. Os seus escravos remadores malaios vieram então a bordo para os ajudar; navegaram com o batel rebocado pela embarcação muçulmana conquistada, de volta, em direcção à nau. Tratados pelos médicos de bordo, tornaram-se os heróis do dia, facto também reconhecido pelo Rei de Pacem que, perante tal actuação de tão poucos, veio oferecer a paz e a satisfação de todos os danos, conforme o Vice-Rei lhe tinha proposto. A acção destes cinco impediu assim grandes batalhas, com enormes perdas para ambas as partes.

(Manuel Faria e Sousa: "Asia Portuguesa", tomo I, part. III, cap. III, pág. 189).

DESAFIOU UM EXÉRCITO POR CAUSA DE UM CAPACETE

Durante o segundo cerco de Diu (1546), o Governador desta praça portuguesa, D. João de Mascarenhas, necessitou de informações precisas sobre as posições e quantidades de forças inimigas que se estavam a juntar para o expulsar. Com poucas centenas de portugueses dentro da fortaleza e cada vez mais inimigos à porta (contavam-se já às dezenas de milhares), tornou-se crítica esta falta de dados. Comentando isto com os seus cavaleiros, ofereceu-se para resolver o problema D. Diogo de Anaia Coutinho, um fidalgo falido que se tinha inscrito como simples soldado, vivendo deste magro vencimento. Não sabemos se foi o seu simples reconhecimento da gravidade da situação, a sua vontade de conseguir alcançar certa glória, o desespero da sua infeliz situação pessoal ou o sangue digno dos seus antepassados que lhe ferveu nas veias; facto é que se ofereceu para, na calada da noite, se fazer ao campo inimigo a fim de trazer notícias do que ali se passava.

O Governador aceitou o seu gesto e D. Diogo desceu das ameias por uma corda, escondido pela escuridão e aproximou-se do campo inimigo para tomar os seus apontamentos. De repente viu, muito perto de si, duas sentinelas mouras. Surgiu-lhe a ideia de se apoderar de, pelo menos uma, que pudesse levar consigo para ser interrogada, podendo-se obter assim um maior número de informações. Como não podia levar dois resolveu, então, matar um dos mouros com a sua lança, envolvendo-se em luta corpo a corpo com o outro. Este, vendo o seu colega estendido, resolveu lutar e desatar, simultaneamente, aos gritos. D. Diogo de Anaia Coutinho teve de se despachar para o prender, sem o matar, e arrastá-lo rapidamente para as portas da cidade antes que a

moirama toda lhe caísse em cima. O corpo da guarda viu-o chegar e conseguiu abrir-lhe as portas para que entrasse mais o seu prisioneiro, antes que as lanças dos inimigos que o estavam a perseguir o conseguissem alcançar. Levando o cativo ao Capitão-mór sentiu muita honra, mas também a inveja dos que gostariam de ter estado no seu lugar. Acontece, porém, que D. Diogo levara um capacete que não era seu. Tinha-lhe sido emprestado por um soldado, que agora lho pedia de volta. Foi só nesse momento que D. Diogo se deu conta de que o tinha perdido no meio da luta. Só poderia estar no local onde enfrentara os dois inimigos. Esperando que os mouros não o tivessem já encontrado, resolveu então voltar ao local do encontro nocturno. Entretanto, já se fizera dia e os mouros ficaram muito espantados quando viram um português descer por uma corda atirada por cima das ameias. Pensaram certamente tratar-se de um renegado ou desertor, esperando-o calmamente, visto não fazer sentido um só português desafiar todo o exército cambaio e muçulmano! D. Diogo teve sorte, reencontrou o capacete sem ser preso, colocou-o na cabeça e desatou a correr de volta para a fortaleza. Quando os seus adversários viram que ele não os procurara mas que apenas tinha ido para lhes "tirar" um capacete, e isso à vista de todo o exército, sentiram-se enganados e roubados! Levantou-se grande brado e dispararam as suas flechas e balas de mosquetes para o abater, enviando também os seus cavaleiros para o apanhar. A corrida foi de vida ou de morte e D. Diogo conseguiu alcançar e subir a corda, salvando-se no meio dos seus e devolvendo o capacete emprestado! A raiva dos inimigos deve ter sido pelo menos tão grande como a alegria dos seus camaradas que a tudo assistiram, observando e gritando das ameias! A busca do capacete, em pleno dia, perante todo o exército inimigo deu-lhe ainda mais honra do que a sua saída nocturna e o resultado do seu combate contra os dois mouros!

(Jacinto Freire de Andrade: "Vida de Dom João de Castro Quarto Visorey da India", edição de 1671, livro segundo, pág. 113 e 114).

VOLUNTÁRIOS PARA SE METEREM NO INFERNO

Diu estava sitiada e cercada (1546) por enormes exércitos muçulmanos e cambaios, que a atacavam por terra, com diversas dezenas de milhares de homens, máquinas de guerra, grandes bombardas, chuvas de flechas e lanças de fogo; entretanto, a grande armada turca acometia a fortaleza pelo lado do mar, bombardeando-a e impedindo a vinda de qualquer socorro ou reabastecimento. A perda de Diu parecia inevitável e iminente. Nem por terra, nem por mar poderiam chegar reforços. Seriam destroçados antes que chegassem à barra de Diu, em nada podendo ajudar. Já se comiam os cães e cavalos e os ratos eram caçados como petiscos! Grande parte dos guerreiros portugueses já tinham sucumbido nas ininterruptas lutas pela defesa da fortaleza. Muitos morreram na explosão de um dos baluartes minado pelo turco. Outro dos baluartes tinha caído em mãos mouras havendo já luta dentro da fortaleza. A falta de abastecimento de todo o género trouxe a febre à cidade sitiada, e tanto se podia morrer de fome, de doença como da guerra. Diu era o inferno e parecia que ninguém se poderia salvar!

No meio de tudo isto chegou um caravelão a Baçaim, comandado por António Moniz Barreto, trazendo um grande carregamento de munições. O mau tempo era tal que se ia perdendo a grande caravela com toda a sua tão preciosa carga. Salvou-se devido à inédita actuação de Barreto que, metendo-se numa galveta, por acaso encontrada na praia e, atando o caravelão que já se tinha solto das suas âncoras, trouxe-o a reboque para bom porto. Barreto apercebeu-se então de que ia ser impossível levar a grande caravela para Diu, não só por causa da grande armada inimiga, como por causa do mau tempo. Viu, no entanto, que a

Fig. 50: D. Duarte de Menezes, 4º Governador da Índia (1522-24). Guerreou em Tânger, onde seu pai era capitão e onde acabou por receber um ferimento na cara (1503). Venceu diversas batalhas contra os alcaides marroquinos. Xilogravura do séc. XVII. Col. R. D.

Fig. 51: Tulwar indiano dos séc. XVI/XVII. As suas guardas, acabando em cabeças de monstros, são viradas para baixo, como nas espadas portuguesas de 1430-1530, o que oferecia mais segurança contra a lâmina do adversário, quando uma escorregava na outra, deixando, porém, a mão desprotegida contra qualquer golpe vindo do lado. Col. R. D.

Fig. 52: Tulwar indiano dos séc. XVIII/XIX. Em ferro cinzelado por um grande mestre. Possui, no seu pomo, uma argola para passar um fiador de cabedal. Este evitava que se perdesse a arma, mesmo quando esta, em resultado de uma forte pancada, se soltasse da mão. Col. R. D.

galveta se deixava manobrar bem e, sendo tão pequena e chata, eventualmente poderia passar despercebida no meio das águas revoltas.

Em segredo, comprou a pequena embarcação ao seu dono, carregando-a de munições. E assim se fez ao mar sem dizer nada a ninguém, querendo atravessar sozinho o golfo de Cambaia e furar o cerco da armada inimiga, de forma a apoiar os heróis de Diu, tão necessitados de ajuda e ânimo.

Estava por acaso na praia Garcia Rodrigues de Távora que, vendo a resolução de António Moniz Barreto, lhe pediu que o levasse consigo; escusou-se o Moniz dizendo que queria só para si este perigo, pois não lhe convinha acompanhar-se de "homem tão grande", que lhe faria sombra e o passaria para segundo plano na sua própria embarcação. Garcia Rodrigues afirmou-lhe que em toda a parte confessaria que era ele quem o levava e até faria tal afirmação por escrito. Satisfeito com esta digna resposta, Moniz deu lugar a Garcia Rodrigues para ir com ele acudir Diu.

Vendo-os fazerem-se ao mar, surgiu Miguel de Arnide, um soldado de corpo agigantado e maior ainda no brio, bradando-lhes de terra: "Como, Senhores, SEM MIM PASSAIS A DIU?" — "Não cabeis cá!" — respondeu um deles. Mas o valoroso soldado, lançando-se ao mar vestido, com uma espingarda na boca, pôs-se a nadar em direcção à galveta. Vendo Moniz tão grande convicção, parou para o recolher, dizendo que levava um bom socorro e um bom companheiro a Diu.

A sua travessia do golfo foi muito arriscada, passando todo o dia e a noite a tirar água que, continuamente, saltava para dentro da pequena embarcação. Na tarde do dia seguinte avistaram a fortaleza ou, melhor dizendo, o que dela restava. Não vendo ninguém, pareceu-lhes terem chegado tarde e que Diu já tinha caído. Mesmo assim desembarcaram, gritando, à procura dos nossos. Só nessa altura é que as vigias se deram conta do aparecimento da galveta, chamando D. João de Mascarenhas. Este, levou-os nos braços, dizendo-lhes quanto estimava tão oportuno socorro. Nos dias seguintes agasalhou-os, colocando-os nos baluartes São João e São Tomé, que eram os mais arruinados, dando-lhes "estes mimos de guerra, como a beneméritos dos maiores perigos".

A vinda dos três a Diu e as munições que com eles trouxeram, deram uma significativa ajuda aos defensores, que muito se animaram.

Fig. 53: Afonso de Albuquerque. Gravura a cobre inglesa, reinterpretando um original português do séc. XVIII. Col. R. D.

A luta por Diu ainda continuou durante bastante tempo, ficando os portugueses vitoriosos, pois conseguiram reforços e causaram graves perdas aos adversários, sempre repelidos.

Dando-se esta acção de ajuda voluntária e inesperada num dos momentos de maior desânimo dos poucos defensores portugueses ainda capazes de pelejar pela fortaleza, podemos concluir que a aventura destes três companheiros que se meteram ao mar revolto para poder entrar no inferno de Diu, acabou por ter grande importância nesta vitória.

(Jacinto Freire de Andrade: "Vida de dom João de Castro Quarto Visorey da Índia", edição de 1671, livro segundo, páginas 166 a 169).

RESPEITO PELA LEITURA

Uma das acusações que mais se ouvem, durante os últimos anos, para denegrir a acção de Afonso de Albuquerque foi o facto, indiscutível, de ele ter ordenado que fossem cortadas as orelhas a um grande número de mouros. Sem dúvida, uma sentença assustadora, que ainda hoje arrepia quem quer que a leia. Mas isto não nos dá o direito de julgarmos e condenarmos um grande homem, sobretudo pela nossa falta de conhecimentos mais precisos sobre os costumes da época e da região.

Em relação a este castigo tenho de informar que em muitos países árabes, ainda hoje, se aplicam penas idênticas. Para quem for apanhado a roubar, a sentença é o corte da mão direita. Disse-me um catedrático muçulmano que é com a direita que se põe a comida na boca e é com a esquerda que se limpa o traseiro. Desta sorte, o ladrão não só fica visivelmente marcado perante toda a sociedade como tal, mas até humilhado na sua vida mais íntima!

O "desorelhar" não foi inventado por Afonso de Albuquerque. Trata-se de um tipo de sentença muito vulgarmente aplicada no seu tempo nas regiões com as quais manteve contacto belicoso. Procurando nas antigas legislações portuguesas, encontramos não só o "desorelhar", como outras práticas horrendas, em pleno vigor na época de Afonso de Albuquerque.

No foral de Pombal lê-se que o mordomo do Rei não se opunha à execução da sentença, quando qualquer mouro seu fosse condenado a ser apedrejado ou queimado, independentemente da culpa do sentenciado! O próprio D. João I mandou queimar vivo, no Rossio de Lisboa, um seu criado, por ele muito estimado. Tinha cometido o crime de

"tracto illicito com uma dama do Paço". Chamava-se Fernando Afonso e não era mouro mas cristão e nessa época ainda não se falava em Portugal em autos-de-fé ou Inquisição!

Havia uma célebre lei de D. Afonso II ordenando que, quando ele *"condenar alguém à morte ou a cortarem-lhe algum membro, se não cumpra a sentença sem passarem vinte dias, porque na condemnação póde haver paixão, ou sanha, da qual ele se arrependa"* Esta pena de corte de membros em Portugal refere-se principalmente ao corte das orelhas e vem mencionada em muitos forais e cartas régias. Havia, além disso, a marca na testa com um ferro em brasa para os ladrões e salteadores. A pena de "desorelhar" foi a que se impôs em 1499 (poucos anos antes de Afonso de Albuquerque ir à Índia) *"a todo e qualquer peão que se achasse cortando ou desatando alguma bolça"* (hoje chamado de larápio por esticão ou carteirista). Assim, quando Afonso de Albuquerque ordenou que fossem cortadas as orelhas aos habitantes das cidades que não cumpriam o estabelecido, simplesmente estava a aplicar a lei (tanto a lei portuguesa como a lei local).

Isto vem a propósito de uma atitude característica de Afonso de Albuquerque, que tanto tinha de generoso como de impiedoso.

Tendo tomado a vila de Orfação, sujeita ao Rei de Ormuz, após uma batalha de grande envergadura, com muitas mortes em ambas as partes, ordenou o saque da vila e o "desorelhar" dos seus habitantes. Enquanto os seus homens cumpriam o mandato *"tomou Nuno Vaz de Castelo-Branco um mouro, que achou em uma casa, que por sua muita velhice não pode fugir; e porque em seus trajos lhe pareceu homem honrado, não o quis matar, e trouxe-o a Afonso de Albuquerque. O mouro lhe disse, que era um dos três Governadores daquele lugar, e por ser muito velho, e não poder andar, seus filhos, por salvarem as vidas, o deixaram no campo, e se foram, e ele por escapar à furia da sua gente, não quisera aguardar no campo, e se tornara a aquela casa, onde o cavaleiro o achara. Afonso de Albuquerque lhe perguntou pelas coisas de Ormuz, e ele lhe deu larga informação delas, e contou-lhe muitas coisas antigas daquele reino, porque era muito velho, e muito lido: e louvou muito o esforço dos portugueses, e disse-lhe que verdadeiramente não lhe podia negar que eram para conquistar o mundo; porque lendo elle a vida de Alexandre o Grande, que aquela terra conquistara, não achara que a sua gente tivesse nenhuma vantagem à*

portuguesa. Afonso de Albuquerque espantado do mouro dizer que lera a vida de Alexandre perguntou-lhe onde a lera, porque ele também era lido, e muito afeiçoado a suas cousas. O mouro tirou um livro do ceio escrito em parse, encadernado em veludo carmesim ao seu modo, e deu-lho, que Afonso de Albuquerque mais estimou que quantas cousas lhe podera dar, e ouve-o por bom prognostico para a determinação, que levava para conquistar Ormuz: e mandou dar a este mouro um vestido de escarlate, e outras cousas de Portugal, com que ficou muito contente, e muito mais de se ver livre com suas orelhas".

("Commentarios do Grande Afonso Dalboquerque Capitão Geral Que Foi Das Indias Orientaes Em Tempo Do Muito Poderoso Rey D. Manuel O Primeiro Deste Nome", parte I, cap. XXVIII, pág. 133-134).

Fig. 54: Khanjar indo-persa com punho em jade. Séc. XVII/XVIII. Col. R. D.

CINCO SALTARAM PARA A BRECHA

Durante o primeiro cerco a Diu (1538), António da Silveira defendeu a fortaleza com 600 portugueses, contra dezenas de milhares de turcos e cambaios. Ao fim de meses de lutas incessantes, o número de portugueses ainda capazes de manusear o mosquete ou a espada desceu para uns meros 40, tendo o adversário perdido para cima de 3.000 homens, acabando por desistir e ir-se embora. Mas para o turco, a derrota no primeiro cerco não significou a desistência. Ao tomar conhecimento de que tão poucos portugueses se encontravam na fortaleza quando levantara o primeiro cerco, decidiu reaparecer, devidamente preparado e com novo exército gigante. Desta feita, no ano de 1546 surgiu com 13.000 homens em frente à fortaleza, entretanto restaurada, mas defendida apenas por 250 portugueses, liderados pelo seu capitão D. João de Mascarenhas. Ambos os lados tentaram conseguir introduzir reforços, recebendo os portugueses mais 200 e o turco mais 20.000. A situação era desesperada, pois os nossos perderiam inevitavelmente se dessem luta em campo aberto, só lhes restando a defensiva. E desta vez o inimigo trazia engenheiros experimentados, que abriram grande quantidade de trincheiras à volta da nossa fortaleza, colocando nelas bombardas de enormes dimensões para derrubar os nossos muros.

(Após a vitória portuguesa e o abandono destas grandes peças pelo inimigo, caíram algumas, de dimensões nunca vistas, nas nossas mãos. Uma, chamada A GRANDE PEÇA DE DIU, ainda hoje pode ser vista no pátio do Museu Militar de Lisboa. Embora impressionante pelo seu grande comprimento e peso, cerca de vinte toneladas, não era de grande calibre. Uma outra, com 60 cm de calibre, guardou-se em

Diu. A maior de todas foi transportada para Goa. Dizia-se que uma criança de 12 anos podia estar em pé dentro da sua boca! Calcula-se o seu calibre em cerca de 1 metro e 20 centímetros. Sobreviveu alguns séculos como troféu de guerra, mas, em 1843, acabou por ser fundida e o bronze utilizado para a cunhagem de moedas da India Portuguesa, que então muita falta faziam para os pequenos trocos).

Mas até se dar esta grande vitória, houve muitos momentos de dúvida, em que não se sabia se ela penderia para um lado ou para o outro. Os engenheiros e artilheiros ao serviço dos turcos, parte deles italianos alistados para este fim, mandaram construir minas, aproximando-se assim da fortaleza portuguesa por baixo. Conseguiram colocar um grande número de barris de pólvora sob um dos nossos baluartes. Quando tudo explodiu, deu-se o caos. O grande efeito da pólvora oprimida fez com que as pedras da fortaleza fossem projectadas com tão violento impulso, que mataram 60 portugueses e centenas de adversários no campo inimigo! O turco não tinha dado ordem para recuar às suas próprias tropas para que os portugueses não se apercebessem do que estava tramando!

O baluarte estava destruído e em ruínas, tinha-se aberto uma brecha que permitia a entrada ao inimigo. Logo que os fumos da explosão se desvaneceram, o turco deu ordem a quinhentos dos seus mais experimentados soldados para assaltarem a fortaleza por aquela brecha.

Para os portugueses parecia ter chegado o fim. Tinham perdido tantos dos seus melhores homens, entre eles o filho do Vice-Rei, ficando muitos outros feridos e soterrados e agora o turco atacava por uma brecha que mais parecia uma porta aberta, como convite para que se apoderasse da fortaleza!

Porém, nesse mesmo instante, sem prévia combinação, saltaram cinco portugueses para a brecha a fim de fazerem frente aos 500 que, aos gritos, por ela tentavam entrar. O espaço era estreito e os turcos não se podiam fazer valer da sua quantidade numérica, aparecendo os seus soldados armados de cimitarras e sabres, mas não conseguindo atravessar a brecha mais do que três ou quatro de cada vez. Os portugueses recebiam-nos com as suas espadas e adagas de mão esquerda, mostrando como tinham aprendido a lutar. Fizeram rosto ao inimigo, travando uma nova batalha de 5 contra 500! Ficaram sós por muito tempo, tendo os outros defensores portugueses pensado que o baluarte

Fig. 55: Jambiya de Calecute. Punho em madeira, em forma de ampulheta. Séc. XVI. Col. R. D.

Fig. 56: Bichaq, a faca turca. Já em uso no séc. XV, manteve a mesma forma até ao séc. XIX. Col. R. D.

tinha caído e que o mouro tinha conseguido entrar, fazendo uma enorme gritaria, amedrontando qualquer um que se quisesse dirigir naquela direcção. D. João de Mascarenhas, que se encontrava com a maioria dos seus a defender outros baluartes e a porta principal, começou a dar-se conta de que a grande gritaria se mantinha no baluarte destruído mas estranhou que ainda não houvesse turcos no interior da fortaleza. Com quinze companheiros resolveu ir ver o que se passava. O espectáculo que viu ficou na história militar mundial.

Dos cinco portugueses, um estava morto e dos outros, três estavam feridos, porém continuavam em pé e a combater. À sua frente amontoavam-se os corpos dos adversários mortos e feridos, calculados em cerca de 200 e os restantes 300 turcos, com gritos de raiva e escalando a brecha por cima dos corpos dos seus camaradas, continuavam, em vão, a tentar conseguir entrar! Quando os reforços portugueses chegaram, substituindo os braços feridos e cansados por outros mais frescos, mais numerosos e prontos para participar, acabaram os turcos por recuar e abandonar o local. Mais do que lutar ficou aos novos combatentes a tarefa de rapidamente fechar a brecha. O feito dos cinco homens animou todos os portugueses que ainda restavam na fortaleza. Embora tristes pela morte dos seus 60 camaradas na explosão do baluarte, conseguiram a vitória pela acção de cinco homens cujos nomes aqui menciono para que a sua memória se perpetue: SEBASTIÃO DE SÁ; ANTÓNIO PESSANHA; BENTO BARBOSA; BARTOLOMEU CORREA e o MESTRE JOÃO, o cirurgião de Diu.

(Jacinto Freire de Andrade: "Vida de Dom João de Castro Quarto Visorey da India", edição de 1671, pág. 160; "Portugal Diccionario Histórico", edição de 1907, vol. III, pág. 73/74).

DOIS A DEFENDER UM BALUARTE

Durante o primeiro cerco de Diu (1538), dezenas de naus turcas desembarcaram as suas peças de artilharia junto à aldeia muçulmana, em frente a um dos baluartes da fortaleza portuguesa. Chamavam a este baluarte, simplesmente, o "Baluarte da Vila dos Rumes" (o que significa turcos ou muçulmanos), por ser o mais fronteiriço e, portanto, o mais perto da vila. Os portugueses dentro do baluarte disparavam os seus pelouros incessantemente contra as embarcações turcas, tentando evitar que estes conseguissem colocar a sua artilharia em terra. Mas os inimigos eram tantos que mesmo com os grandes estragos que lhes causávamos, continuavam sempre a vir mais. Deu-se então uma batalha incessante de muitas peças mouras de grande calibre contra uma nossa. Os disparos começaram ao amanhecer e duraram até às quatro da tarde, ficando a nossa peça sem pelouros e sem pólvora. O baluarte ficara fortemente danificado, perdendo a sua escada de acesso, ruindo em grande parte. Como os turcos viram que os estragos que tinham causado eram suficientes para poderem escalar as ruínas, tocaram os seus instrumentos e ordenaram a setecentos dos seus guerreiros que tomassem o baluarte. Como nada se mexia dentro e a voz da peça de artilharia se calara, os portugueses que se encontravam nos outros baluartes sentiram que o da vila dos rumes estava perdido, não podendo socorrer eventuais sobreviventes dado já não haver acesso.

À frente dos 700 turcos, incumbidos da tomada do baluarte, subia um alferes mouro, com uma grande bandeira vermelha, para ter a honra de ser o primeiro a chegar e matar os portugueses feridos. Com grande gritaria, os seus homens escalavam o monte de pedras. Entre os turcos estavam muitos janízaros, equipados com espingardas e os seus

famosos arcos mouriscos. Estes guerreiros muçulmanos tinham grande e merecida fama pela sua arte na utilização destas duas armas tão decisivas. Os portugueses dos outros baluartes esforçavam-se por atingi-los enquanto subiam, respondendo os janízaros de igual modo.

Chegando ao cimo da ruína e pensando encontrar só mortos e feridos, que rapidamente podiam matar e saquear, os turcos viram-se inesperadamente confrontados com dois portugueses que os receberam com as suas lanças, derrubando logo uma quantidade deles. *"Não cessavam, porém, os inimigos de, com muita pressa e fervor, trabalhar para superar os dois. Mas eles, como o lugar fosse apertado, com tanto ânimo e pouco temor o defendiam, dando-lhes lançadas e deitando-lhes panelas de pólvora. E desta maneira pelejaram até o sol se pôr, derrubando muitos dos contrários das altas paredes abaixo, sendo ambos os que sustinham o peso de tanta gente. A eles sós todos os inimigos seus tiros assestavam e, como fossem muitos, ainda que muitas vezes os errassem, todavia foram passados de muitas e grandes feridas, até que os inimigos desesperaram daquela vez o tomar; e, assim confundidos, a mal de seu grado desceram e, correndo, espalhados uns por uma parte e outros por outra, para que lhes não dessem os tiros que da fortaleza lhes atiravam, se recolheram a sua estância espantados e confusos de tão esforçados dois homens, dos quais um deles havia por nome António Pinheiro, mancebo de vinte e cinco anos, filho de um cavaleiro de Faro".*

(Lopo de Sousa Coutinho: "O Primeiro Cerco de Diu", cap. IX).

Fig. 57: Martim Afonso de Sousa, 9º Governador da Índia (1542-45). Um dos mais ilustres guerreiros e navegadores e o primeiro que iniciou uma colonização significativa do Brasil. Derrotou uma esquadra francesa que se estava a apropriar do Brasil e da sua navegação. Instalou o primeiro engenho de açúcar, chamado "Engenho do Governador" e assumiu o título conferido por D. João III de "GOVERNADOR DA NOVA LUSITÂNIA". Na Índia destruiu diversas armadas de Calecute e de Cambaia, chegando-se a defender com apenas 90 portugueses contra 50.000 guerreiros do Samorim de Calecute. Xilogravura do séc. XVII. Col. R. D.

Fig. 58: Aires de Saldanha, 17º Vice-Rei da India (1600-1605). Filho de Antônio de Saldanha, combateu por toda a Índia e Africa do Norte. Defendeu Goa, Cochim, Rachol e o Forte de Aguada contra os holandeses, que então se preparavam para conquistar toda a Ásia Portuguesa. Nunca vencido pelo inimigo, acabou por morrer no mar, perto dos Açores. Xilogravura do séc. XVII. Col. R. D.

FICAR SEM UM BRAÇO NÃO É O FIM DA PELEJA

Gaspar de Sousa combatia valentemente junto com seus companheiros contra uma superioridade assinalável de turcos que os acometiam com as suas flechas, tiros e golpes dos seus sabres. Tendo o inimigo já morto três dos seus homens e ferido outros oito, a sobrevivência estava posta em causa.

Nesse instante, feriram-lhe outro dos companheiros com um tiro de espingarda, que lhe entrou na mão, saindo pelo sangradouro do braço. O cronista narra-nos o seguinte: *"Ainda que lhe logo a ferida derrubasse o braço, desgovernado os nervos e lhe causasse incomparável dor, não porém nenhum dos presentes lho sentiu, nem em seu rosto se viu jeito nem torcimento que as tais feridas consigo trazem, antes mui prestes passou a adarga (o escudo de cabedal) ao decepado braço, erguendo-a quanto pôde ao ombro, e, tomando a lança com a mão esquerda tornou a pelejar com pouco menos falta que dantes; e como o lugar onde a defesa se fazia era tão apertado que em ele não cabiam mais de doze ou treze homens, ficavam muitos detrás dos outros, esperando vagante dos que, ou por mortes ou feridas, o lugar de si apertavam. E sendo de Duarte Mendes de Vasconcelos, valente cavaleiro, visto o dito João da Fonseca estar ferido, pelo muito sangue que o derrubado braço de si lançava, puxando por ele, lhe disse que, pois era ferido, pois não podia governar o braço direito, lhe desse o lugar, a que lhe ele respondeu agastado: COMO! SE EU TENHO O ESQUERDO SÃO, TÃO DESARRAZOADO SOIS QUE ME PEDIS O MEU LUGAR? DEIXAI-VOS DISSO E NÃO ME OCUPEIS NESSAS COISAS O TEMPO EM QUE POSSO APROVEITAR!"*

(Lopo de Sousa Coutinho: "O Primeiro Cerco de Diu", cap. XIV).

Fig. 59: D. Francisco Coutinho, 8º Vice-Rei da Índia (1561-64). Distinguiu-se em moço nas "Correrias africanas". Enquanto na Índia, protegeu Luís de Camões e facilitou-lhe o regresso ao Reino. Conseguiu estabelecer tratados de paz com diversos dos antigos inimigos dos portugueses na Ásia. Xilogravura do séc. XVII. Col. R. D.

LUTOU-SE ATÉ POR DEBAIXO DE ÁGUA

Um moço de 18 anos, chamado Joane, a mando de António da Silveira, saiu da fortaleza cercada de Diu para um trabalho numa das trincheiras que os turcos tinham aberto para facilitar os avanços dos seus contínuos ataques. Nisto, deu com dois turcos que o consideraram presa fácil. Deu um tiro de espingarda num e, desembainhando a espada, fez-se ao outro. O mouro, vendo-se atacado desta maneira, atirou-se ao rio no que logo foi seguido pelo mancebo. O que se seguiu narra-nos o cronista: *"Estavam mais de mil turcos roendo as trelas para saírem a ele, mas, temendo nossos tiros, não ousavam fazer mais que olhar. Seu companheiro já se tinha metido em água funda sendo seguido pelo moço português que já estava em água debaixo dos braços; e como o mouro se não atrevesse a meter mais dentro para que a corrente o não levasse e o moço mal lhe pudesse chegar com a espada, bradou-lhe Lopo Soares do muro que lhe desse de ponta, entendeu e começou-lhe a atirar estocadas, sem ao mal-aventurado mouro lhe lembrar que tinha sabre para sequer se defender. Pois como a água onde o moço estava fosse muito alta, segundo era pequeno, não podendo ferir o contrário, querendo-se melhorar, se lhe foram os pés e caiu, ficando mergulhado; como o mouro o viu tal, veio sobre ele e, lançando-se-lhe em cima, o queria afogar, o que de todos se houve por feito; e não embargante que o moço estava muito cansado e bebera muita água e além disso tivesse uma das mãos ocupada com a espingarda, que nunca soltou, em sentindo o inimigo sobre si, voltando a espada, lha meteu três ou quatro vezes pelo ventre. O mouro, sentindo-se mortalmente tocado, desatinado se levantou e, correndo, saiu da água, e em saindo dela caiu morto. O moço com muito trabalho se ergueu,*

cheio de sangue, atirando-lhe os inimigos grande soma de espingar-dadas (tiros de espingarda) e frechadas (flechas), sem nenhuma lhe acertar, saiu da água seus passos contados com a espada na mão e espingarda em a outra, e, passando pegado aos turcos e estando muitos fervendo por lhe sair, passou o moço com o rosto em eles, mostrando uma ufania de os ter a todos em pouco!

(Lopo de Sousa Coutinho: "O Primeiro Cerco de Diu", cap. XIV).

«O SOLDADO PORTUGUÊS QUE, NÃO TENDO MAIS NENHUMA BALA. ARRANCOU UM DENTE, CARREGOU O MOSQUETE E DISPAROU CONTRA O INIMIGO».

Quadro a óleo da autoria de A. A. Canelhas.

Fig. 60: André Furtado de Mendonça, 19º Governador da Índia (1609). Comandou uma esquadra portuguesa que desbaratou diversas esquadras mouras e piratas no Malabar e no Ceilão, expulsou os holandeses de Amboino e aguentou a fortaleza de Malaca com apenas 145 homens contra uma esquadra holandesa de onze navios, fortemente apoiados pelos reinos vizinhos. Nunca vencido pelos homens, acabou por morrer nas águas do Atlântico já depois de dobrado o Cabo da Boa Esperança. Xilogravura do séc. XVII. Col. R. D.

Fig. 61: Iluminura indo-persa mostrando um soberano a cavalo. Encontra-se equipado com armadura, parcial-mente coberta pela roupa, lança, tulwar, arcos e flechas. A existência de dois coldres com flechas de dimensões diferentes indicam encontrar-se equipado com dois arcos, um maior para flechas de combate e um mais ligeiro para caça. Col. R. D.

QUANTOS FERIMENTOS AGUENTA UM PORTUGUÊS?

Durante os sangrentos combates na defesa da fortaleza de Diu, ficou um Fernão Penteado, natural da Covilhã, ferido na cabeça por uma "racha de pedra de bombarda" (uma bala de canhão rachou-lhe a cabeça). Chegando ao Mestre João, singular cirurgião de Diu (um dos cinco que saltaram para a brecha do muro após o rebentamento do baluarte), deu-se conta que este já tinha uma longa fila de feridos graves para curar, ouvindo ao mesmo tempo os gritos de socorro de companheiros aflitos na defesa de um dos baluartes. Narra-nos então o cronista: "*Correndo como pôde, se foi ao combate, não sendo parte a grande ferida para o estorvar, se envolveu na peleja, em a qual, como as feridas fossem baratas (não caras=fáceis de obter), houve prestes outra, isso mesmo na cabeça, assaz má, e assim premiado de duas se tornou ao cirurgião. O qual achou já muito mais ocupado e com grandes coisas diante de si. Como a esta hora refrescassem os inimigos e apertassem os nossos, e por conseguinte os nossos com dobrado esforço e vigor lho defendessem, causou isto grande estrondo temeroso, profunda e triste consonância, a qual sentindo o dito Fernão Penteado, deixando o que cumpria à sua saúde e vida, com novos espíritos deu volta ao combate, como lugar que, ainda que fosse pouco sadio, podia em ele melhor aquietar seu duro espírito e assim misturado com os companheiros, pelejando não como ferido de tais e tão grandes feridas, recebeu outra de um pique (lança) pelo braço direito, da qual encravado (impossibilitado), bem contra o que lhe seu desejo pedia, se veio curar de todas as três,*

dando sinal mui claro a todos de seu alento e valentia, das quais feridas aprouve a Deus dar-lhe saúde. Depois, indo em uma fusta, com temporal se perdeu, e ali fez seu fim!"

(Lopo de Sousa Coutinho: "O Primeiro Cerco de Diu", cap. XVII).

E A MINA LEVANTOU O PLANALTO

Corria o ano de 1562 e o Rei de Marrocos, Xerife Muley Abdala, tinha conhecimento de que a guarnição portuguesa de Mazagão estava fortemente reduzida, tendo aí ficado apenas alguns mal providos arcabuzeiros. O Capitão-mór estava ausente e o mouro decidiu reconquistar a praça portuguesa. Juntou um exército de 15.000 cavaleiros, 8.000 arcabuzeiros, 70.000 soldados de infantaria, com 12.000 gastadores e gente de serviço. Para os governar, mandou por Mestre de Campo General um cristão renegado, soldado velho e muito experimentado na guerra e que estivera muitos anos ao serviço do Imperador Carlos V.

Enviou também muita gente de artilharia e fidalgos de toda a Mauritânia, que consigo queriam compartilhar esta vitória segura.

Cercando a praça, viu que a sua artilharia seria de pouco efeito perante as dimensões da muralha. Mandou então fazer uma trincheira de terra, com baluartes, tão alta que igualasse o muro para melhor combater os portugueses. Comandava a praça o Capitão-mór Rodrigo de Sousa com 100 cavaleiros e 700 infantes.

As notícias do cerco chegaram a Portugal e perante a grande desigualdade do número de combatentes resolveram muitos portugueses, sem licença da Rainha-Regente, Dona Catarina (D. Sebastião ainda só tinha 8 anos), fazerem-se ao mar para acudir à nossa gente. Um Jorge da Silva reuniu no Algarve 300 guerreiros voluntários e 100 marinheiros, que se fizeram a Mazagão à sua custa num velho navio, o que muito animou os sitiados. Os mouros, entretanto, atacavam a praça por todos os lados, ao mesmo tempo que construíam a sua rampa gigante para daí encher o fosso e chegar ao cimo das nossas muralhas.

A trincheira era tão larga que *"pateavam por ela sessenta cavalos, todos a par"*. Considerando a sua rampa pronta, acometeram a praça, todos pelo mesmo lado, rompendo com a nossa defesa e implantando uma grande bandeira numa das nossas torres. A fúria dos nossos foi tanta que se envolveram com os mouros numa luta corpo a corpo, de tal forma que os corpos dos mortos e feridos enchiam o lugar. Não aguentando a nossa fúria, os mouros retiraram-se, perdendo milhares de homens e cinco das suas bandeiras. O cronista conta-nos: *"Durou esta sanguinolenta e cruel batalha bem quatro horas, e foy de ambas as partes tão bem pelejada, que se não sabia julgar melhoria de alguma em todo aquelle tempo: espectáculo verdadeiramente horrendo à vista, e muy digno de ser estimado de todos"*.

Não conseguindo tomar a fortaleza pelo assalto directo, resolveram então os mouros, com a perícia dos seus engenheiros, construir uma grande mina para tentar chegar à muralha, por baixo. A sua ideia era rebentar uma grande quantidade de pólvora que derrubasse a nossa muralha, para assim mais facilmente poderem entrar.

Os nossos ouviam os toques de picareta e resolveram construir uma contramina. No escuro da terra, encontraram-se e envolveram-se numa batalha sangrenta de onde os nossos saíram vencedores e depois se retiraram. Pensaram então os engenheiros mouros que os portugueses lhes tinham feito um favor com a contramina, pois facilitara-lhes o avanço sob as muralhas. Fizeram de conta que tinham desistido de se aproximar por esta mina mas, na calada da noite, foram introduzindo grandes quantidades de barris de pólvora.

O que os mouros desconheciam é que, na realidade, havíamos construído não uma mas duas minas, a coberto do barulho causado pelas suas próprias picaretas! Uma encontrava-se ao nível da deles e, a outra, mais abaixo. Já estávamos a contar que reutilizassem a sua mina e que a enchessem de pólvora. Entretanto, tínhamos colocado grande quantidade de pólvora na segunda, precisamente por baixo da mina deles, e entupido a de cima. Antes que os mouros se aproximassem demais da fortaleza, fizemos rebentar a nossa. A deles explodiu juntamente. A intensidade do estrondo foi tal que levantou o planalto onde se encontrava grande número de mouros! Conta o cronista: *"Levantou-se para o ar huma grande montanha de terra, bem povoada de lustrosos soldados mouros, e turcos, e todos armados, forão pelo ar feitos pedaços.*

Fig. 62: Jambiya marroquino. Punho em chifre de rinoceronte. Bainha e guarnições em prata. Séc. XVIII/XIX. Col. R. D.

Foram mais de mil cavaleiros mortos, e feridos, e queimados hum numero quasi infinito. E o terreno se rebaixou mais de vinte palmos, tanto que ficou a nossa artilharia descuberta, e começou avarejar grande estrondo, acompanhado da arcabuzeria, e matava nos mouros com espanto"

Devem ter havido poucas explosões, antes do actual século, com esta envergadura e resultado!

(Pedro de Mariz: "Diálogos de Varia Historia", tomo II, diálogo quinto).

NÃO TENDO BALA, ARRANCOU UM DENTE, CARREGOU O MOSQUETE E DISPAROU

É por vezes nos relatos de estrangeiros, que há muitos séculos se debruçaram sobre a nossa história, que encontramos pormenores interessantes.

Narra-nos um padre holandês, Philippus Baldaeus, que acompanhou as armadas seiscentistas dos Países Baixos nas suas conquistas das praças portuguesas do Índico, uma história curiosa que, entretanto, também já consegui descobrir num relato português.

Durante o primeiro cerco de Diu, encontrou-se um soldado português como único sobrevivente num dos baluartes que os turcos estavam a atacar, em ondas sucessivas. Tendo já gasto todas as balas (esferas de chumbo), mas possuindo ainda suficiente pólvora para mais um tiro, e na aflição de nada mais ter com que carregar a sua espingarda, resolveu arrancar um dos seus dentes! Carregou com ele a arma e disparou-a contra o adversário surpreso, que já o considerava sem munições!

Trata-se de um pequeno pormenor numa grande batalha, que facilmente entra no esquecimento. O holandês, porém, adversário nosso um século depois, narra este facto com profundo respeito por um digno rival! As diferentes edições da sua obra (em holandês, alemão e inglês), não condizem em todos os pontos, notando-se cortes feitos pelos editores seiscentistas. Todas as edições, porém, mencionam o episódio, o que nos mostra que todos acharam suficientemente interessante para ser transmitido aos seus leitores, o que muito honra este soldado português.

(Philippus Baldaeus: "A Description of ye East India Coasts of Malabar and Coromandel", chap. X, pág. 533 na edição inglesa (página 54 na edição alemã); Pedro de Mariz: "Diálogos de Varia Historia", tomo II, diálogo quinto, pág. 18).

Fig. 63: D. Pedro de Mascarenhas. Batalhou em Azamor (1508) e Arzila. Descobriu diversas ilhas do Índico (entre elas as de Reunião e Maurício); em muitos mapas ainda hoje se denominam algumas das suas descobertas de "Ilhas Mascarenhas". Liderou as batalhas de Malaca (1525), vencendo os Reis de Bintão e Pam destruindo-lhes as capitais por se terem levantado contra o Rei de Portugal. Injustamente posto a ferros (como aqui vem representado), para o impedir de assumir a governação da Índia, foi ilibado. Acompanhou o Infante D. Luís na expedição de Carlos V a Tunes, vindo a morrer na viagem de retorno, num naufrágio. Litografia do séc. XIX. Col. R. D.

UMA ESPADA LUSA VENCIDA PELO AMOR

Durante a conquista de Oja, situada a 17 léguas de Melinde, na Costa Oriental Africana, deu-se um violento combate entre os portugueses, comandados por Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque de um lado e um grande número de mouros sujeitos ao Sultão do Egipto do outro. Os muçulmanos foram desbaratados, seguindo-se a usual perseguição aos fugitivos.

Um dos cavaleiros lusos, Jorge da Silveira, viu então um grande guerreiro mouro correndo para o bosque e levando pela mão uma moça mourisca de rara beleza. À sua aproximação, o seguidor da fé de Maomé deu sinais de que estava pronto para investir contra o português, exigindo ao mesmo tempo da sua companheira que fugisse para o bosque e se pusesse a salvo. Esta, porém, não quis largar o homem que amava. Suplicou-lhe que a deixasse ficar e compartilhar com ele o destino da morte ou escravidão. Preferia todo o mal que pudesse acontecer aos dois, do que ficar com a vida mas sem ele. A liberdade sem ele nada significava para ela! A sua insistência atrasou o início do combate entre o mouro e Jorge da Silveira, que assistia à discussão entre o casal. Perante esta demonstração de amor, disse o cavaleiro português: "NUNCA DEUS QUEIRA QUE A MINHA ESPADA APARTE (separe) TANTO AMOR" e deixou-os fugir em paz.

(Manuel de Faria y Sousa: "Asia Portuguesa", edição de 1703, tomo I, part. II, cap. I, pág. 97).

Fig. 64: Iluminura indiana, mostrando uma cena de caça ao tigre. O Rajá sentado dentro do howdah, montado no elefante, empunha uma espingarda de mecha. O guia do elefante segura um ancus, os outros cavaleiros uma lança e um arco. Col. R. D.

APONTAMENTOS MERECEDORES DE REFLEXÃO

É minha intenção, neste capítulo, deixar o leitor saborear de modo condensado a própria forma de expressão usual dos cronistas antigos. Em palavras curtas, mencionam e descrevem acções recheadas de uma carga que se classifica com um só termo: a Identidade Portuguesa!

"1415: Para realizar a expedição a Ceuta, fretaram-se navios no estrangeiro e juntaram-se ou construíram-se outros em Portugal, para transportar as forças expedicionárias que eram constituídas pelos vassalos do Rei e por contingentes fornecidos pelos nobres e pelas terras. O entusiasmo da maioria era tão grande, e tão grande a sua impaciência em servir, que um homem de noventa anos se apresentou em pessoa com os seus escudeiros e gente de pé!

1512: Fernão Lopes de Andrade, com uma armada de 17 vellas, guarnecida por 350 portuguezes, e alguns malaios accomette a armada de Pate-Onuz, que vinha contra Malaca, composta de 90 vellas, trazendo 12.000 homens de guarnição. Depois de uma brava peleja, que durou muitas horas ficou a victoria na mão dos portuguezes, em cujas mãos cairam muitas embarcações, ficando outras queimadas ou mettidas a pique. Esta batalha, que encheu de terror as nações do Oriente, foi uma das mais espantosas que os portuguezes ganharam na India.

1516: Elrei de Fez tendo cercado a nossa praça de Arzilla com 100.000 homens, é obrigado a levantar sitio.

1518: Conquistada pelo Grande Albuquerque a famosa cidade de Malaca, crescendo nella a frequencia do commercio, a opulencia dos moradores, e a grandeza dos edificios, excitou nos principes confinantes a ancia do seu dominio, e a inveja do nosso. Muitos a pretenderam conquistar depois que o braço portuguez mostrou que podia conquistar-se; mais que todos Mahamet, agora rei de Bintão, de cujo poder a arrancaram as nossas armas. Soube por exploradores seguros que a fortaleza se achava com só duzentos homens, e estes quasi todos enfermos, e usando da opportunidade que o acaso e o tempo lhe offereciam, veio improvisamente sobre a praça com mil e quinhentos infantes escolhidos, e muitos elephantes bem armados; e por mar com sessenta embarcações cheias de numerosa soldadesca, e de todos os instrumentos d'expugnação. Aqui se viu uma rara maravilha da natureza; porque tocando-se a rebate, e constando que os inimigos estavam já à vista, succedeu que os enfermos, excitados do sobresalto e commovidos do alvoroço militar, tentaram se podiam levantar-se, e repentinamente se viram livres da febre que os opprimia e atava, e pegando nas armas correram aos baluartes sem differença dos sãos, com gentil brio e com singular valor a um furioso assalto que durou tres horas com grande perda dos inimigos e tambem nossa. Então se viu levar uma balla a cabeça a um portuguez e ficar o corpo em pé por algum espaço. Prosseguiu elrei os combates vinte dias, e sempre foi rebatido valorosamente, até que, perdidas as esperanças de lograr nesta occasião os seus intentos, e perdidos tresentos e trinta dos seus, que ficaram mortos na campanha, se retirou a sentir tantas perdas, sobre tão custosas prevenções. Custou-nos este glorioso successo dezoito homens.

1529: Lopo Vaz de Sampaio, com uma armada de seis galeões e treze navios ligeiros, derrota a do Samorim composta de cento e trinta vellas.

1538: O corsario Pate-Marcar, que infestava os mares da India com 50 navios, guarnecidos, por 8.000 soldados, desembarcara em Beadalá. E ahi atacado por Martim Affonso de Sousa com 400 portuguezes, e completamente desbaratado. Da armada inimiga, que estava varada em terra, ardem 25 vellas, caindo em nosso poder o resto, bem como 400 peças de artilharia e 1.500 espingardas.

Fig. 65: Pesh-Kabz, ou kard, a faca do norte da Índia muçulmana, usada sem modificação nos séc. XVII a XIX. Col. R. D.

Fig. 66: Jambiya turca. Bainha e guarnições em prata. Séc. XVII/XVIII. Col. R. D.

1538: O insigne Nuno da Cunha, governador da India, por soccorrer a fortaleza de Diu, que os turcos tinham cercado e posto em grande perigo, usou d'um ardil singular: e foi que mandando algumas frotas em soccorro, com gente e munições necessarias, em cada uma fez pôr quatro fachos na popa, e assomando assim à vista dos turcos uma noite, fingiam commette-los com grandes apupos, alaridos, e estrondo de artilharia, por dar animo aos cercados com a vista do soccorro, e espanto e temor aos turcos, os quaes, quando viram tantos fogos, enganados com a escuridão da noite, que o medo accrescentava, crendo que outras tantas vellas como fachos vinham de soccorro, e que toda a India estava sobre elles, se fizeram à vella, sem mais querer provar fortuna com os nossos.

1546: No segundo cerco de Diu chegou o sitio a tal estreitesa, que o capitão-mór da praça propoz em conselho que saíssem da fortaleza cerrados em um corpo e dando no arraial do inimigo aí parecessem como valentes sobre os cadaveres dos inimigos. Não ignoravam estes o estado da fortalesa, e por isso se resolveram a dar um assalto geral, com esperança certa da victoria. Dando fogo a uma mina que tinham feito por baixo do baluarte S. Thomé, depois que este voou e o fumo se desvaneceu, attacaram ao mesmo tempo as ruinas delle e os outros baluartes, com tal furia, que os portuguezes a custo lhes resistiam. Ardia a um tempo o combate em toda a parte, e por vezes chegaram os inimigos a cavalgar o muro, pelejando com os nossos a peito: caíam muitos; mas logo lhes succediam outros. Era tanto o fogo que os mouros lançavam nos baluartes, que se viam os nossos constrangidos a pelejar no meio de chammas. Mandou vir o capitão-mór algumas tinas de agua, para mitigarem nellas os soldados o ardor do fogo de que se viam rodeados. Por occasião desta providencia que se deu, succedeu um caso digno de memoria. Defendia Antonio Moniz Barreto um baluarte, e querendo mitigar nas tinas o calor em que se abrazava, pegou-lhe pelo braço um soldado, dizendo: — COMO ASSIM? DEIXAES PERDER O BALUARTE D'ELREI? — VOU-ME BANHAR NAQUELLAS TINAS, PORQUE ESTOU ARDENDO, tornou o Moniz. SE OS BRAÇOS ESTÃO SÃOS, TUDO O MAIS É NADA, foi a resposta do valoroso soldado. Antonio Moniz recebeu a advertencia, e tão amigo ficou daquelle ousado homem, que lhe fez todo o genero de bons

officios, sendo este d'alli avante conhecido pela denominação de SOLDADO DO FOGO.

1550: Morte do celebre D. Pedro de Menezes, capitão de Tangere. Tendo saído com oitenta cavalleiros contra tres mil mouros, foi morto; porém deixando sua morte bem vingada, e obrigando os inimigos a retrocederem.

1551: O principe de Chembe com um exercito de 30.000 homens é derrotado por 4.000 portuguezes commandados pelo vice-rei D. Affonso de Noronha.

1559: Uma armada portugueza de seis vellas, guarnecida de 200 soldados, derrota outra do Çamorim composta de treze vellas, guarnecida por 2.000 homens de peleja.

1559: Os reis do Malabar, ligados contra nós, accommettem com um poderoso exercito a fortaleza de Cananor. Os sitiados com o soccorro de mais 400 portuguezes de uma armada que alli chegara, repellem o inimigo, que perdeu no ataque perto de 15.000 homens: o combate durou desde as 3 horas da manhã até as 4 da tarde.

1565: Vindo Jorge de Alboquerque Coelho para Portugal, depois de ter descoberto e defendido do gentio a capitania de Pernambuco, de que era donatario, foi a sua náu accommettida de outra franceza, e em fim tomada, não obstante a valorosa resistencia, que o Alboquerque lhe fez com alguns poucos homens. O commandante inimigo lhe metteu dentro alguns dos seus; mas sobrevindo logo uma tempestade desfeita, as náus se separaram, e se perderam de vista. Foi o temporal tão furioso que a náu portugueza ia por esses mares, a Deus misericordia, sem leme, sem mastro, sem vellas, entrando-lhe agua por muitas partes, batida de grossas e empoladas ondas, e já em fim quasi sem esperança alguma de remedio, senão quando Jorge de Alboquerque com palavras de singular esforço a todos animava, e consolava. A este tempo, e no meio desta desgraça, por não haver já mantimento, e os nossos estarem queixosos dos Francezes que os haviam maltractado, formaram o projecto de os matar, presumindo que assim minoravam a

Fig. 67: Iluminura indo-persa, mostrando um nobre em viagem, acompanhado pelos seus servos (estes, a pé). Leva a sua lança de combate e um katar enfiado no cinto. Col. R. D.

sua infelicidade propria. O illustre Alboquerque porém se oppoz a esta barbara e ímpia acção, e salvou a vida dos inimigos. Mas não foi isto o que mais realçou o merecimento deste generoso fidalgo. Serenando um pouco a tempestade, a náu franceza se approximou, e vendo os nossos em tão miseravel estado, recolheu os seus Francezes, e offerecia o mesmo agasalho ao Alboquerque, em reconhecimento da humanidade, que com elles havia praticado, abandonando porém os mais á furia do mar, ao extremo desamparo, e á morte, que parecia inevitavel. O Alboquerque recusou este beneficio, dizendo: "QUE NÃO ERA ELLE HOMEM QUE EM TAL TEMPO DESAMPARASSE OS SEUS COMPANHEIROS; E QUE ANTES QUERIA COM ELLES MORRER, OU SOFFRER OS TRABALHOS DO NAUFRAGIO, DO QUE APARTAR-SE DEIXANDO-OS EM TÃO CRUEL EXTREMIDADE". O Ceo apiedou-se dos Portuguezes, e depois dos mais lastimosos transes, os trouxe ainda com vida ás praias de Portugal.

1569: Mem Lopes Carrasco, capitão de uma náu portugueza, dando de subito no meio d'uma armada do Achem defende-se por tres dias, com quarenta homens, daquella multidão de inimigos, até que soccorrido de um galeão portuguez, pôde salvar-se, deixando arrombadas quarenta embarcações inimigas.

1571: Levanta o Niza Maluco o famoso cerco de Chaul, que durou mais de sete mezes, e que não foi menos espantoso do que os de Diu. O exercito dos sitiadores constava de 150.000 combatentes, com a mais numerosa e mais grossa artilharia que nunca se vira na India. Os defensores de Chaul eram 1.200 portuguezes.

1573: Antonio Moniz Barreto, sendo governador da India, por soccorrer a fortaleza de Malaca, que os achens tinham cercado, pediu á cidade de Goa vinte mil pardáus (moeda da India Portuguesa) de emprestimo, dando-lhe em penhor Duarte Moniz seu filho, menino de sete ou oito annos, que a cidade aceitou: com este dinheiro se remediou por então o governador, e desempenhou o filho em breve tempo, assemelhando-se em tão extraordinário feito com o imperador Balduino 2º de Constantinopla, que vendo-se falto de meios, e sem esperança de remedio, por acudir á necessidade de sua patria, e de seu

estado, que via em termos de perder-se, empenhou um filho seu de pouca idade aos venezianos em certa quantia de dinheiro, com que remediou suas faltas, e desempenhou depois o filho.

1582: Nuno Monteiro com uma galeota commette a entrada do porto de Malaca, por meio de cento e cincoenta navios de Achém, que mantinham o bloqueio da cidade. Depois de rude combate, mandou incendiar o paiol da pólvora e a galeota foi pelos ares, com toda a sua guarnição. Os navios do Achém abandonaram então o bloqueio e largaram de Malaca.

1589: A maior parte dos reis da costa de Melinde estavam sublevados contra os portuguezes. Uma armada nossa, capitaneada por Thomé de Sousa Coutinho, corria aquelles mares castigando os rebeldes. Chegaram os portuguezes ao porto da cidade de Lamo, cujo rei era um dos que mais traições tinha urdido. Esperou Thomé de Sousa que elle o viesse visitar, como era costume dos reis tributarios nossos: mas o de Lamo, que se achava culpado, demorava a visita com affectados pretextos. Havia na armada um cavalleiro, chamado D. Bernardo Coutinho da casa de marialva: este se offereceu para trazer o rei mouro prezo á presença do capitão-mór. Por impossivel tiveram todos o offerecimento; porque elrei estava em terra com grande força, e parecia disposto a resistir a todo o poder dos portuguezes. Deixaram, porém, ir o atrevido soldado, o qual, chegando á cidade, fingiu que tinha negocio de importancia summa que tractar com o rei. Levado á sua presença, chegou-se a elle, e deitando-lhe a mão tirou com a outra um punhal, e lhe disse que se accommodasse a ir ao capitão-mór, e mandasse aos seus, que nenhum se bolisse; porque ao menor aceno que fizesse, ou ao menor movimento dos circumstantes, o cozia a punhaladas. O rei atemorisado, se deixou levar daquelle modo até a nau almirante, onde todos ficaram attonitos com semelhante feito, que, apesar de o verem, lhes parecia ainda impossivel.

1599: Manuel de Sousa Coutinho, ilustre escritor, viveu no tempo em que Portugal gemia debaixo do dominio da Hespanha. Antes de entrar no claustro, separando-se de sua mulher D. Magdalena de Vilhena, e tomando o nome de Fr. Luiz de Sousa, morava na sua casa de Almada,

Fig. 68: Pormenor da pistola de pederneira indo-portuguesa, mostrando a assinatura: "FONTE", o local de fabrico: "SIOLIN" (perto de Pangim, Goa) e a data "1776". Col. R. D

entregue aos prazeres domesticos, e á agricultura. Rebentou nesse ano a peste em Lisboa, e, talvez porque julgassem que Manuel de Sousa era pouco affecto ao dominio hespanhol, no que não se enganavam, os governadores do reino, querendo retirar-se da cidade escolheram para sua habitação a villa de Almada, e em Almada a casa de Manuel de Sousa. Repelliu elle esta offensa do direito de propriedade; mas vendo que eram baldadas todas as representações, pela propria mão lançou fogo ao edificio de que o queriam expulsar.

1608: Dominava em Sundiva (ilha fértil e opulenta, de setenta léguas de circuito) um mouro chamado Fatecão, o qual por meio de traições e tyrannias subira áquelle estado, e com as mesmas se conservava nelle. Cheio de elevadas presumpções formava os titulos que lhe dictava a sua vaã arrogancia chamando-se REI DA ILHA DE SUNDIVA, DERRAMADOR DO SANGUE CHRISTÃO, E RUINA DA NAÇÃO PORTUGUEZA NO ORIENTE. — Raras vezes se mostra esforçado nos perigos quem antes delles blasona demasiado —. Vogava por aquelles mares Sebastião Gonçalves Tibau, exercitando o commercio, ou, como outros dizem, a pirateria com dez embarcações pequenas que alli se usam, e nellas oitenta portuguezes, os quaes eram um continuo sobresalto ao soberbo mouro. Quiz este sacudir da visinhança das suas terras este pequeno poder, e por dar satisfação aos titulos que elle mesmo arrogara sahiu em sua busca com uma armada guarnecida de seiscentos combatentes escolhidos. Toparam-se na tarde desse dia, e travou-se um acerrimo conflicto que durou até a manhaã seguinte, em que se viram victoriosos oitenta portuguezes de 600 mouros, sem que escapasse algum destes de captivo ou morto, e entre elles foi o soberbo Fatecão que pagou a golpes do nosso ferro os excessos da sua arrogancia. Das embarcações inimigas tambem não escapou nenhuma de rendida, ou abrasada.

1612: Francisco Roxo, general da ilha de Ceylão, com 300 portuguezes e 4.000 lascarins (tropas indígenas locais) derrota o rei de Candia que capitaneava um exercito de 12.000 homens com muitos elephantes armados.

1615: Francisco de Miranda Henriques com quatro galeões, e dezoito navios de pouco porte defende o porto de Malaca de uma armada do

Achem, composta por 500 vellas. Os inimigos retiraram-se destroçados, perdendo no combate cincoenta embarcações.

1616: Batalha memoravel na ilha de Ceylão, em que um pequeno troço de portuguezes, capitaneado por Manuel Cesar, derrotou o exercito do Nicapete composto de 24.000 homens.

1622: Nuno Alvares Botelho derrota juncto a Malaca a armada do Achem que sitiava a cidade. Tinham os inimigos 250 navios de varios portes, e os nossos não mais de 30 vellas. A derrota foi completa; entre os muitos vasos inimigos, que caíram em poder dos portuguezes, foi a galé capitania que era a maior que até então se vira na India; porque, além da sua monstruosa grandeza, jogava cem peças de artilharia grossa.

1624: Nuno Alvares Botelho, depois de ter renhidos combates, desbarata no mar de Ormuz a armada anglo-hollandeza, mui superior no numero e bondade das embarcações. Os inimigos destroçados se acolhem a Surrate.

1639. Com 120 portuguezes, vence Antonio Galvão o rei de Tidor, conjurado com mais oito reis contra nós, ficando este morto.

1664: Batalha de Castello-Rodrigo. O duque de Ossuna entrára em Portugal com 4.000 infantes, 700 cavallos, e 9 peças de artilharia, e posera cerco a Castello-Rodrigo. Reduzida a praça, que se achava desprovida, e só com 150 homens de guarnição, a grande aperto, acudiu então o general Pedro Jacques de Magalhães com 2.500 infantes, 500 cavallos, e 2 peças de artilharia; e acommettendo inesperadamente o campo inimigo fez nelle grande destruição, ficando prisioneiros ou mortos quasi todos os soldados castelhanos, e escapando o duque de Ossuna disfarçado em trajo differente do seu.

1700: D. Maria Ursula d'Abreu e Lencastro, natural do Rio de Janeiro, filha de João d'Abreu d'Oliveira, havendo deixado a casa de seus pais em idade de dezoito annos, veio a Lisboa, e sentando praça de soldado com o nome de Balthasar de Couto Cardoso, passou ao

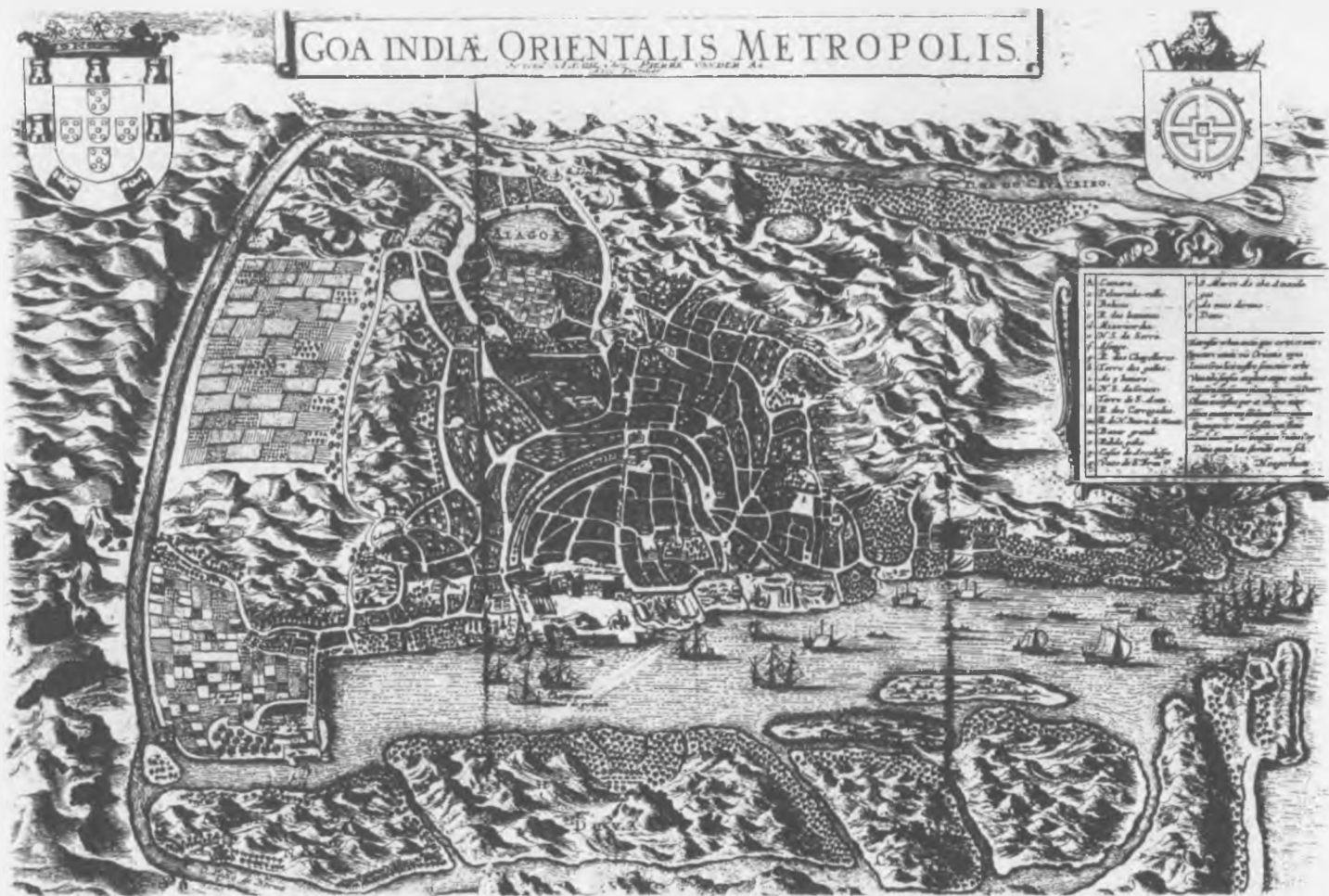



Fig. 69: Goa no séc. XVI, então três vezes maior do que Lisboa. Levantamento do holandês Jan Huygen van Linschoten, secretário do Bispo de Goa de 1583-88, reinterpretado e impresso por Pieter van der Aa cerca de 1700. Col. R. D.

Fig. 70: Ancus indiano. Cabo em marfim policromado do séc. XVII. Lâmina decorada a ouro "kuftgari" (também escrito "koftgari"), substituída no séc. XIX. Col. R. D.

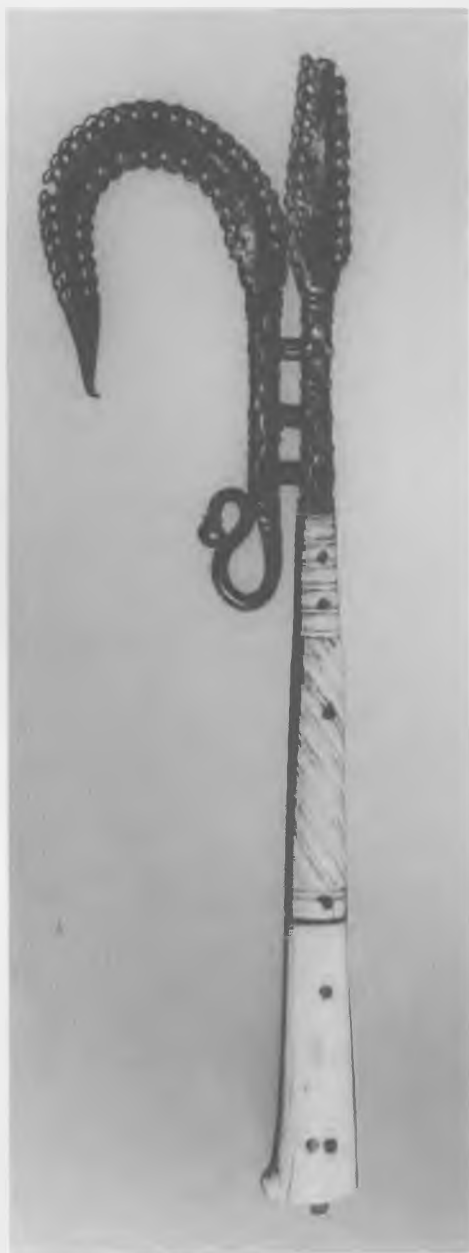
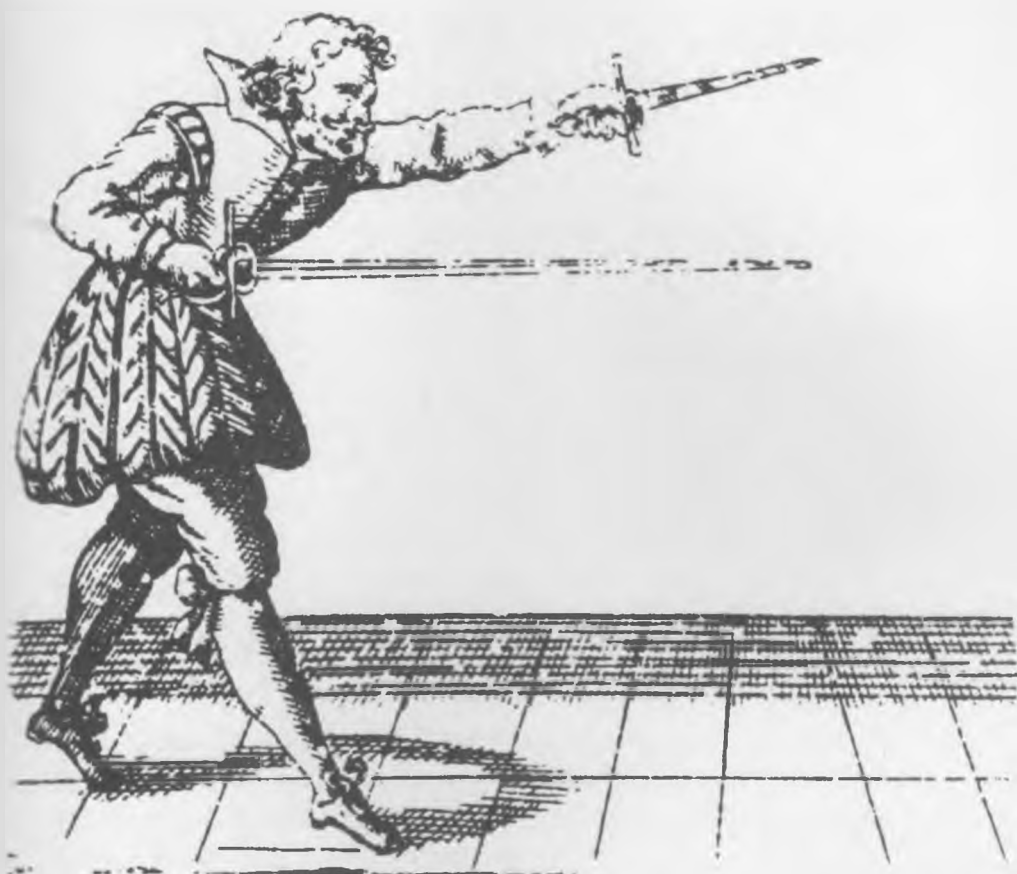



Fig. 71: Ancus indiano para guiar elefantes. Ferro vazado montado em marfim. Séc. XVII/XVIII. (Tem a ponta partida). Col. R. D.

Estado da India, onde serviu por espaço de doze annos, oito mezes e treze dias, desde o 1º de Setembro de 1700 até 12 de Maio de 1712, na praça de soldado, em varias fortalezas e na cidade de Goa, achando--se na tomada de Ambona, que se levou á escala com muita mortandade, sendo das primeiras pessoas que entraram naquella fortaleza com evidente risco de vida, e depois em varias campanhas e baterias. Sendo nomeada cabo do baluarte da Madre de Deus na fortaleza do Chaul, se houve com assignalado valor em todas as occasiões que o inimigo a acommetteu, e em todas as outras em que se achou no decurso dos ditos annos procedeu como bom soldado, fazendo-se attender sempre pelo seu esforço. Elrei D. João 5º nosso senhor, em satisfação destes serviços, a despachou no dia 8 de Março de 1718, fazendo-lhe mercê do Paço de Pangim, dando-lhe faculdade para a nomear em seus filhos, e na falta delles em quem lhe parecer, mandando-lhe logo dar um xerafim (moeda de ouro) por dia, pago na alfandega de Goa, em quanto não entrasse na referida mercê."

("O Panorama", edição de 1840, vol. I e IV).

Toda esta obra não pretende ser mais do que meros apontamentos de uma temática tão rica, que sobre ela se poderiam escrever dezenas de volumes, sem minimamente se esgotar o assunto. Tudo isto é demonstrativo da existência de uma identidade própria e da vontade inabalável de a manter.

AS ARMAS

72: Gravura a cobre de 1612, mostrando o uso da rapier acompanhado pela adaga de mão esquerda. Col. R. D.

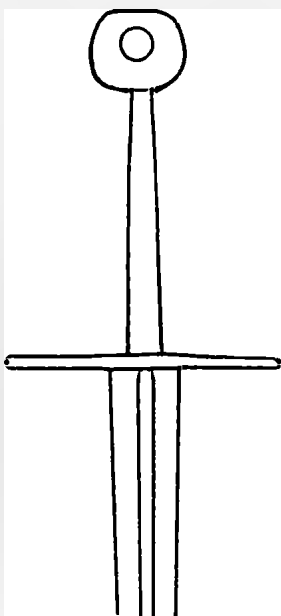



Fig. 73: Espada medieval europeia, séc. XIII.

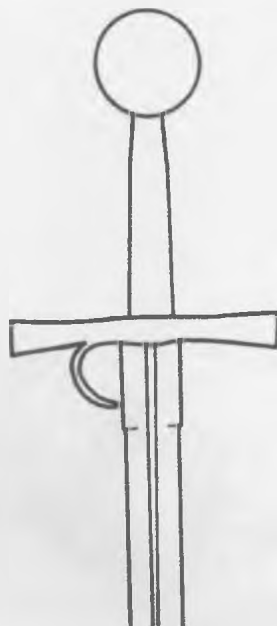



Fig. 74: Espada medieval em forma de "cruz", equipada com ricasso e anel protector do dedo indicador, colocado à frente da guarda. Séc. XIV para XV.

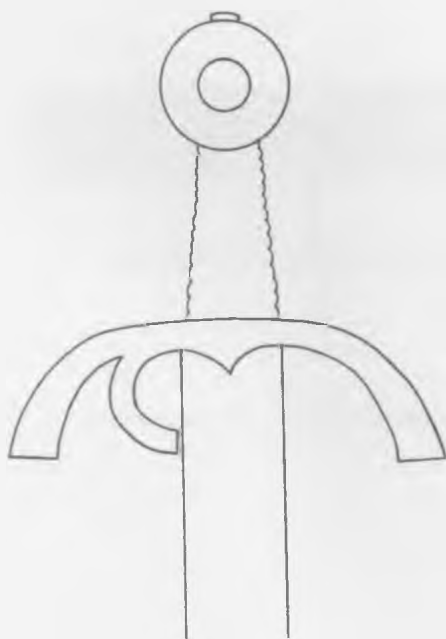



Fig. 75: Espada do 2º quartel do séc. XV. As suas guardas são inclinadas em direcção à lâmina, possuindo um anel protector para o dedo indicador.

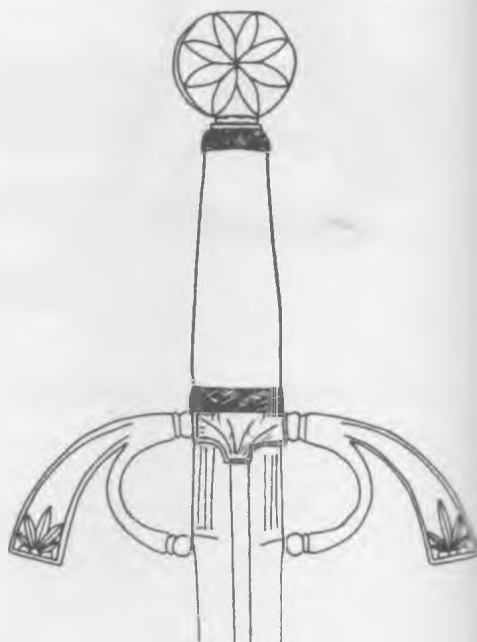



Fig. 76: Espada dos navegadores da 2ª metade do XV. Com dois anéis protectores do dedo cador.

A ESPADA PORTUGUESA DE 1400 A 1600

Para melhor compreender o que se passou e como foi possível tão poucos se erguerem contra tantos, é necessário conhecer as suas ferramentas e o seu modo de utilização.

O mais fiel companheiro de todos os portugueses, durante os séculos da expansão do Mundo Português, foi sempre a sua espada. Raras vezes se separavam dela; dormiam com a espada ao lado, sabendo que ao acordar imediatamente podiam contar com ela para entrar em acção! A sua vida dependia, em grande parte, da qualidade da sua espada e da própria capacidade individual para a utilizar. Podemos agora pensar que grande parte dos povos africanos e asiáticos de então também estavam equipados com espadas, sabres, cimitarras ou algo equivalente e que, por isso, a existência das espadas em mãos portuguesas em nada os favorecia, simplesmente os igualava. Se assim tivesse sido, não haveria qualquer justificação para a superioridade da arma branca portuguesa. Deste modo, é necessário estudar cada um dos tipos de espadas então em uso nas mãos dos adversários e compará-las, bem como as suas formas de emprego, com as espadas em mãos portuguesas e a forma lusa da sua utilização.

Desde os primórdios do aparecimento da espada, no terceiro milénio antes de Cristo, até ao início do século XVI, usaram-se, basicamente, dois tipos de espadas: uma de lâmina direita e, outra, curva. Deixemos esta última, por enquanto, de lado, visto que a mesma evoluiu em direcção à falcata, ao sabre e ao yataghan. A forma de espada mais utilizada na Europa Ocidental durante os diversos milénios da sua existência foi a de lâmina direita. Para evitar que a lâmina do adversário corresse pelo gume da do outro combatente, causando-lhe danos

na mão ou nos dedos, surgiu a guarda. Esta, já em uso em época romana, foi aumentando durante os séculos da sua evolução, mantendo, porém, a espada, genericamente falando, a sua forma de "cruz", hoje considerada de forma medieval (fig. 73).

A espada medieval segurava-se com quatro dedos à volta do punho e o polegar colocado na direcção oposta. Esticando o braço e levantando a espada para cima, ficava a lâmina num ângulo de 90 graus em relação ao antebraço (fig. 77). Apontando a espada para a frente, em direcção ao adversário, poder-se-ia obter um ângulo máximo de utilização de 130 graus. Esta limitação da possibilidade de utilização permitia, basicamente, dois movimentos: o golpe rotativo e a estocada horizontal, na qual a espada era utilizada como se de uma lança se tratasse, para perfurar o adversário. Em termos práticos, a espada em forma de cruz ofereceu uma utilização, em 90% dos casos, para golpes circulares e, em 10% dos casos, para a estocada horizontal (fig. 78).

O fim da Idade Média trouxe consigo inovações significativas na busca de maior eficácia do armamento e das suas formas de utilização. Houve quem se lembrasse de colocar o dedo indicador por cima da guarda, encostando-o à lâmina, levando a uma revolução na evolução, que se encontrava estagnada há mais de um milénio (fig. 84).

Quem melhores proveitos teve desta inovação foram os portugueses e seria fácil atribuirmo-nos a autoria desta invenção. Porém, não existem provas que nos possam levar a esta conclusão. Numa taça de prata sassanida do século VI, existente no Museu Britânico, vê-se já uma representação de um guerreiro a colocar o dedo indicador para a frente da guarda. Uma espada europeia do século XIII (col. Peterson, Arlington) [(1)] mostra-nos a primeira forma do ricasso, certamente introduzido para poder colocar o dedo indicador à frente da guarda.

Pode-se agora perguntar, e com razão: mas que diferença faz colocar o dedo indicador à frente da guarda? Faz uma grande diferença, porque aumenta o ângulo de utilização da espada de 130 para 160 graus! Esta diferença é substancial porque muda a forma do seu uso mais frequente. De 90% de golpes e 10% de estocadas, passa-se agora para 50% de golpes e 50% de estocadas. Isto, por sua vez, exige uma combinação do avanço e recuo, não só dos braços, mas também das

---

(1) Ewart Oakeshott: "The Archaeology of Weapons", fig. 168, pág. 328.

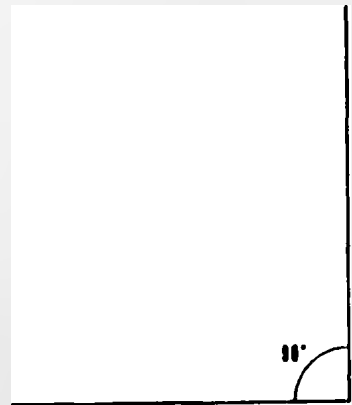
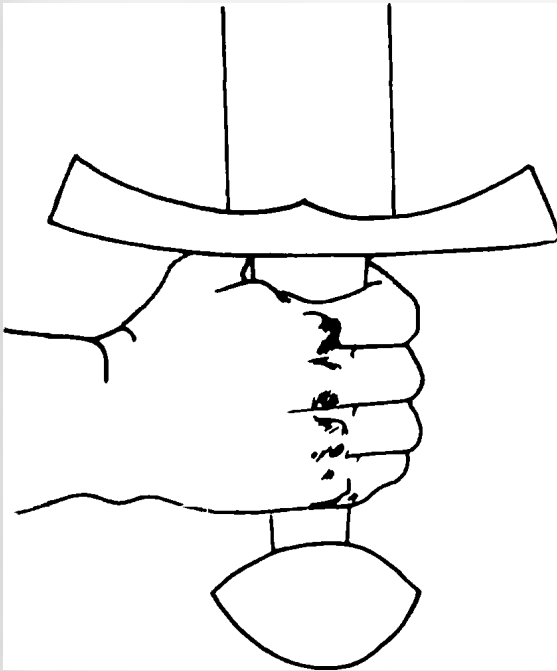
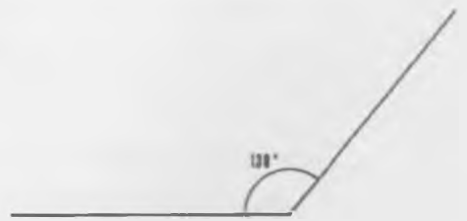
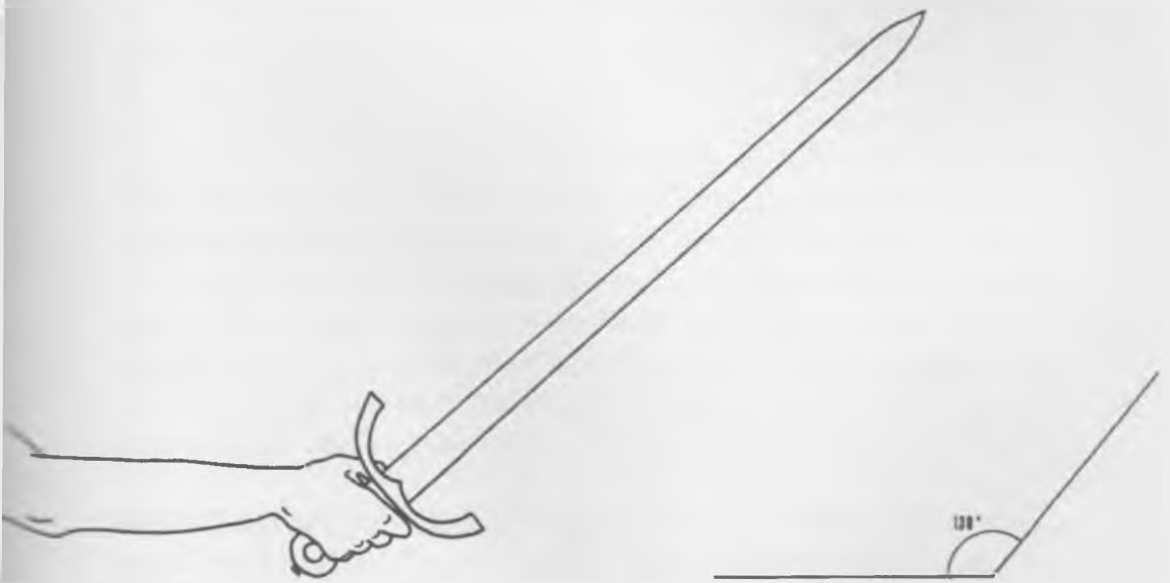



Fig. 77: A espada medieval segurada na sua forma clássica, formando a lâmina um ângulo de 90 graus em relação ao antebraço.

Espada do séc. XV, segurada ainda na forma clássica, o que permitia um ângulo máximo de utilização de 130 graus. Servia, em cerca de 90% dos casos, para o golpe e, só em 10%, para a estocada.

pernas, obrigando à frequência de escolas de esgrima. Nestas, ensinou-se não só os mais convenientes passos para melhor ajudar ao manejo da espada, como também o uso combinado da espada com a adaga de mão esquerda (fig. 85).

Assim, passou-se do uso de um pesado escudo de madeira, com o qual o cavaleiro medieval se tentava proteger das flechas inimigas e dos seus golpes de espada, para o de uma pequena adaga. Esta, embora fosse uma arma ofensiva por natureza, mais servia para a defesa. A preocupação máxima na sua utilização era a de conseguir parar e desviar o golpe de espada do adversário, descobrindo assim o seu peito de forma a permitir aplicar uma estocada certeira com a espada usada na mão direita.

Esta inovação tecnológica ocorreu, simultaneamente, na Itália, na Espanha e em Portugal, estando estes países não só linguística e cultural, mas também dinasticamente muito interligados.

Os exemplares mais remotos não constituem esplêndidas armas de luxo, usadas cerimonialmente pelos soberanos, mas simples espadas de combate, com guardas em forma de cruz (fig. 74). Embora ainda pertencendo ao tipo de espadas nitidamente medievais, mostram já as duas principais características desta "moderna" evolução da tecnologia na fabricação da espada, então ainda a principal arma de combate. Por baixo das guardas — aos poucos cada vez mais inclinadas em direcção à lâmina — (fig. 75), situava-se um anel de protecção do dedo indicador. Também já nos mostrava o futuro aspecto da lâmina, onde o gume só começa a cerca de dois dedos da distância da guarda. Nasceu assim a guarda, hoje denominada de "pas d'âne", e a zona não afiada da lâmina, então chamada de "ricasso". Deste modelo de espada conhecem-se alguns exemplares, representados em obras de arte ibéricas e italianas [(2)].

Este tipo de espada de combate foi bastante divulgado e utilizado por portugueses e espanhóis. Já em meados do século XV era um modelo comum. Durante toda a segunda metade do século XVI transformou-se na principal espada utilizada pelos navegadores ibéricos (figs. 76 e 79).

Desde a época do "pai da navegação portuguesa", o Infante D. Henrique (falecido em 1460), até à circum-navegação do globo, pela frota

(2) "Visita de Alfonso III a San Froilan", catedral de Leon, 1420-1435.

de Fernão de Magalhães (1519-1522), estas espadas eram usadas por mãos portuguesas e espanholas em todos os mares e continentes. Bartolomeu Dias, Diogo Cão, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Dinis de Abreu e tantos outros, usaram estas espadas, então existentes aos milhares. Prezavam-nas e temiam-nas, mas infelizmente não as guardavam. Por esta razão existe hoje um número muito reduzido de alguns escassos exemplares. Conhecem-se só três em Portugal, quatro em Espanha e mais três no resto do mundo.

Nalgumas zonas de influência portuguesa passaram a copiá-las ou a permitir que influenciassem a evolução de armas locais. Surgiram assim os tipos afro-portugueses (fig. 6 e 7) e cingalo-portugueses (figs. 20, 21, 23, 24, 27 e 28).

Sabe-se hoje que as preocupações predominantes do Infante D. Henrique não se limitavam apenas a conhecimentos de cartografia, construção e utilização de instrumentos náuticos sofisticados, mas abrangiam, também, o armamento utilizado pelos seus navegadores. Não é para admirar que tivesse adoptado, em larga escala, este novo tipo de espada, obrigando o ensino da sua utilização, criando assim soldados-marinheiros de elite. É por esta razão que muitas pinturas e esculturas portuguesas da segunda metade do século XV já nos mostram este novo tipo de espada (fig. 80).

O mais famoso de todos os grupos de pintura primitiva portuguesa é o dos "Painéis de São Vicente", hoje expostos no Museu Nacional de Arte Antiga. Todas as espadas aí representadas são deste modelo. Os seis painéis (o 7° desapareceu), são da década de 1460 até 1470, o que vem anular a teoria de alguns escritores, segundo a qual este tipo de espada só surgiu no último quartel do século XV.

Os tipos iniciais desta evolução de espada surgem entre 1420 e 1450 (fig. 75). Por volta de 1460 já se encontra o tipo principal bastante divulgado em toda a península ibérica, o qual se manteve até cerca de 1520, convertendo-se então, passo a passo, na rapier (fig. 16).

O primeiro passo na evolução deste tipo de espada, que ocorre por volta de 1460, resultou no aparecimento do segundo anel protector; esta espada manteve-se como modelo principal entre 1460 e 1480, aproximadamente, surgindo então diversas variantes. A primeira, possui guardas (ou quartões), que alargavam em direcção aos seus terminais e que permitiram uma evolução altamente interessante e invulgar.

Deste modelo descenderam os exemplares com terminais de guardas em forma de pingo achatado, virados em direcção à ponta da lâmina (fig. 80). Desta variante saiu, ainda, um modelo exclusivamente português, formando chapas largas nos terminais, as quais se ampliavam ao ponto de ficarem redondas. Este modelo viu muito da sua utilização ser feita nas praças portuguesas em África, chegando a ser utilizado como símbolo honorífico pelos chefes indígenas (fig. 6). As espadas com terminais redondos eram afiadas ao ponto de poderem ser utilizadas como lâminas extras, por serem bem "convenientes" numa luta corpo a corpo. Em inventários da época, denominam-se estas espadas (hoje chamadas "de caranguejo"), de "ESPADAS PRETAS DE BORDO". Eram pintadas de preto para não reflectirem a luz nem denunciarem a sua presença, evitando-se também o seu enferrujamento quando utilizadas perto da água salgada. A indicação "DE BORDO" evidencia o seu uso naval. A este modelo de espada afro-portuguesa a soldadesca deu outro nome: "colhona", referindo-se, desta forma, ao feitio das chapas redondas dos terminais das suas guardas. Sob este prisma, recolocaram então a lâmina da espada no pedestal do símbolo fálico, representando as guardas os testículos. Já na idade do bronze se conheciam espadas cujas lâminas receberam um formato e dois traços de gravação que lhes davam uma interpretação fálica. Ainda no século VI e V antes de Cristo se usaram capacetes de bronze com uma forma fálica. Durante milénios, a espada foi o símbolo da força masculina, não sendo por isso de espantar que os soldados da renascença portuguesa utilizassem esta terminologia.

A segunda variante não possuía terminais alargados nas suas guardas, mas antes estreitos, os quais se iam alargando ligeiramente, assemelhando-se mais ao feitio dos polverins achatados, então em uso (figs. 76 e 79). Por vezes encontravam-se estes terminais vazados com feitios ornamentais ou decorados em relevo. É este o modelo mais divulgado e que tanto se usou em Portugal como em Espanha e na Itália. A espada de luxo do "Gran Capitán de Cordoba" e as diversas rapiers do Imperador Carlos V evoluíram desta variante (fig. 93).

Durante o período de 1470 até 1490 surgiu uma grande variante de feitios tanto das guardas como dos pomos, mantendo-se, porém, sempre o mesmo modelo de lâmina.

De entre estas espadas é de realçar o exemplar tradicionalmente

Fig. 79: Espada dos navegadores da 2ª metade do séc. XV. Usada tanto na Península Ibérica como na Itália, povos, então, culturalmente muito interligados. Col. R. D.

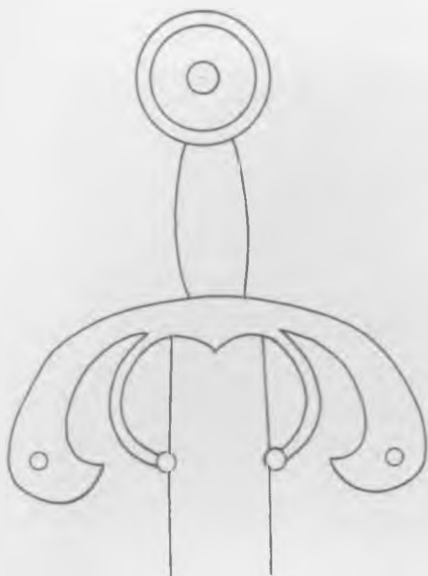



Fig. 80: Espada caracteristicamente portuguesa do 3° quartel do séc. XV.

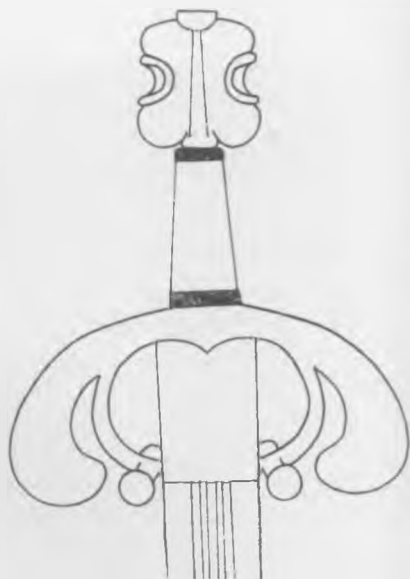



Fig. 81: Espada portuguesa do último quartel do séc. XV, encontrada num túmulo da Igreja da Graça em Santarém e atribuída a Pedro Álvares Cabral.

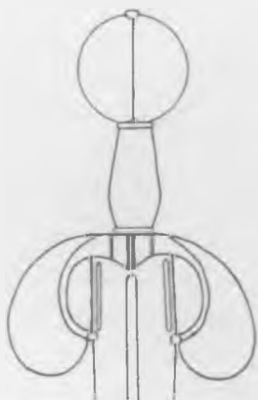



Fig. 82: Espada chamada "de D. Afonso Henriques". Como data de cerca de 1470, em todas as suas componentes, é mais provável que se trate da espada de D. Afonso V. D. Sebastião tinha ordenado a abertura de diversos túmulos dos seus antepassados, tirando-lhes as espadas e levando-as para a sua infeliz campanha de África. Tanto se abriu o túmulo de D. Afonso I como o de D. Afonso V. Como uma espada voltou de África recebeu respeitosa homenagem, sendo classificada como de D. Afonso Henriques, tratando-se, na realidade, da espada de D. Afonso V, "o Africano".

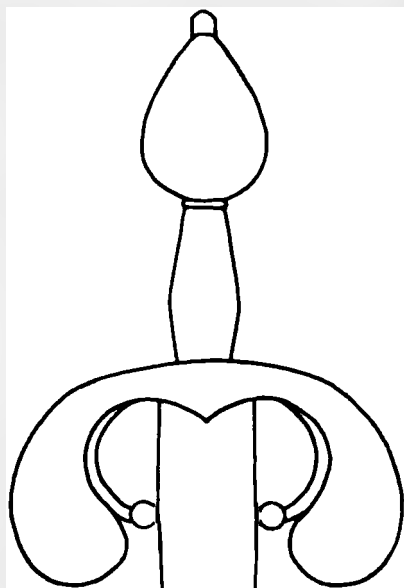



Fig. 83: Espada encontrada numa vinha do Douro, perto de Burco. Data do último quartel do séc. XV. Achada e publicada no séc. XIX, entretanto desapareceu.

atribuído a D. Afonso Henriques (fig. 82). Como este primeiro soberano português reinou entre 1128 e 1185 e a espada é datável de cerca de 1470, esta atribuição torna-se inverosímil. O erro de classificação surge por razões escolásticas, as quais, durante séculos, impuseram uma versão não condizente com o rigor do estudo científico. D. Sebastião, Rei de Portugal entre 1557 e 1578, decidiu abrir diversos túmulos dos seus antepassados, inclusive os de D. Afonso Henriques e de D. Afonso V, e deles retirar as respectivas espadas, levando-as consigo para a campanha de África. Só uma daquelas espadas se salvou, por ter ficado a bordo de uma das naus, sendo posteriormente venerada no convento de Coimbra, durante séculos, como sendo a espada de D. Afonso I. E nossa convicção que se trata, provavelmente, da espada de D. Afonso V, pois todo o seu feitio indica ter sido originada na segunda metade do século XV e nunca no século XII. A história deste "talismã" da campanha de África de 1578 já era conhecida, em muitos pormenores, desde o século XVI. Bastante se escreveu sobre aquela espada e o seu paradeiro (no nosso século, esteve durante décadas no Museu Soares dos Reis, passando, há já alguns anos, para o Museu Militar do Porto, onde lhe foi dado o merecido relevo, expondo-a em grande destaque). Porém, não se questionou se a espada era o exemplar tirado do túmulo de Afonso I ou do túmulo de Afonso V. A espada está representada em diversos monumentos, medalhas, esculturas e selos, aparecendo sempre na mão do fundador da nacionalidade portuguesa. Um oficial português, que há algumas décadas escreveu o opúsculo denominado: "Falsas atribuições a armas antigas nos museus nacionais", viu-se criticado por ter ousado levantar dúvidas sobre esta classificação. Também me foi dito que "não se devia estragar o mito criado à volta desta peça", quando levantei de novo a questão. No meu entender, a história de Portugal é tão bela e significativa em toda a nudez da sua realidade, que não necessita da criação de mitos, baseados em falsas interpretações. Nem D. Afonso I, nem D. Afonso V, nem mesmo D. Sebastião, valem menos por ousarmos colocar esta bela espada, que felizmente ainda existe, no século ao qual verdadeiramente pertence. Que alguém se tenha enganado no século XVI entre o algarismo romano "I" e o "V", para atribuir um "Afonso" à espada, é natural! Contudo, sabendo-se que foram abertos os túmulos daqueles monarcas seria, até, mais provável, que fosse a espada de D. Afonso V

(1438-1481), enterrada apenas há algumas décadas atrás e, portanto, em melhor estado do que a de D. Afonso I, enterrada três séculos antes! Torna-se, assim, altamente provável a hipótese de se tratar da espada do grande monarca, cognominado "O Africano" e é bastante interessante que a sua espada tenha viajado até àquele continente, de onde lhe proveio o cognome, após a sua morte! Pelo estudo do feitio da lâmina, da guarda e do pomo, não nos resta outra alternativa senão classificarmos aquela espada como sendo do século XV. A lâmina já possui de ambos os lados o falso gume, chamado ricasso, que, com este feitio, só foi inventado no século XV. As guardas são caracteristicamente portuguesas, do tipo usado por volta de 1470. O pomo, grande e redondo, já existia, de facto, no século XII, mas com uma configuração bastante diferente. Em comparação com todos os outros exemplares conhecidos, tanto em pintura ou escultura como em espadas sobreviventes, só nos fica o terceiro quartel do século XV como data atribuível da sua fabricação.

Muito significativo nestas espadas "caranguejo" é o facto da abertura existente entre as guardas (viradas para a frente) e os anéis protectores dos dedos, permitir a utilização da espada, também para prender e quebrar a lâmina do adversário! O uso desta espada, acompanhada pela adaga de mão esquerda, tornou-se, em mãos experientes, uma combinação superior.

Nos tipos de espadas do período de 1490 a 1510 surgem, por vezes, exemplares onde as guardas são largas e cortantes e de tal maneira viradas em direcção à lâmina, que se encostam directamente aos anéis protectores dos dedos, sendo estes e as guardas forjados da mesma peça. Um bom exemplar com estas características é a espada encontrada numa vinha do Douro, perto de Burco, na vizinhança do Mogadouro (fig. 83). Sabe-se que ali se efectuou uma batalha no século XV. A espada foi encontrada partida em três partes. Possuía dois grandes espigões horizontais, nos terminais dos anéis protectores dos dedos, e um pomo achatado em forma de pêra. É pena termos de registar que este importante achado de uma espada portuguesa dos finais da Idade Média, tenha entretanto desaparecido sem deixar rasto. Talvez devido ao seu mau estado de conservação se tenha deteriorado de tal forma que os seus restos foram, simplesmente, deitados fora. Ficou-nos, no entanto, a gravura como prova da sua existência.

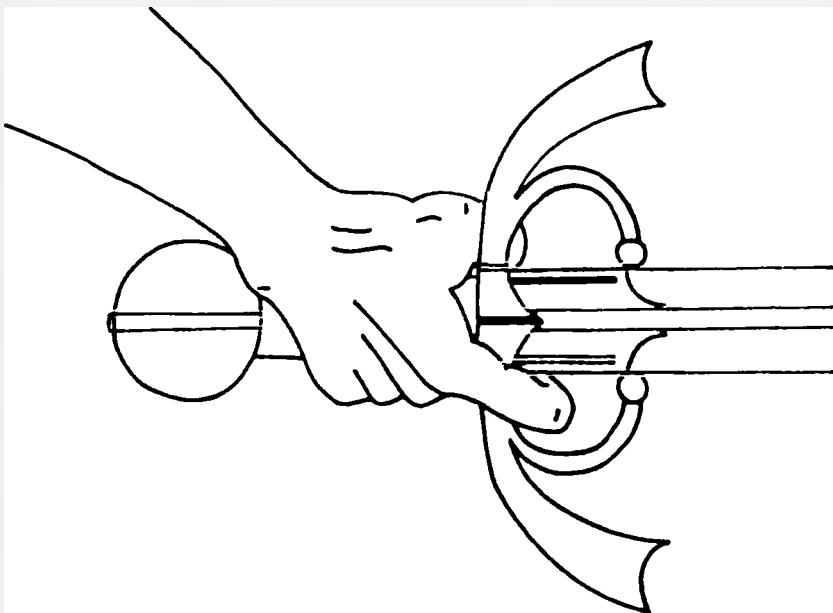



Fig. 84: Espada da 2ª metade do séc. XV, o modelo mais usado durante a época dos Descobrimentos. O dedo indicador é colocado à frente da guarda.

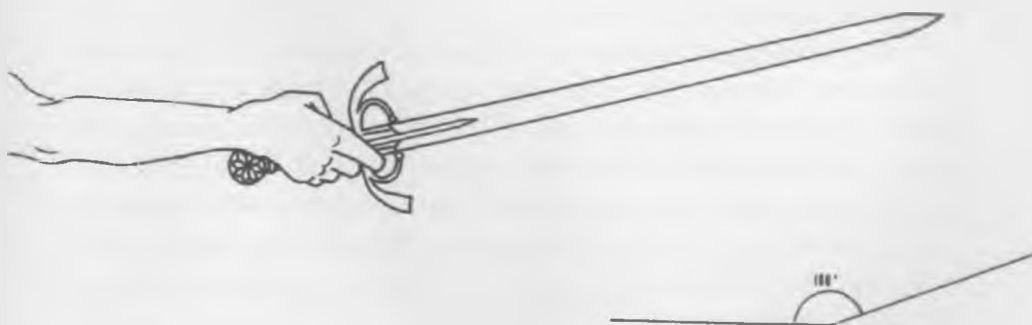



Fig. 85: A espada dos navegadores permitia uma utilização até ao ângulo de 160 graus, o que mudou drasticamente a forma de luta. Servia, em cerca de 50% dos casos, para o golpe e, também, em 50%, para a estocada, obrigando à escola de esgrima.

Uma espada muito parecida, felizmente ainda existe. Foi recuperada durante a primeira metade do século passado (aquando das Guerras Liberais), de um dos sarcófagos da Igreja da Graça, em Santarém (figs. 25, 26 e 81). Fez parte, inicialmente, da colecção de objectos históricos pertencente ao luso-alemão Alfredo Keil, autor do Hino Nacional Português, passando, mais tarde, para a colecção Amílcar Henriques e depois para a de Rainer Daehnhardt. A espada é atribuída a Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil, o que nos parece ser bem provável. O seu túmulo encontra-se naquela igreja e foi, também, aberto na altura descrita anteriormente. É o único túmulo dc um homem enterrado naquela igreja que, eventualmente, pode ter utilizado esta espada. Todos os outros túmulos de masculinos daquela igreja são bastante anteriores.

A variante mais tardia destas espadas de combate ibéricas é-nos mostrada numa pintura que se encontra no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, na "Adoração dos Reis Magos", da autoria do "Mestre do Paraíso". As suas guardas, em forma de vegetais, características do estilo manuelino (1495 a 1521), parecem ser feitas de bronze dourado (fig. 86).

Os navegadores portugueses construíram diversos arsenais na Costa Africana (Castelo da Mina, o principal), no Próximo Oriente (Ormuz) e em locais da Ásia (Goa e Cochim, na Costa do Malabar, Colombo no Ceilão), e no Extremo Oriente (Malaca e Macau). Em todas estas zonas, não só utilizaram estas espadas, como também as repararam, quando tal era necessário. As lâminas eram, geralmente, importadas da Alemanha e de Espanha e transportadas aos "molhos" para estes arsenais ultramarinos, onde espadeiros ou ferreiros habilidosos fabricavam as guardas, os pomos e montavam o conjunto. Surgiram, assim, as espadas coloniais usadas por mãos portuguesas, desde os finais do século XV até finais do século XVI. Os indígenas da Costa da Guiné, da Costa da Mina e do Congo (que nesta altura incluía os Reinos de Angola, Cabinda e Benguela), respeitaram aquelas espadas e, por vezes, os seus chefes usavam-nas como símbolo do poder, chegando a copiá-las até bastante mais tarde (fig. 6 e 7).

Tornou-se fácil distinguir os exemplares europeus dos coloniais, pois a qualidade da sua fabricação e o seu nível artístico eram bem superiores às espadas fabricadas nas colónias, as quais pareciam cópias rústicas de medíocre qualidade e acabamento.

Bastante mais difícil, porém, se torna identificar quais os exemplares com origem nas colónias que foram feitos por ferreiros portugueses, empregados pelos arsenais ultramarinos, e as simples cópias manufacturadas em bigornas indígenas. Tanto uns como outros possuem lâminas importadas. As lâminas largas com a marca do "lobo de Passau" — com o feitio dum lobo a correr — (fig. 31), muito utilizadas na Alemanha no século XVI, e com os números mágicos "1414" ou "1441", são os exemplares mais antigos, cuja origem é atribuída aos arsenais coloniais portugueses e aos reinados de D. Manuel I (1495-1521), até D. Sebastião (1557-1578). É de mencionar que os números "1414" e "1441" não significam a data de fabrico (como por erro foram muitas vezes classificadas), mas, tão só, a aplicação de um número considerado "mágico". O estudo da numerologia, então muito em uso, atribuía ao algarismo "7", seus múltiplos e combinações, um valor divino. Pensava-se que o uso do "7" equivalia a um grito de pedido de ajuda a Deus. Enquanto o árabe gritava "Allah il Allah", o cristão escrevia o número "7" ou, mais usualmente, o "14" (ou seja, duas vezes "7"), ou "1414" (7+7+7+7), ou "1441" (ou seja, "14" e a capicua de "14" que é "41"), na sua lâmina querendo assim exprimir o seu grito de pedido de ajuda divina em todas as quatro direcções, a partir do momento em que desembainhava a sua espada. O número "1414" também é uma referência à Bíblia; Job, capítulo 14, parágrafo 14: "MORRENDO O HOMEM PORVENTURA TORNARÁ A VIVER? TODOS OS DIAS DE MEU COMBATE ESPERARIA, ATÉ QUE VIESSE A MINHA MUDANÇA" (na versão católica). Lutero, muito ouvido na Alemanha do século XVI, traduziu do original grego, oferecendo, em linguagem simples, a seguinte interpretação desta citação bíblica: "QUANDO UM HOMEM MORRE, RENASCERÁ. ASSIM CONTINUAREI A LUTAR ATÉ A MINHA HORA CHEGAR"!

Muitas das espadas coloniais possuem guardas com chapas redondas como terminais, por vezes vazadas com o feitio da cruz e, por vezes, gravadas com uma cruz ou, até, a Cruz de Cristo. Entre estes exemplares, encontram-se diversos que possuem aquelas chapas redondas de grandes dimensões, tão afiadas, que não restam dúvidas que se trata de armas de combate, que utilizavam os terminais das guardas como lâminas (fig. 6). Os exemplares mais tardios (século XVII até ao século XIX), não costumam mostrar nem a gravação da

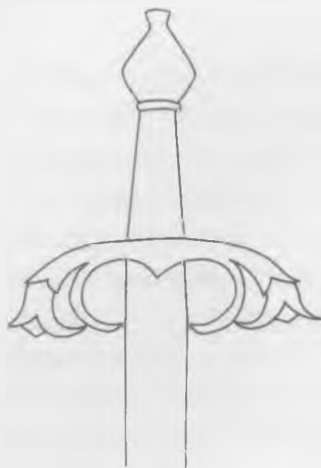



Fig. 86: Espada manuelina representada na pintura "Adoração dos Reis Magos", da autoria do "Mestre do Paraíso", no Museu Nacional de Arte Antiga.

Fig. 87: Espada dos navegadores ibéricos, do 1º quartel do séc. XVI. A forma dos terminais das suas guardas lembram velhos rolos de pergaminhos enrolados. Por esta razão chamou-se a este tipo "espada de guardas à pergaminho".

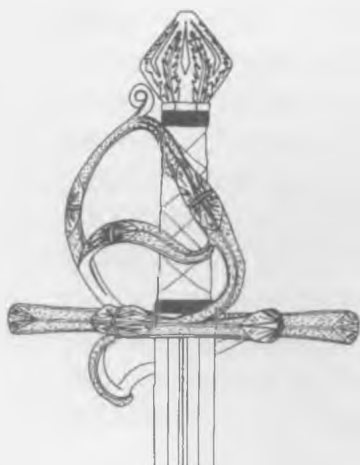



Fig.88: Espada de combate europeia, do 2º quartel do séc. XVI, muito utilizada pelos portugueses nas costas do Índico. O dedo indicador é colocado à frente da guarda, que possui um anel e um aro para o proteger. Um grande aro horizontal e diversos aros que se prolongam até ao pomo, formam a primeira versão do cesto protector de toda a mão. Trata-se da evolução máxima da espada dos navegadores. O próximo passo é a introdução da lâmina estreita, transformando a espada numa rapier, essencialmente utilizada para a estocada.

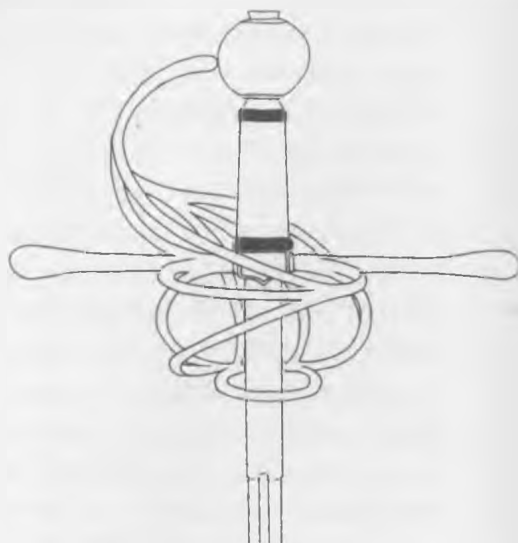



Fig. 89: A rapier da 2ª metade do séc. XVI possui um cesto protector da mão e uma lâmina estreita. O seu manuseamento permite o ângulo de utilização de 180 graus, destinando-se, essencialmente, para a estocada.

cruz nem os gumes nas guardas, tornando-se, assim, nas armas da corte de um chefe indígena, o qual as utilizava como símbolo do poder, e não mais como arma de combate.

Das espadas afro-portuguesas coloniais conhecem-se, apenas, cerca de três dezenas, das quais seis são da colecção do Rei Regente, D. Fernando II, transferidas do Palácio da Pena em Sintra para o Paço Ducal de Vila Viçosa e quatro da colecção do Tenente Coronel Arquitecto, Armando Almiro Canelhas. Todos estes exemplares são, hoje, considerados raros.

Quando os portugueses chegaram à Ilha do Ceilão (na 1ª década do século XVI), introduziram não só as armas de fogo portáteis, como também o anel protector do dedo, nas espadas (figs. 20, 21, 23, 24, 27 e 28). Os espadeiros cingaleses não entenderam, contudo, as razões técnicas do aparecimento do ricasso e dos anéis protectores à frente da guarda. Introduziram o ricasso e diminuíram a dimensão dos anéis, ao ponto de se tornar impossível enfiar lá um dedo! Vê-se, assim, que a utilização daquele melhoramento tecnológico degenerou para simples elemento decorativo! A "Kastane", espada cingalesa que utilizava o ricasso e os anéis à frente da guarda, manteve o antigo costume da lâmina curva, utilizada quase exclusivamente para bater. Como não se verificou uma mudança dos hábitos no manejo das armas brancas no Ceilão, também não se tornou necessário colocar o dedo à frente da guarda, aceitando-se a introdução dos novos pormenores como meros elementos estilísticos de ornamentação.

Durante o primeiro quartel do século XVI, subiram-se e dobraram-se as guardas exteriores do modelo clássico europeu, criando-se assim um novo tipo de espada para navegadores, denominado de "guardas enroladas em forma de pergaminho" ou, simplesmente abreviado, de "guardas à pergaminho". A vantagem desta evolução não é óbvia, podendo até ser um simples capricho de uma moda que então surgiu, pois tem a desvantagem de não mais permitir o agarrar e partir a lâmina do adversário (figs. 87 e 92).

No segundo quartel do século XVI, optou-se por prolongar os terminais dos anéis protectores dos dedos e por se acrescentar um ou mais anéis protectores ao punho e aos nós dos dedos do portador (figs. 14, 87, 88, 92 e 93).

Na segunda metade do século XVI, aumentou-se este número de

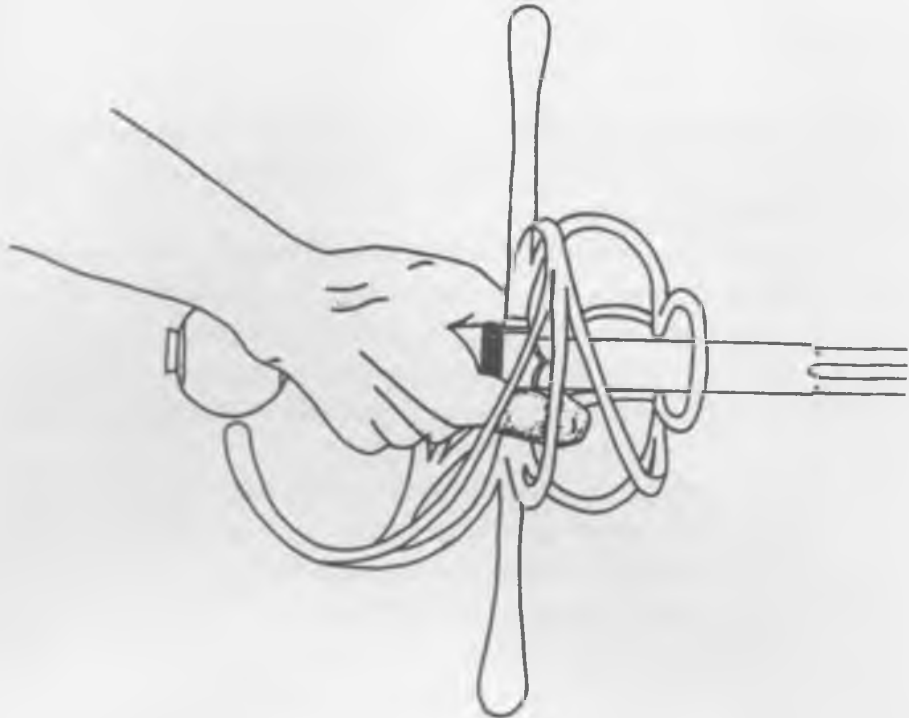



Fig. 90: A rapier da 2ª metade do séc. XVI. O dedo indicador é colocado à frente da guarda e parte do pomo desaparece por trás do antebraço. É introduzida a lâmina estreita, essencialmente para a estocada.

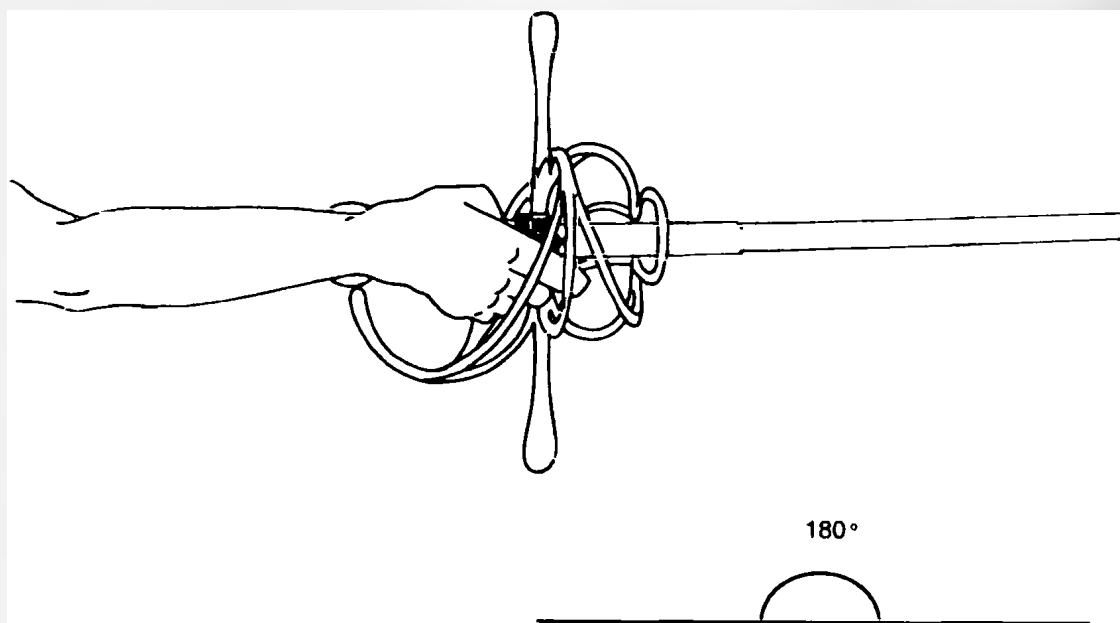



Fig. 91: A rapier permitia a utilização no ângulo de 180 graus, servindo, em cerca de 90% dos casos, para a estocada só em 10%, para o golpe.

Fig. 92: Espada dos navegadores ibéricos, do 1º quartel do séc. XVI. A forma enrolada dos terminais das suas guardas faz lembrar velhos rolos de pergaminhos enrolados. Foi por esta razão denominada "espada de guardas à pergaminho". Col. R. D.

Fig. 93: Espada do Imperador Carlos V. Data do 2º quartel do séc. XVI. Vem mencionada no seu inventário iluminado. De origem toledana, encontra-se embutida a ouro nas suas guarnições e com as iniciais "IHS" na lâmina (IESU HOMINAE SALVATOR = JESUS SALVADOR DOS HOMENS). As suas guardas são enroladas "à pergaminho", possuindo, porém, já mais alguns anéis protectores da mão, encaminhando-se desta maneira em direcção ao futuro cesto da rapier. Col. R. D.

anéis protectores, formando-se um cesto de defesa à volta da mão (fig. 16), que, na continuação da sua evolução, acabou por introduzir a espada de "copo" ou de "taça", que se usou, em mãos portuguesas, desde a primeira metade do século XVII até ao início do século XIX (figs. 12 e 13).

O que todas estas espadas em mãos portuguesas tinham em comum, era a colocação do dedo indicador por cima da guarda encostada ao ricasso (fig. 84). Isto permitiu a sua utilização nos modelos usados desde aproximadamente 1420 a 1550, num ângulo de 160 graus (fig. 85) e, nas rapiers posteriores a 1550, num ângulo de 180 graus (fig. 91).

Este vasto espaço de possibilidade de uso, sempre acompanhado pela adaga de mão esquerda (figs. 29, 121, 122 e 123), com a respectiva escola de esgrima, deu uma superioridade à arma branca nas mãos portuguesas que, por sua vez, se reflectiu na grande confiança dos nossos homens e dos capitães de guerra que os dirigiam.

O peso da maioria das espadas usadas pelos nossos navegadores, andava pelas 900 gramas; em contrapartida, a maioria das espadas inimigas ultrapassava o peso de 1 kg. Também a nossa adaga de mão esquerda era mais leve do que o escudo indo-persa. Quando se luta durante horas seguidas, o peso do armamento acaba por ter grande importância. Muito mais significativo, porém, é o ângulo da utilização: o desgaste muscular para levantar e golpear com um sabre, um tulwar ou uma cimitarra, é bastante maior do que o de dar um passo em frente e desferir uma estocada! Compreende-se assim como foi possível que poucos se tenham defendido durante horas contra muitos, o que em nada diminui o nosso respeito pela sua actuação. É preciso grande coragem para parar um golpe de cimitarra (fig. 99) com uma adaga de mão esquerda (fig. 121) e muita agilidade para se desviar dos golpes de tantos e conseguir aplicar as estocadas no momento e ângulo certos.

O SABRE MUÇULMANO

A lâmina curva, usada desde época muito remota (encontram-se exemplares nos túmulos faraónicos!), foi sempre o tipo de arma branca preferida nos países muçulmanos, tanto do Norte de África como do Médio Oriente e da Ásia. O corte produzido por uma espada de lâmina direita é diferente do de uma lâmina curva. Enquanto um golpe de espada de lâmina direita, por exemplo, corta o braço de um adversário, estilhaçando os ossos, a lâmina curva provoca o mesmo corte sem, no entanto, causar o estilhaçamento. Isto, ao fim de diversas horas de combate, acaba por causar um menor desgaste no portador da espada com lâmina curva.

Damasco, na Síria, ganhou grande fama na fabricação de sabres, classificando-se também no Ocidente as armas de "damasquinadas" quando demonstravam uma sobreposição de diversas camadas de aços e ferros diferentes, como os espadeiros de Damasco costumavam fazer.

Durante o período que nos interessa para o presente estudo — séculos XV, XVI e XVII —, houve diversos tipos de sabres diferentes que, porém, pouca ou nenhuma evolução mostraram. Assim, torna-se por vezes difícil datar uma arma branca destas origens, visto existirem poucas diferenças entre os exemplares dos séculos em causa.

Na forma de combate, porém, todas possuem a mesma característica de servirem, em cerca de 95% dos casos, para o golpe circular, preferentemente de cima para baixo e, só em cerca de 5% dos casos se utiliza o sabre para a estocada de perfuração. Como grande parte dos guerreiros do Médio-Oriente e da Ásia usavam cota de malha como protecção, nem sequer fazia sentido tentar utilizar o sabre para a estocada, visto a sua lâmina não conseguir penetrar a cota de malha e muito menos ainda uma armadura. Desta forma, os guerreiros equipados com

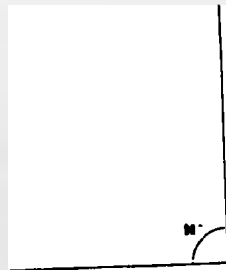
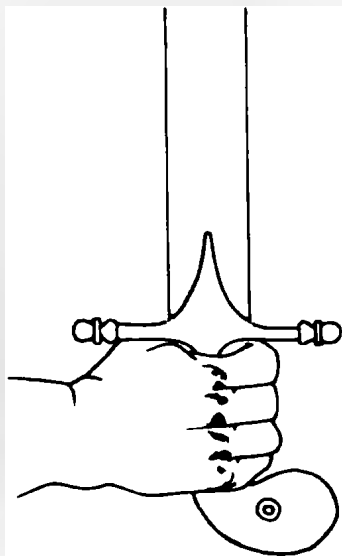



Fig. 94: A forma de pegar o sabre muçulmano, formando a sua lâmina um ângulo de 90 graus em relação ao antebraço. Uma posição de início de combate, idêntica à da espada medieval europeia.

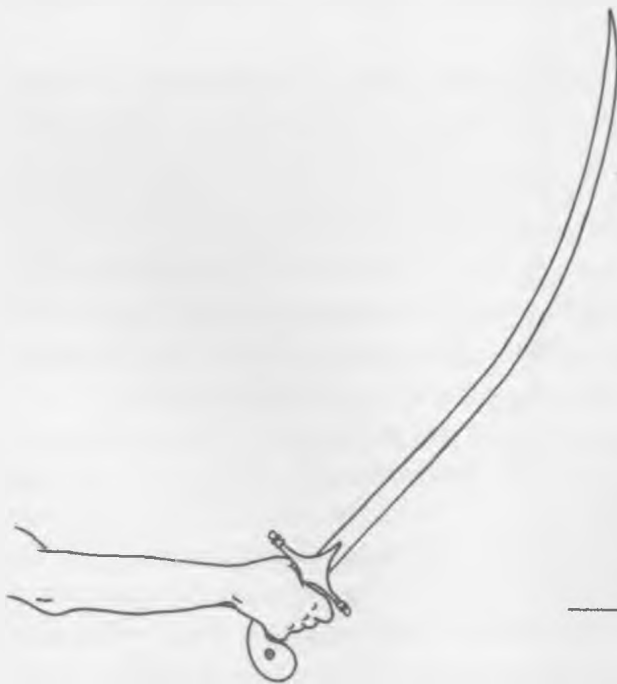



Fig. 95: O sabre muçulmano com o seu ângulo máximo de utilização, 120 graus. Este ângulo, menor do que o das espadas europeias, levou a uma utilização em cerca de 95% dos casos para o golpe e, só em cerca de 5%, para a eventual estocada.

sabres aplicavam a estocada apenas contra povos indígenas que nem armadura ou cota de malha possuíam.

Também o ângulo da sua possibilidade de utilização é diferente. Segurando a pega de um sabre num ângulo de 90 graus em relação ao antebraço (fig. 94), encontrava-se a ponta da sua lâmina inclinada para trás em cerca de 10 graus. Assim, o sabre só permitia um ângulo de utilização favorável de 120 graus, uma nítida desvantagem em relação à espada dos navegadores portugueses (fig. 95).

O muçulmano também não usava adaga de mão esquerda. Possuía uma adaga mas só como arma de último recurso, após a perda do sabre. Se usava algo na mão esquerda eram as rédeas do seu cavalo ou um escudo (ou ambos). Este, tanto podia ser em vime chapeado como em pele de elefante. Servia para amparar golpes de espada ou flechas, mas não evitava ser desviado pela adaga de mão esquerda nas mãos de um hábil guerreiro.

Como o sabre fazia mais efeito em golpe circular de cima para baixo, havia um momento (o de levantar do sabre), durante o qual o seu utilizador se encontrava, de certa forma, descoberto. E. era precisamente neste momento que a estocada costumava ser aplicada. A lâmina direita europeia, sobretudo da *rapier*, em uso a partir dos meados do século XVI, perfurava uma cota de malha com certa facilidade, como aliás também a adaga de mão esquerda. Houve escolas de esgrima muçulmanas que tentaram introduzir sabres com inovações copiadas das espadas europeias, como uma argola defensora para o dedo indicador, colocada na frente da guarda. Mas, salvo poucos exemplares húngaros e um ou outro exemplar experimental, nunca conseguiram mudar nem o estilo do seu sabre nem as suas formas de aplicação. Isto não significa que não tivessem gente que soubesse utilizar o sabre de forma extraordinária. Todos os seus exércitos tiveram grandes peritos no uso das armas às quais estavam habituados, e muitas baixas causaram entre as nossas fileiras. Mas, genericamente falando, o sabre muçulmano, mesmo utilizado com o respectivo escudo, era inferior à espada dos navegadores portugueses, utilizada em combinação com a adaga de mão esquerda.

Entre os sabres muçulmanos temos de classificar alguns subgrupos, visto terem havido tantos povos diferentes que os usaram, criando os seus modelos próprios com características específicas, mantidas durante muitos séculos.

Fig. 96: O nimcha marroquino. Um sabre de forte influência portuguesa. A pega em forma de cabeça de cavalo é uma reminiscência da falcata lusitana, por sua vez descendente do tipo de arma indo-europeia. O feitio das guardas, viradas em direcção à lâmina, é oriundo das espadas portuguesas. O anel protector e a guarda que sobe em direcção ao pomo foram influenciados pelas espadas portuguesas da 1ª metade do séc. XVI. Col. R. D.

O NIMCHA MARROQUINO

Temos de olhar para o nimcha marroquino como sendo, provavelmente, a primeira forma de sabre muçulmano contra o qual os portugueses combateram. Este possui duas características principais:

1ª. A sua pega, em madeira ou chifre, tem o feitio de uma cabeça de cavalo, remotamente parecido com a antiga falcata dos guerreiros lusitanos;

2ª. As suas guardas não só sobem até ao pomo, protegendo assim melhor a mão, mas também possuem terminais virados em direcção à lâmina — nítida influência da espada dos navegadores portugueses — e, em raros casos também, um anel de protecção como estamos habituados a ver nas *rapiers* europeias. Os exemplares com este anel horizontal de protecção da mão costumam ser do século XVI ou XVII e os que nunca o tiveram continuaram a ser feitos até aos nossos dias (fig. 96).

Fig. 97: O kilij, ou, mais simplesmente classificado, o sabre turco. Uma das armas mais utilizadas pelos adversários dos portugueses durante os séc. XV, XVI, XVII e XVIII. Col. R. D.

O KILIJ, KILIG, KILICH OU QUILLIJ TURCO

Este tipo de sabre com tantas formas de denominação é o que mais se viu na Europa e que entre nós é, normalmente, chamado de sabre turco ou sabre mameluco. Ainda em época napoleónica ressurgiu a moda da sua utilização mesmo nos exércitos europeus, equipando-se todos eles com armas destas características, mais por razões de moda do que de eficácia militar. O sabre turco costuma ter guardas em feitio de cruz e uma pega em chifre ou madeira de pomo enrolado e bastante largo, fazendo lembrar os cabos de algumas pistolas. Genericamente, podemos dizer que a curvatura da lâmina do kilij turco é inferior à da do shamshir persa e que a ponta da lâmina turca é usada dos dois lados, enquanto a do shamshir persa só o é de um lado. Mas como é tão frequente a mudança de lâminas nestes tipos de armas e o seu comércio entre os diferentes países muçulmanos, surgiram tantas excepções às regras que é preferível deixar estas de lado e classificar lâminas e punhos individualmente (fig. 97).

O SHAMSHIR, SHAMSHEER OU CHIMCHIR PERSA

Muito parecido com o sabre turco, diferencia-se deste, basicamente, pelo feitio do punho. Este, já não se parece com um punho de pistola, mas assemelha-se à nossa letra "L" em posição contrária (como a pega de uma bengala), visto o pomo, usualmente em ferro ou prata, se encontrar num ângulo de 90 graus em relação ao punho. As suas lâminas não costumam ter o último terço afiado dos dois lados mas, como já se mencionou no caso do kilij turco, não convém generalizar esta pormenorização, visto haver tantas excepções. O ângulo da curvatura da lâmina, porém, costuma ser maior do que o do sabre turco e as lâminas são muitas vezes mais estreitas. Como os persas invadiram sucessivamente a Índia e aí instalaram as suas dinastias moghul (mugal), também se usaram os shamshir neste país, diferenciando-se dos exemplares persas sobretudo no estilo decorativo. É frequente os exemplares persas estarem gravados a ácido e decorados com pinturas e os exemplares indianos estarem decorados com ouro ou prata kuftgari (fig. 98).

Fig. 98: O shamshir, ou, mais simplesmente classificado, o sabre persa. O seu punho mais vincado e a sua lâmina mais curvada, distinguem-se facilmente do turco. Ambos são armas de temer quando manejadas por guerreiros bem treinados. Col. R. D.

A CIMITARRA, SCIMITAR OU SCIMETER INDO-PERSA

Trata-se de uma "europeização" medieval da palavra "shamsheer" de origem persa. Hoje classificamos as armas muçulmanas ou hindus com este nome, desde que tenham uma lâmina curva mas larga, cujo último terço suba em forma de um telhado ou um "V" ao contrário. Habituámo-nos a representações de cimitarras com este tipo de lâmina (copiadas na Europa pelas espadas falcões), nas pinturas religiosas das nossas igrejas, onde durante toda a Idade Média se representou o mouro, o judeu e os Reis Magos com cimitarras. O seu manejo exige uma força extraordinária, tratando-se em muitos casos de espadas de execução e de armas usadas para sacrifício de animais em actos religiosos. A sua única vantagem sobre as armas utilizadas pelos portugueses era a capacidade de romper as guardas das espadas e das adagas de mão esquerda com um forte golpe circular, devido ao seu elevado peso (fig. 99).

Fig. 99: A cimitarra. Usada pelos diferentes povos muçulmanos, com variantes, tanto em África, como no Medio-Oriente e na Ásia. O seu manejo exigia força. Os seus golpes eram terríveis e difíceis de parar. Col. R. D.

O TULWAR, TULVAR OU TALWAR INDIANO

A forma mais comum de sabre encontrada pelos portugueses em toda a Índia é o tulwar. Trata-se de uma arma que evoluiu dum tipo ancestral já em uso nesta península na época de Alexandre Magno (séc. IV a.C.). A sua característica principal é o punho metálico, com guardas horizontais, terminando em forma de "pevides" e o seu pomo construído de forma discóide. Há muitas variantes tanto no que diz respeito ao feitio da lâmina (fig. 42) — o que se pode dizer em relação a todas as espadas e sabres indianos —, como ao punho. Alguns têm guarda-mão, que segue das guardas propriamente ditas em curva "de cobra levantada" até ao pomo. A principal característica desta arma é pouco conhecida, mas bastante interessante. Fora as armas individuais manufacturadas para personagens de relevo, também se fabricavam tulwares mais simples, em grandes quantidades, para os arsenais dos soberanos. Invasões, levantamentos populares e revoluções palacianas eram muito frequentes. Raros são os soberanos desta parte do mundo que morreram de morte natural. O estado de guerra entre uns e outros era situação frequente. Neste ambiente torna-se óbvio que a posse e o acesso aos grandes arsenais eram uma preocupação da maior prioridade. Inventou-se então um sistema que impedia a possibilidade do uso de um arsenal indiano de um momento para o outro. Os punhos dos tulwares eram construídos de metal (ferro em geral), juntando guarda, pega e pomo numa só peça, o que não acontece na maioria das armas brancas de outras origens, onde todas estas partes eram elementos separados uns dos outros. Como os punhos dos tulwares eram um peça só, tornou-se fácil juntar todos os punhos dum arsenal (estamos a falar,

Fig. 100: Tulwar indiano dos séc. XVII/XVIII. As suas guardas são direitas, ostentando um aro-guarda-mão que, em forma de uma serpente levantada, segue até ao pomo. Este exemplar encontra-se decorado a ouro damasquinado (parecido com o trabalho toledano), que na arte indiana se chama "kuftgari". Col. R. D.

em números redondos, na ordem dos cem mil punhos) e construir uma torre onde estes estivessem bem guardados a sete chaves. Numa outra torre, distante da primeira, guardavam-se as respectivas lâminas. Quando um soberano decidia invadir um estado vizinho ou preparar-se para defender o seu contra uma eminente invasão, sabia-se disso com meses de antecedência o que permitia a montagem dos punhos dos tulwares nas respectivas lâminas. Estas, possuíam um curto espigão, que não era sequer cravado nem aparafusado ou preso por um pino. Para casar a lâmina com o punho virava-se este último para baixo, vertendo alcatrão aquecido e, por isso, líquido, para dentro da parte oca, que nesta altura também recebia a lâmina. Uma vez arrefecido o alcatrão, ficava a lâmina suficientemente bem presa para poder ser utilizada em batalha, durante anos. Caso começasse a oscilar, podia-se sempre repetir esta forma de a prender. Um soberano estratega sabia quanto tempo tinha de contar para montar as armas do seu exército e, precavendo-se, tinha os arsenais prontos na devida altura para a distribuição dos tulwares. Havendo um motim ou uma revolução palaciana, não havia tempo para montar os tulwares, de maneira que os grandes arsenais estavam relativamente protegidos de uma indevida utilização. Nos territórios indo-portugueses do norte, Diu, Damão, Baçaim, Dadra, Nagar-Haveli, usou-se o tulwar, mas só em mãos da nobreza local e de forças indígenas auxiliares. Os portugueses não se serviam desta arma, primeiro porque tinham mais confiança nas suas mas também porque o punho da grande maioria dos tulwares é tão pequeno que poucas eram as mãos portuguesas que nele conseguiam entrar (figs. 51, 52 e 100).

Fig. 101: Khanda, a espada hindu, que tanto podia ser manejada com uma mão como com ambas. O seu uso exigia mais força do que a necessária para um tulwar. Os seus golpes eram derrubantes! Exemplar do sec. XVIII, decorado a ouro e embutido com rubis. Col. R. D.

O KHANDA, A ESPADA HINDU

Embora hajam tulwares de lâmina direita é, sobretudo, o khanda que se distingue dos sabres indianos por estar maioritariamente equipado com lâminas direitas. Trata-se do mais antigo tipo de espada oriundo da Índia, que ali se mantém há cerca de dois milénios. A lâmina costuma ser direita, alargando ligeiramente em direcção à ponta, como já acontecia com certas espadas da idade do bronze. Embora se conheçam exemplares com gumes de ambos os lados, o tipo mais frequente possui gume só de um lado e uma chapa de reforço, muitas vezes ornamentada, do outro lado. O punho é metálico (geralmente de ferro), juntando o pomo através de uma chapa protectora larga com as guardas. Estas, também formadas por chapa larga, possuem o feitio de um "V" em direcção à lâmina e chapas de reforço que acompanham a lâmina em cerca de um palmo, presas por rebites. Este tipo de punho, considerado caracteristicamente hindu, forma uma espécie de "cesto protector" para toda a mão. Do pomo discóide nasce um espigão comprido, que permite segurar a espada com a segunda mão, aumentando assim a força do golpe. Em termos europeus teríamos de considerar este tipo de espada hindu uma "espada bastarda" ou também chamada "de mão e meia", visto permitir a utilização tanto com uma como com ambas as mãos. A lâmina direita permite a sua utilização para a estocada mas só contra adversários não protegidos, visto a sua largura impedir a perfuração da cota de malha. O grande golpe do khanda dado com ambas as mãos, temido por toda a Ásia, podia, porém, decepar facilmente um braço, mesmo protegido por cota de malha! Em alguns exemplares dos khanda ainda se encontra o forro almofadado no interior do punho, o que tornava a sua utilização mais confortável para quem o manejasse,

visto o cabedal almofadado servir de amortecedor da forte pancada que a arma transmite à mão de quem a utiliza. Trata-se de uma arma bem concebida para guerreiros muito musculados, visto ter o dobro do peso da espada dos navegadores portugueses. Após cinquenta golpes seguidos cansava qualquer um! (fig. 101).

A MAÇA-DE-ARMAS E O GURZ HINDU

A maça-de-armas utilizada na cavalaria europeia só em poucos exemplares encontrou o seu caminho para o Oriente. Nas cavalarias orientais, porém, era uma arma bastante utilizada. Desde as estepes húngaras até ao Índico e ao Extremo-Oriente, usou-se a maça-de--armas como terceira arma da cavalaria, sendo a lança a primeira e o sabre a segunda, na sequência da sua utilização em combate. Para além das maças-de-armas simples com haste de madeira e cabeça de ferro ou bronze, surgiu um modelo hindu bastante rebuscado, o Gurz. Trata--se de uma combinação do punho do Khanda, montado numa haste em ferro e decorada com caneluras torcidas; é uma característica do século XVI, usual também nos canos das armas de fogo, possuindo uma cabeça de maça-de-arma de lâminas colocadas em gomos. Entre estas surge uma outra maior, que só pode ser classificada de lâmina de machado, em cuja ponta foi acrescentada mais uma curta lâmina de lança. Temos assim uma arma de uso múltiplo, que tanto é maça como lança e machado. A sua haste em ferro impedia o corte por golpe de espada, tornando-se invulnerável e altamente perigosa nas mãos de quem estivesse treinado para a utilizar. Em mãos portuguesas não tivemos contrapartida para o Gurz (fig. 102).

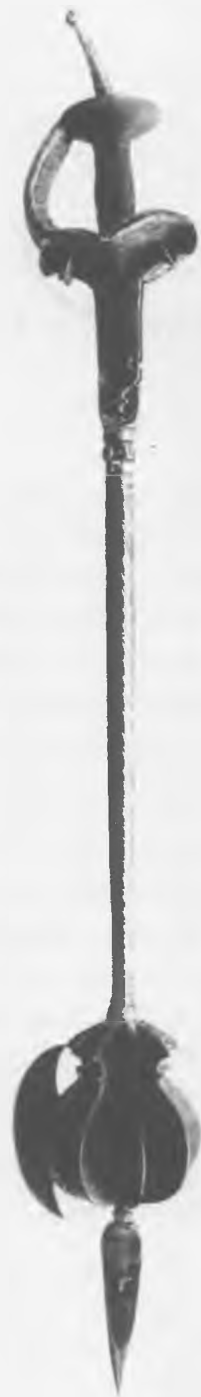



Fig. 102: Gurz, uma interessante arma hindu, que combina a maça de armas com a empunhadura do khanda, permitindo, assim, a sua utilização, tanto com uma como com ambas as mãos. Este exemplar, dos séc. XVI/XVII, é assaz raro porque também possui uma lâmina de machado e uma ponta de lança, tornando-se assim uma combinação de quatro tipos de armas. Col. R. D.

A LANÇA

Esta arma ancestral, utilizada por todos os povos desde o neolítico, subdivide-se em diversos grupos: a lança de infantaria, utilizada como arma mais simples, geralmente por forças auxiliares; a lança de cavalaria, usada como primeira das armas a entrar em campo quando exércitos adversários se encontravam; e a lança da marinha, mais conhecida pelo nome de "croque". Esta tinha duas funções, visto estar equipada com um gancho ao lado da lâmina da lança. Servia para lançar os adversários na abordagem, para cortar o velame, puxar ou empurrar embarcações, lançar quem estivesse a nadar ou puxar para bordo o que ou quem se quisesse. O croque era a arma dos marinheiros e grumetes que nem espada ou machado tinham (fig. 103).

Fig. 103: a) Croque português dos séc. XVI/XVII. Uma arma naval de uso múltiplo. Col. R. D.
b) Lança portuguesa do séc. XVI. Col. R. D.
c) Lança indo-persa embutida a ouro. Séc. XVI/XVII. Col R. D.
d) Lança malaia com lâmina flamejante. Séc. XVI/XVII. Col. R. D.

O ESCUDO EUROPEU

Esta arma defensiva, por vezes também ofensiva quando equipada com um espigão ao centro, foi utilizada sob diferentes formas durante os séc. XV, XVI e XVII. Inicialmente tivemos o escudo de madeira, por vezes forrado a cabedal, usado em toda a Idade Média. Eficiente contra flechas e golpes menos decididos de espadas e sabres, tornava--se porém inconveniente contra a lança. Esta perfurava-o, ficando presa nele e tornando-o tão pesado e impossível de manejar que normalmente era abandonado no próprio local da batalha. Isto tanto diz respeito ao escudo de madeira da cavalaria como à "pavese", alto escudo de infantaria que se podia colocar no chão, servindo de protecção a quem se escondesse por trás. O escudo de ferro usado pelos cavaleiros nobres era muito pesado e pouco vantajoso na infantaria. Embora utilizado na Europa, viu pouca aplicação nas campanhas portuguesas do Índico, excepto como escudo de oficial de artilharia. Neste caso, o escudo era redondo, chamado a "rodela", mas de chapa reforçada à prova de tiro de mosquete, como também eram, aliás, o peitoral e o capacete, dado os oficiais de artilharia serem o alvo preferido em todas as campanhas e cercos a praças militares. O escudo mais utilizado pelos portugueses desde os meados do séc. XV até ao fim do séc. XVI, foi a adarga de madeira e cabedal. Esta era de origem hispano-mourisca, muito mais leve de que todas as outras e acabou por ser adoptada pelas nossas forças, tanto na Europa como na África e na Ásia (fig. 104).

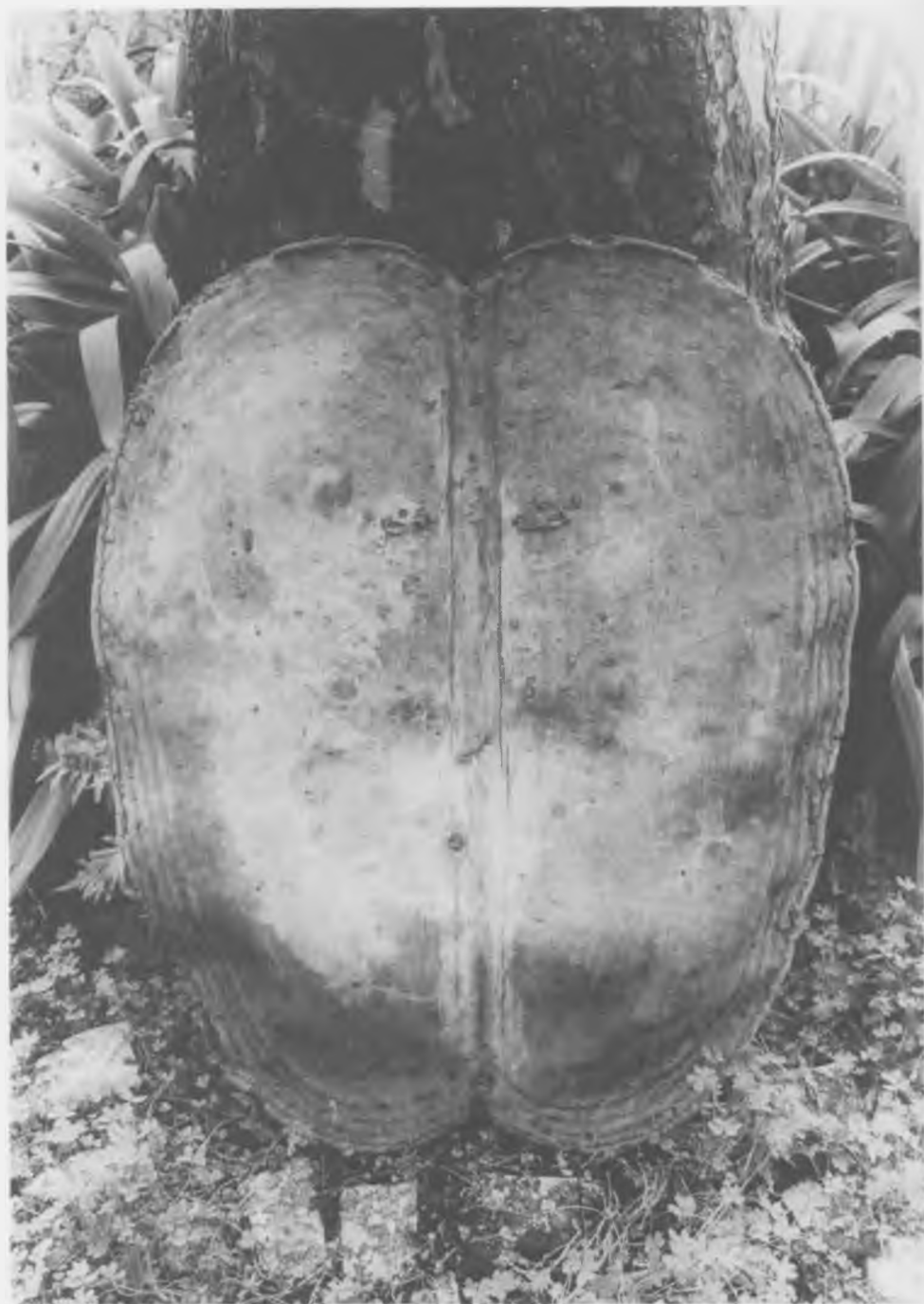



Fig. 104: A adarga, um escudo de cabedal, de origem hispano-mourisca, utilizado também pelas forças portuguesas durante os séc. XV e XVI. Este é o único exemplar sobrevivente conhecido em Portugal. Col. R. D.

O ESCUDO MUÇULMANO

No norte de África usou-se a adarga de madeira e cabedal, ou só de cabedal, idêntica às usadas no Reino de Granada, então ainda colónia muçulmana em solo europeu. A preocupação da ligeireza em todo o armamento utilizado foi uma das características mais predominantes em todas as armas defensivas muçulmanas. Mesmo quando surgiram os escudos de ferro, estes eram de cordas entrançadas de vime ou sisal, reforçados por alguma chaparia de ferro. Os escudos indo-persas, totalmente em ferro, são, geralmente, mais tardios e também de chapa fina, incapazes de aguentar um tiro de mosquete.

O escudo mais utilizado nos reinos indo-persas era a "rodela", feita de pele de elefante. Os exemplares africanos, por vezes também em pele de elefante, eram geralmente em pele de búfalo curtida ou em camadas sobrepostas de pele de hipopótamo. Muitas das rodelas indo-persas de pele de elefante tinham rosetas metálicas de reforço — que também serviam para interiormente prender as alças — e uma almofada para amortecer as pancadas. Alguns exemplares eram pintados com carrancas assustadoras para impressionar o adversário, ou com olhos de penas de pavão para o hipnotizar.

Embora os portugueses tivessem introduzido no seu armamento a adarga mourisca como arma de defesa, principalmente contra as chuvas de flechas, tiraram grande proveito da utilização de vime ou cabedais nos escudos dos seus adversários. Um golpe de adaga de mão esquerda prendia e desviava com facilidade a maioria dos escudos indo-persas ou africanos, deixando assim os adversários indefesos no momento em que levantavam os seus sabres ou tulwares, permitindo aos nossos arrumar rapidamente a questão com uma estocada (fig. 105).

Fig. 105: Escudo indiano de pele de elefante, com rosetas de ferro decoradas a ouro. A sua pintura, mostrando centenas de olhos de penas de pavão, é uma interessante tentativa de hipnotizar o olhar do adversário. Sec. XVII/XVIII. Col. R. D.

O ARCO

Afonso de Albuquerque, a dada altura, menciona que em toda a sua esquadra não se encontrava um único arco ou flecha. Isto demonstra que esta arma ancestral já tinha caído em desuso nas lusas mãos. Em Alcácer-Quibir (1578) pagámos caro por não aceitarmos forças mouriscas com arcos ao nosso lado. O alcance dos nossos mosquetes era nitidamente inferior ao dos arcos mouriscos, largamente utilizados pelos nossos adversários.

Se algum historiador se der ao trabalho de fazer uma lista dos ferimentos recebidos pelas forças portuguesas nos combates de África e da Ásia, certamente vai chegar à conclusão de que foi o arco mourisco, com as suas flechas certeiras, que maior número de feridos nos causou. Em África e nas Índias Orientais até se usavam flechas "ervadas" (envenenadas), onde o mais ligeiro ferimento acabava numa morte cruel. No Médio-Oriente e no espaço indo-persa não se costumavam envenenar as flechas, de forma que se alguém ficasse ferido e temporariamente posto fora de combate, havia a possibilidade de cura e sobrevivência. Casos houve onde os guerreiros portugueses receberam tantas flechas nas suas brigandinas que mais pareciam representações vivas do martírio de São Sebastião, continuando porém a combater! As escamas de ferro cravadas no pano grosso deste tipo de couraça (bem visível tanto nos painéis de São Vicente como nas tapeçarias de D. João de Castro), evitavam uma profunda penetração da flecha, ainda que não evitassem ferimentos considerados ligeiros que, em momentos de grande necessidade permitiam um certo grau de continuação no combate.

Enquanto na África e no sul da Índia se utilizava o arco de madeira, parecido ao arco medieval europeu, os países de influência muçulmana

Fig. 106: a) Grande arco muçulmano para infantaria. Séc. XVI. A arma que mais baixas causou entre as fileiras portuguesas. Col. R. D.
b) Pequeno arco muçulmano para cavalaria. Séc. XVI/XVII. Col. R. D.

usavam o arco mourisco — uma verdadeira revolução tecnológica —, com um funcionamento totalmente diferente. Eram construídos em camadas sobrepostas de chifre, cabedal e fibras de plantas, dobrando--se ao contrário do que era habitual. Conseguiam atingir em batalha a distância (considerada normal), de 400 metros, enquanto a distância de combate das espingardas então em uso era de 50 a 70 metros! A distância máxima conseguida pelos famosos archeiros ingleses com os seus arcos compridos rondava os 200 metros. Os grandes mestres archeiros turcos faziam competições de tiro com arco da ponte de Constantinopla, colocando-se pilares nos locais de maiores distâncias atingidas, entre os quais há diversos a 700 e 800 metros, sabendo-se de tiros que, com ventos favoráveis, ultrapassaram mesmo os mil metros! (Imaginem um archeiro turco do século XVI na praça dos Restauradores em Lisboa a enviar uma flecha ao monumento do Marquês de Pombal!). A besta europeia era certeira até 100 metros (e assim superior à arma de fogo durante o séc. XVI), conseguindo atingir distâncias máximas, com vento favorável, até 400 metros. Embora mais certeira do que o arco mourisco, levava muito mais tempo para ser armada, tendo portanto uma sequência de tiro menor. A única nação europeia que chegou a equipar-se com unidades que usavam o arco mourisco foi Veneza. Os venezianos não só tinham importado os arcos, cuja fabricação ainda hoje é um segredo não totalmente desvendado (estes arcos superam os melhores arcos olímpicos hoje construídos), mas também tinham alistados grupos dos melhores archeiros turcos (figs. 106 e 107).

Fig. 107: Arco indiano pintado. Séc. XVI a XIX. Col. R. D.

Fig. 108: a) Ponta de um virote de besta europeu do séc. XVI. A curta distância furava qualquer armadura. Até 50 metros era mais certeira do que as armas de fogo de então! Col. R. D.
b) Ponta de uma flecha muçulmana dos séc. XVI/XVII. O projéctil que maior número de portugueses feriu nos séc. XV e XVI. Col. R. D.

A FLECHA

Não usada, tal como o arco, pelos portugueses, fez parte do armamento mais utilizado contra as nossas forças, tanto em África como na Ásia. As flechas turcas, persas e indianas dos séculos XVI e XVII que sobreviveram, ainda hoje nos causam admiração pela sua leveza e alta qualidade, tanto nas pontas de aço como na haste e suas penas.

Como contrapeso desta arma não existente em mãos portuguesas, resolveram muitos dos grandes capitães que comandaram exércitos nossos nas costas do Índico, aceitar a aliança com rajás locais, que nos emprestaram forças auxiliares equipadas com arcos e flechas.

A nossa principal defesa contra as chuvas de flechas inimigas eram grandes redes de "cairo", montadas em estacas, com as quais se protegiam as cobertas das nossas embarcações, como se de telhados se tratasse. O "cairo" eram cordas muito grossas feitas com fibras das cascas dos cocos. Como se tratava de cordas de 3 a 6 centímetros de espessura com redes feitas de malha pequena, parte substancial das flechas disparadas acabavam por aí ficarem espetadas. Estas redes de cairo também serviam para facilitar abordagens. A sua invenção não foi nossa. Durante os combates contra naus e galés turcas vimos, pela primeira vez, a sua utilização e quando chegámos ao país dos cocos, Kerala, na costa do Malabar, acabámos por também encomendar e instalar estas redes nas nossas embarcações (fig. 108).

Fig. 109: Besta de infantaria portuguesa do séc. XVI. Com inscrição no arco: "MATER DEI MEMENTO MEI". Col. R. D.

A BESTA, A GAFA E O VIROTE

A arma portuguesa que mais se assemelhava ao arco era a besta, geralmente armada com a sua gafa mas, por vezes, também com gancho ou cranequim. O seu projéctil era o virote, uma flecha curta, de haste grossa, com asas de madeira colocadas com ligeira inclinação, que causava um movimento rotativo durante o vôo; daí o nome "virote". A sua ponta de ferro forjado era cerca de vinte vezes mais pesada do que a ponta de uma flecha mourisca. Uma vez inventado o arco em aço e montado nas bestas (durante a segunda metade do séc. XV), em substituição do antigo arco composto até então em uso (em madeira, chifre e cabedal), obteve-se da besta militar uma grande certeza de tiro, com uma impressionante força de penetração. Um virote de besta furava não só o peitoral de uma armadura muçulmana mas também o corpo e as costas, podendo ainda matar um segundo adversário que estivesse por trás. Em lutas contra forças indígenas não protegidas por couraças ou cotas de malha, houve casos em que um virote disparado a curta distância contra uma multidão de atacantes acabava por derrubar três adversários! Nem uma flecha ou um tiro de espingarda causava este efeito de penetração. A armada de Afonso de Albuquerque ainda tinha um número comparável de besteiros e espingardeiros (portadores de espingardas). Só no final do século XVI se viu a besta ultrapassada pela arma de fogo, então já mais certeira e evoluída (figs. 34, 35, 39, 40 e 109).

Fig. 110: Câmara de um berço, carregável pela culatra. Col. R. D.

Fig. 111: Berço manuelino. A peça de artilharia naval que, pelo seu carregamento pela culatra e sua utilização em forquilha montada na amurada, ofereceu superioridade às naus e caravelas portuguesas sobre as galés turcas, então equipadas com peças de carregamento pela boca e montadas na proa, de forma imóvel. Col. R. D.

A ARTILHARIA

As variantes das peças de artilharia usadas durante o período da construção do Mundo Português e sua evolução, são tantas que seriam necessários diversos volumes para as estudar e classificar devidamente. No presente trabalho não há espaço nem pretensão de aprofundar esta questão, mas apenas o reconhecimento de que se trata de uma matéria altamente interessante e merecedora de um estudo adequado. Porém, genericamente falando, podemos chamar a atenção para os factos que se seguem.

Tanto os portugueses como os seus adversários nas costas do Índico estavam equipados com peças de artilharia. A introdução da arma de fogo como novidade tecnológica deveu-se aos turcos em todas as costas do Índico, e aos portugueses, do Ceilão para o Extremo-Oriente. Os mouros do norte de África, os turcos das costas do Índico, os persas e os indianos já utilizavam artilharia (e espingardas) quando as primeiras armadas portuguesas aí chegaram.

As diferenças básicas entre as peças de artilharia em mãos muçulmanas relativamente às nossas, durante a primeira metade do século XVI, foram as seguintes: a grande maioria das nossas peças eram de bronze, fundidas em oficinas portuguesas, com a aplicação dos conhecimentos dos melhores mestres fundidores (entre eles diversos estrangeiros) ao serviço do Rei de Portugal. Nas outras nações compravam-se peças no mercado internacional. Isto significava a ausência do contacto directo entre o fabricante e o utilizador, diminuindo também a responsabilidade do fundidor. O custo era uma preocupação secundária na fundição portuguesa, colocando-se a qualidade no topo da lista das nossas prioridades. Peças fundidas algures para serem comercializadas

Fig. 112: Petronel de pederneira português do 3º quartel do séc. XVI. Uma arma muitas décadas tecnologicamente avançada sobre todas as estrangeiras. Col. R. D.

Fig. 113: Mosquete janízaro de pederneira. Séc. XVIII. Com cano estriado. Uma arma muito certeira que causou numerosas baixas aos portugueses. Col. R. D.

eram, por vezes, muito vistosas — o que era conveniente para angariar boa clientela —, mas pouco funcionais. Quando rebentavam já tinham sido pagas e podia-se sempre culpar a falta de conhecimentos dos artilheiros. Assim, eram muito frequentes os rebentamentos das peças de artilharia de outras nações e muito raros nas peças portuguesas.

Em França, por exemplo, requisitavam-se para artilheiros os condenados à morte, que se iam buscar aos calabouços, visto morrerem com frequência durante os rebentamentos das peças de artilharia. Um imperador alemão morreu, assim como muitos membros da sua comitiva, durante a demonstração de tiro de uma peça gigante.

Em Portugal não só se importavam os melhores mestres fundidores estrangeiros, como até o respectivo pessoal. Temos assim no século XVI a Irmandade de São Bartolomeu de Lisboa, onde estavam inscritos vários milhares de artilheiros alemães e suas famílias, residentes em Lisboa, ao serviço do Rei de Portugal. Mais de um milhar deles caiu na batalha de Alcácer-Quibir. Afonso de Albuquerque faz diversas vezes menção dos bons serviços dos seus artilheiros alemães. Possuindo artilharia de boa qualidade e gente competente para a utilizar, os nossos estrategas tinham uma grande confiança nas suas bocas de fogo, ao contrário dos adversários.

Grande parte da artilharia muçulmana da altura ainda era de ferro, então já evitado a bordo das nossas naus. Toda a artilharia turca era de carregar pela boca, enquanto uma parte substancial da nossa já era de carregamento pela culatra (fig. 110). Isto não só permitia uma muito mais rápida sequência de tiro, como até evitava a exposição dos nossos artilheiros às flechas e balas de espingardas dos adversários, durante o perigoso processo do carregamento. Em diversas embarcações mais pequenas era necessário carregar as grandes peças de artilharia por homens presos por uma corda do lado de fora da amurada, visto não se conseguir fazer recuar a peça para o carregamento, o que causava a perda de artilheiros e tempo. Tudo isto era evitado no carregamento pela culatra, visto este se efectuar de forma resguardada, pela amurada. Cada peça destas costumava estar equipada com cerca de vinte câmaras, todas previamente carregadas, o que oferecia uma muito mais rápida sequência de tiros do que a possibilitada pelas peças de carregamento pela boca (fig. 111). A qualidade das peças de artilharia portuguesas, a sua precisão e o seu alcance eram, na maior parte

dos casos, superiores às das peças de artilharia instaladas em embarcações inimigas, com a excepção de uma armada turca, construída e equipada por venezianos para varrer a competição lusa do Índico, altamente prejudicial ao comércio de Alexandria (então turco) e Veneza.

Muitas das galeras turcas só possuíam artilharia grossa na proa, obrigando à manobra de toda a embarcação para poder fazer a respectiva pontaria. Parte da nossa artilharia era muito grossa e pouco manobrável, mas estava espalhada por toda a embarcação para que de qualquer ângulo houvesse, pelo menos, uma ou duas peças grossas que pudessem disparar. Tanto as nossas naus como as nossas caravelas e parte das nossas fustas e galeões possuíam grande número de berços de carregamento pela culatra, enfiados em forquilhas na grossa amurada. Estas peças tinham grande facilidade de manobra, podendo ser utilizadas em quase todos os ângulos, o que permitia uma independência total entre o piloto da embarcação e o seu comandante de artilharia.

Em artilharia de terra, de fortaleza e de cerco, estavam os exércitos asiáticos em vantagem sobre os nossos, mas no que dizia respeito à artilharia naval, a portuguesa estava, tecnologicamente, muito avançada sobre a dos seus adversários.

A ESPINGARDA

Já na segunda metade do século XV se estabeleceram em Lisboa oficinas de espingardeiros[3]. Também neste campo não só se importaram para Portugal obras feitas no estrangeiro, como os próprios mestres espingardeiros e, com isso, as suas tecnologias. Assim as armadas portuguesas que seguiram para a Índia foram equipadas com espingardas vindas da Boémia e com outras semelhantes, já fabricadas no Arsenal de Lisboa. Mal Afonso de Albuquerque tomou Goa (1510), apoderou-se do respectivo arsenal muçulmano (fig. 46), aceitando que os mestres espingardeiros goeses passassem a trabalhar para a Coroa Portuguesa. Tão bem impressionado ficou com a qualidade destes mestres goeses, que mandou exemplares das suas obras e mestres para Lisboa, para aí trabalharem no arsenal de D. Manuel I. Temos, assim, desde data muito recuada (1513), espingardeiros goeses a trabalhar em Lisboa ao lado de portugueses e alemães e a mesma mistura de origens no arsenal de Goa. Rapidamente se viu que a quantidade do armamento ligeiro necessário para a manutenção da Ásia Portuguesa era tão grande, que não podia ser pedida a Lisboa, resolvendo-se então aumentar a capacidade de fabricação do arsenal de Goa, mantendo aí um depósito de reserva permanente, chamado "Casa das Dez Mil Espingardas"[4].

Tecnologicamente a espingardaria indo-portuguesa avançou rapidamente em relação a todas as outras, introduzindo as suas armas no Ceilão, em Malaca, Java e no Japão, onde até então não eram conhecidas.

---

(3) Um manuscrito datado de 1509 fala dos "velhos privilégios dos espingardeiros de Lisboa". Rainer Daehnhardt, "Espingarda Feiticeira - The Bewitched Gun", 1994, Texto Editora, pág. 33. Obra comemorativa dos 450 anos da introdução da espingarda pelos portugueses no Extremo-Oriente.

(4) Gaspar Correia: "Cronica dos Feytos da India".

Quando surgiram as primeiras armas de pederneira no arsenal de Lisboa (fig. 116), cerca de 1540, só foi preciso uma questão de meses para que fossem copiadas no Arsenal de Goa, introduzindo-se também já no século XVI as armas de cargas sobrepostas, tambores rotativos (fig. 114) e outras formas de tiro múltiplo. Como tudo isto eram segredos da Coroa, não podiam ser revelados pelos cronistas, tornando-se um tema de estudo próprio já largamente divulgado[5] (fig. 112).

Entre os adversários, os janízaros (fig. 113) foram uma força especializada muito respeitada, equipada com mosquetes de canos estriados, que mais se destacaram no uso da espingarda, causando muitas baixas aos portugueses. A derrota final dos poucos portugueses de D. Estevão da Gama que estavam a somar vitórias no planalto abexim, defendendo a causa do lendário Reino do Preste João contra hordas de invasores muçulmanos, deveu-se à intervenção duma grande força de elite janízara, enviada só para esta finalidade.

(5) Texto Editora: *A introdução da arma de fogo pelos portugueses no Extremo-Oriente* in "Espingarda Feiticeira - The Bewitched Gun", 1994.

Fig. 114: Espingarda indo-portuguesa de mecha, de tambor rotativo. Sec. XVI/XVII. Encontram-se diversas menções a este tipo nos inventários das armas da Casa Real Portuguesa e nos das outras casas nobres da lusa gente. Col. R. D.

Fig. 115: Ancus de um elefante de guerra do Rajá de Cochim. O seu gancho e espigão serviam para guiar o elefante, picando-o e puxando-o pelas orelhas. Na sua haste encontra-se uma espingarda de mecha. Não é só a raridade e curiosidade que tornam esta peça interessante, mas o facto de ter sido decorada com Cruzes de Cristo. Cochim foi uma das principais feitorias portuguesas do Malabar e o seu Rajá fiel companheiro de armas dos portugueses. Séc. XVI. Col. R. D.

Fig. 116: Pistola de pederneira militar, fabricada no Arsenal de Lisboa, no final do 2º quartel do séc. XVI, com forte influência da espingardaria alemã. Ex-col. R. D. Hoje no Museu Militar de Lisboa.

Fig. 117: Par de pistolas de roda indo-portuguesas, do início do séc. XVII, misturando tecnologia luso-italiana com decoração malabar. Col. R. D.

A PISTOLA

Embora a evolução da pistola sempre tenha acontecido paralelamente à da espingarda, a sua utilização não foi divulgada da mesma forma. As forças portuguesas (como os civis portugueses), usaram pistolas em grande número já nos meados do século XVI (fig. 116). A lei lisboeta de 1557[6], que proíbe o uso de armas de fogo com menos de dois palmos de comprimento, demonstra bem isso. Temos em mãos portuguesas pistolas de roda (fig. 117) e, já em pleno séc. XVI, diferentes tipos de fechos de pederneira, caracteristicamente nossos; o seu uso manteve-se durante o séc. XVII e, no séc. XVIII passou-se ao uso exclusivo de pistolas de pederneira, tanto de patilha (fig. 118) como de pederneira à francesa.

Sabemos da existência em mãos orientais de pistolas de grande qualidade e beleza artística, por nós oferecidas, mas não se conhece alguma aplicação militar no Oriente durante o séc. XVI. Os mais antigos e raríssimos exemplares de pistolas em mãos indianas são de mecha e datam do séc. XVII. Mesmo no séc. XVIII usaram-se pistolas de mecha na Índia, mas foram sempre consideradas armas de excepção (fig. 119). Só no fim do séc. XVIII é que se passou a fabricar um maior número de pistolas na Índia, então já de pederneira e, geralmente, sob influência estrangeira.

Os turcos usaram pistolas desde o séc. XVII, servindo-se, inicialmente, de importações vindas de Ripoll e da Itália, passando no séc. XVIII à sua própria fabricação, com fechos de pederneira de patilha e também de pederneira à francesa.

---

(6) "Espingarda Feiticeira - The Bewitched Gun", Texto Editora. Na pág. 5 o documento está publicado na íntegra, visto tratar-se do único exemplar conhecido.

Os portugueses fabricaram pistolas não só no Arsenal de Lisboa mas também no de Goa e no de Colombo, no Ceilão. Tanto as montavam com fechos e canos importados dos diferentes centros de fabricação de armas europeias, como também as fabricaram completamente, tornando-se, por vezes, difícil a classificação das origens das suas diferentes partes. Geralmente, é o tipo de decoração das coronhas que melhor define o local de montagem.

Fig. 118: Pistola de pederneira indo-portuguesa, datada de 1776. Col. R. D.

Fig. 119: Pistola de mecha indiana do séc. XVIII, em prata lavrada. As pequenas correntes seguram um desentupidor para o ouvido, a tampa removível da cassoleta e os espigões-ferrolhos da tampa da cassoleta. Col. R. D.

A FACA, O PUNHAL E A ADAGA

A arma branca curta, com as suas imensas variantes e diferentes denominações, sempre acompanhou tanto as forças portuguesas como as suas adversárias, classificando-se, basicamente, da seguinte forma: a mais simples de todas é a faca. Esta, tanto servia de talher como de ferramenta e arma de último recurso (fig. 120). Esta diversidade de uso na faca portuguesa também surge nos diferentes tipos de facas usadas pelas forças africanas e asiáticas, hostis aos lusos (figs. 54, 55, 56, 62, 65 e 66).

O punhal já não era ferramenta. Podia, eventualmente, servir como talher, embora não fosse essa a sua razão de ser. Trata-se de uma arma branca ligeira, destinada ao combate. Existiu tanto nas forças portuguesas, com a sua evolução própria no decorrer dos tempos, como em todas as forças opositoras, criando cada povo características próprias de feitio e decoração.

A adaga é uma arma caracteristicamente europeia (fig. 121). Maior do que o punhal e geralmente equipada com guardas resistentes e de maior dimensão, tornou-se a arma acompanhante da espada dos navegadores, normalmente usada na mão esquerda, para prender a lâmina do sabre ou da espada do adversário ou o seu escudo, desviá-los e abrir espaço para possibilitar a aplicação da estocada (figs. 122 e 123).

Esta utilização combinada de espada e adaga de mão esquerda, ensinada nas escolas de esgrima europeias, não teve contrapartida no mundo muçulmano (fig. 1).

Os combatentes lusos sofreram muitos ferimentos de flechas por desistirem do uso do escudo na mão esquerda, trocando-o pela utilização da adaga. Esta troca só fazia sentido na luta corpo a corpo e, nor-

malmente por isso, só se efectuava a partir de uma certa altura, quando os adversários já se encontravam directamente uns frente aos outros. Tanto o turco como o persa e o indiano mantinham, nesta situação, a utilização do escudo defensivo na mão esquerda (desde que estivessem equipados com ele), optando, quando muito, no caso dos khandas, por deixar cair o escudo para pegarem nas suas espadas com ambas as mãos. O português deixava cair o escudo para equipar a sua mão esquerda com a adaga. Esta, com o respectivo conhecimento e treino das tácticas de esgrima, dava-lhe uma tal vantagem técnica sobre os seus adversários, que rapidamente se habituou a confrontar-se com números de adversários substancialmente maiores. O combatente português, com a sua besta e espingarda certeira, a sua espada e adaga "diabólica" e a sua ousadia ilimitada, ganhou tal fama no Oriente que muitas batalhas possíveis nem se deram, visto a notícia do aparecimento de portugueses causar a fuga de adversários, mesmo em número consideravelmente maior.

Fig. 120: Faca portuguesa do séc. XV.
Col. R. D.

Fig. 121: Adaga de mão esquerda europeia do séc. XVI, muito utilizada em mãos portuguesas por todo o mundo. Col. R. D.

Fig. 122: Adaga de mão esquerda europeia do séc. XVII. Com larga guarda protectora da mão e quartões muito extensos. Col. R. D.

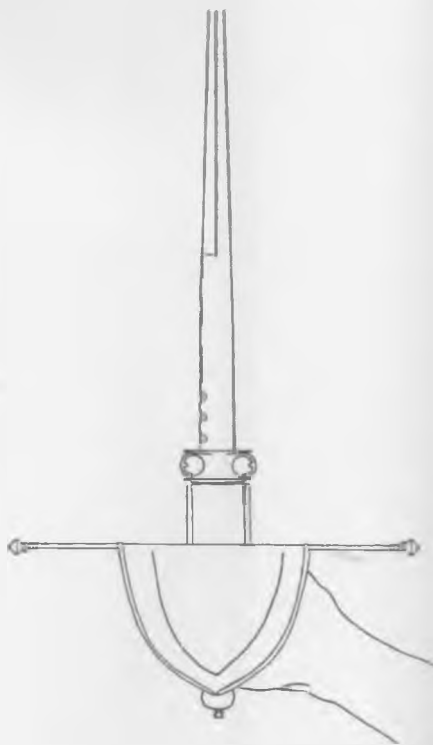



Fig. 123: Forma de pegar a adaga de mão esquerda europeia.

Pintura a óleo indo-portuguesa, representando três guerreiros do Malabar com espingarda, tulwar, katar, escudo e patá. Uma vista de Pangim sobre o rio Mandovi, vendo-se ao fundo as fortalezas da Aguada e dos Reis Magos. Col. Georg Scheder-Bieschin.

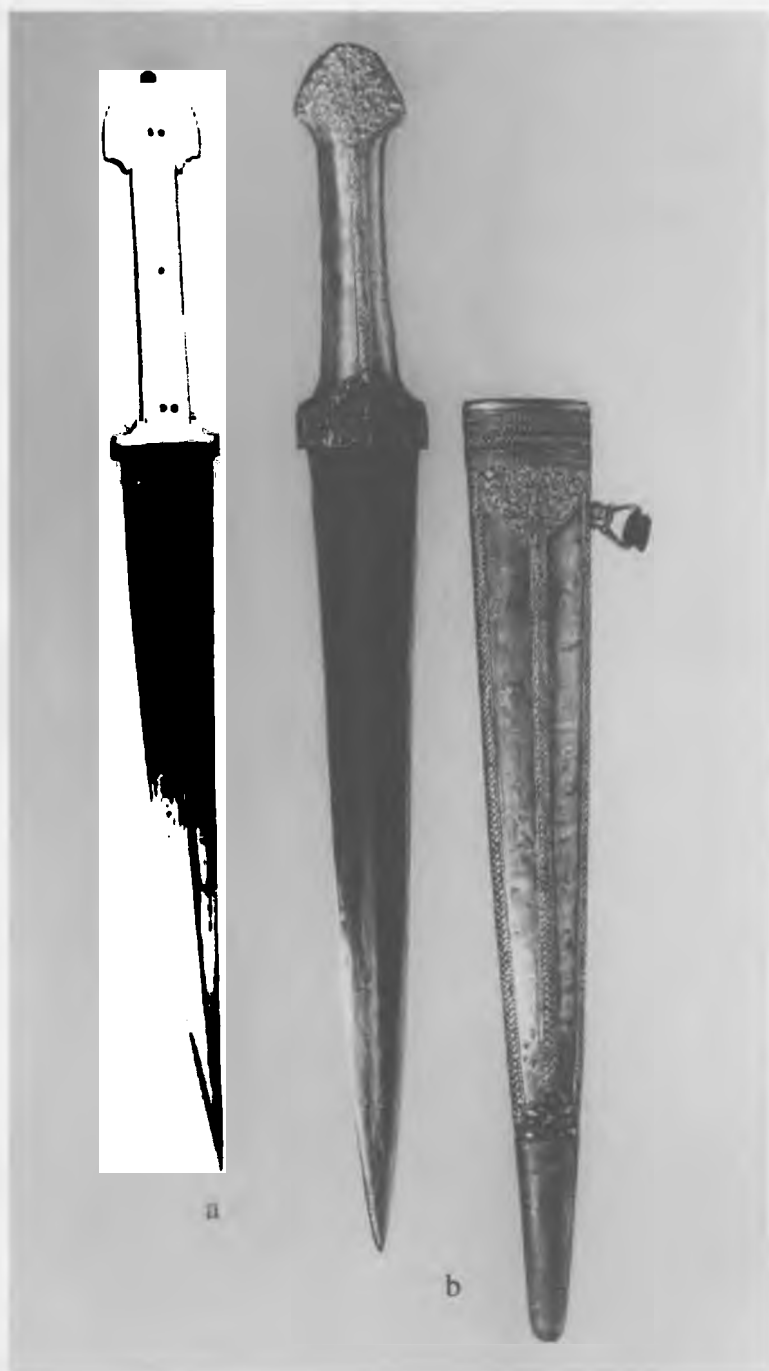



Fig. 124: a) Kindjal indo-persa com punho em marfim e lâmina damasquinada. Séc. XVIII. Col. R. D.
b) Kindjal turco. Guarnições e bainha em prata. Séc. XVII/XVIII. Col. R.D.

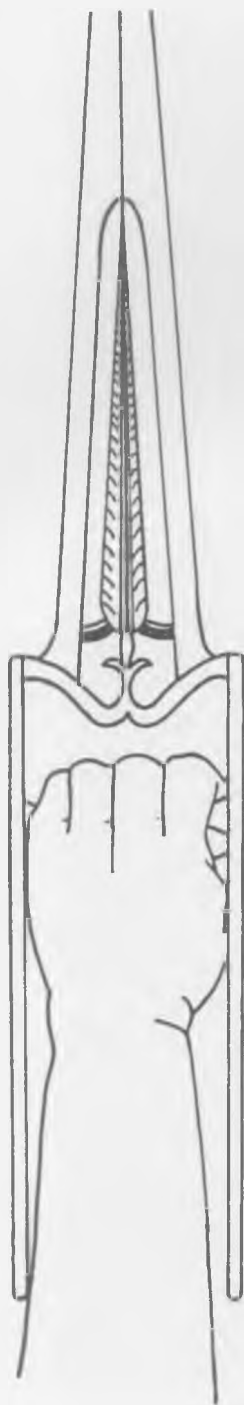



Fig. 125: Forma de pegar no katar, a adaga caracteristicamente indiana.

Fig. 126: A forma de pegar na patá, a espada indiana que ultrapassa todas as espadas do resto do mundo, sob o ponto de vista de ângulo possível de utilização.

O KATAR E A PATÁ

Estas duas armas brancas devem ser vistas em conjunto porque tiveram a mesma origem ancestral hindu, sem comparação com nenhuma outra arma de qualquer parte do mundo.

Enquanto na Europa, na África e nas outras partes da Ásia sempre se viu a espada e o punhal como arma branca que se empunhava num ângulo de 90 graus, o Mundo Hindu inventou uma concepção de utilização da arma branca totalmente diferente, onde tanto o punhal (o Katar, Khatar ou Katarh), como a espada (a Patá, Patha ou Patah) eram usados como prolongamento da mão e do antebraço. Criou-se uma pega em forma de "H" em que a mão segurava a haste central e as duas talas compridas acompanhavam o antebraço (figs. 125 e 126).

No uso do katar surgiu assim uma forma de punhal que facilmente podia romper a cota de malha inimiga ou aguentar o embate do salto de um tigre, sem o perigo de se partir a lâmina ou a própria mão (figs. 127 a 136).

As pontas da maioria dos katar costumam ser reforçadas, tornando-se lâminas de "corte de diamante", cujas feridas dificilmente se curavam.

A patá pode ser considerada um katar em tamanho de espada. O seu nome vem dos patãs (ou pathans), que constituíram uma das muitas subdivisões da casta dos xátrias (kchatryas), ou guerreiros da Índia, que se empregavam na vida militar, tanto na sua pátria como em outros países[7].

Utilizada sobretudo nos reinos maratas, foi também usada pelos Sikhs e pelos monges guerreiros Rajput. A patá podia ser utilizada pela

(7) Frei Sebastião Manrique: "Viagens". Obra seiscentista.

cavalaria, onde a sua grande dimensão permitia que fosse uma combinação de espada e lança. Mas também foi usada na infantaria contra a cavalaria. Em todos os casos eram só os guerreiros ou monges guerreiros mais experimentados que dela se serviam. Os seus ângulos de possibilidade de utilização tornaram-na na melhor arma branca de todos os povos. A combinação de manopla de armadura com espada de lâmina direita davam-lhe um comprimento idêntico à rapier de sete palmos europeia, cujo uso civil era proibido por lei. A patá mantinha o adversário a uma distância tal que a sua espada ou o seu sabre eram curtos demais para poderem entrar em acção. Assim, esta combinação de manopla defensiva com uma comprida lâmina ofensiva fizeram dela a "espada ideal". A única razão pela qual esta magnífica arma não se divulgou mais pelo mundo foi o facto de exigir uma escola própria que ensinasse o seu manuseamento, difícil para quem não estivesse devidamente preparado (figs. 137 a 145).

A grande maioria das patás possuem lâminas europeias. Poder-se-ia pensar que se trata de lâminas conquistadas mas não é o caso. Trata-se, sim, de lâminas deliberadamente importadas para a sua fabricação. A dimensão destas lâminas é bastante maior do que a das espadas europeias então em uso, devendo-se aos comerciantes venezianos e portugueses a sua introdução no meio indiano. Como também houve tropas hindus auxiliares do exército português, podemos encontrar exemplares com a inscrição: "VIVA PORTUGAL" ou "VIVA DOM JOÃO QUINTO-EL REY DE PORTUGAL".

Os mais antigos exemplares de patás que conhecemos possuem lâminas europeias do final do século XV e início do século XVI. Nestes casos pode, eventualmente, tratar-se de lâminas conquistadas e reaproveitadas porque não têm comprimento superior ao das espadas europeias. A sua guarda é extremamente simples na sua evolução. Começou por ser esculpida em madeira (por vezes torneada e depois escavada), reforçada por algumas bandas de ferro. Estas, nos modelos posteriores, foram aumentadas e revestidas de cabedal, a tal ponto que a sua resistência tornou-se maior, desistindo-se da madeira que tão facilmente se quebrava. O passo seguinte foi a aplicação de tanta chaparia que dispensava a camada exterior de cabedal, mantendo-se o uso desta matéria-prima só interiormente, para forro e almofadados.

De arma de uma subcasta guerreira passou para o lugar de honra de

arma fidalga, conhecendo-se exemplares extraordinariamente elaborados e ricamente embutidos a ouro.

A única arma portuguesa que, de certa forma, lhe podia fazer frente era a rapier de sete palmos e suas variantes, todas de grande raridade e, por isso, não consideradas de valor estratégico militar.

Comparando os principais tipos de armas utilizadas pelas forças portuguesas com as dos povos seus opositores, compreende-se melhor algumas das suas mais heróicas actuações.

Como ambos os lados das contendas possuíam armas muito eficazes e, sob alguns aspectos, superiores às dos adversários, chegamos à conclusão que a razão principal de muitas das vitórias não se deve à superioridade das armas mas à dos homens, não em número, mas na fé, no treino e na liderança!

Rainer Daehnhardt
Lisboa, 26 de Janeiro de 1996

Fig. 127: Katar fabricado por um ourives português em meados do séc. XVIII, em prata cinzelada e com o aproveitamento de uma lâmina europeia. Col. R. D.

Fig. 128: Katar de Kerala, com guarda protectora da mão. Séc. XVI/XVII. Col. R. D.

Fig. 129: Katar com lâmina aberta. Séc. XVIII. Inscrição muçulmana. Col. R. D.

Fig. 130: Katar com lâmina curta mas larga. Decorado a ouro. Séc XVIII. Col. R. D.

Fig. 131: Katar, a adaga indiana, exemplar do séc. XVII. Lâmina cinzelada. Col. R. D.

Fig. 132: Katar com ponta da lâmina reforçada para romper cota de malha. Séc. XVII/XVIII. Col. R. D.

Fig. 133: Katar com lâmina quadrangular. Séc. XVII/XVIII. Col. R. D.

Fig. 134: Katar com decoração, ligando as barras de segurar. Séc. XIX. Col. R. D.

Fig. 135: Katar com três barras para segurar. Decorado a ouro. Sec. XIX. Col. R. D.

Fig. 136: Katar coberto com ouro damasquinado, kuftgari. Séc. XIX. Col. R. D.

Fig. 137: A mais antiga e também a mais primitiva patá conhecida. Deve datar do 1° quartel do séc. XVI. A sua guarda é em madeira torneada e escavada, reforçada com algumas tiras de ferro. A lâmina é de origem europeia, provavelmente de uma espada dos navegadores, da transição do séc. XV para o XVI. Col. R. D.

Fig. 138: Patá do séc. XVI. Desistindo de usar madeira, resolveu-se criar uma espécie de cesto, formado por tiras de ferro cravadas umas às outras que depois eram revestidas a couro (que entretanto desapareceu). Montada numa lâmina fraca, de fabricação local. Col. R. D.

Fig. 139: Patá da 1ª metade do séc. XVI. Manopla canelada e em forma de uma cabeça de elefante, cuja tromba se estende pela lâmina fora. Col. R. D.

Fig. 140: Patá da 2ª metade do séc. XVI. Em ferro, com guarnições em latão vazado. Lâmina europeia. Col. R. D.

Fig. 141: Patá do sul da Índia, mais achatado, de concha redonda e com guisos. Séc. XVII. Lâmina de fabricação local. Col. R. D.

Fig. 142: Patá de extraordinária qualidade de trabalho de cinzel, em ferro. A sua lâmina europeia possui a seguinte legenda: "VIVA DOM JOÃO QUINTO EL REY DE PORTUGAL". Séc. XVIII. Col. R. D.

Fig. 143: Patá em ferro cinzelado e decorado a prata. Séc. XVIII. Lâmina europeia. Col. R. D.

Fig. 144: Patá cinzelada e decorada com prata damasquinada. Séc. XVIII/XIX. Lâmina europeia. Col. R. D.

Fig. 145: Patá embutida a ouro com motivos florais e cenas de caça.
Séc. XVIII/XIX. Lâmina europeia. Col. R. D.

CRONOLOGIA COMPARATIVA
LUSO-INDIANA

REIS DE PORTUGAL (do séc. XII aos meados do séc. XVIII)

Data da subida ao trono	Nome	Grau de parentesco	Causa de morte ou perda do trono
1139	D. Afonso Henriques		em consequência da perna quebrada
1185	D. Sancho I	filho	lepra
1211	D. Afonso II	filho	lepra
1223	D. Sancho II	filho	expulso do reino por seu irmão
1248	D. Afonso III	irmão	natural
1279	D. Dinis	filho	natural
1325	D. Afonso IV	filho	natural
1357	D. Pedro I	filho	natural
1367	D. Fernando I	filho	natural
1385	D. João I	Primo. Filho bastardo de D. Pedro I	natural
1433	D. Duarte	filho	peste
1438	D. Afonso V	filho	natural
1481	D. João II	filho	suspeita de peçonha
1495	D. Manuel I	cunhado e primo	febre modorra de origem suspeita
1521	D. João III	filho	ataque de apoplexia
1557	D. Sebastião	neto	desapareceu em combate
1578	D. Henrique	tio	natural
1580	D. António	sobrinho	exilado
1580	D. Filipe I	primo	natural
1598	D. Filipe II	filho	natural
1621	D. Filipe III	filho	natural
1640	D. João IV	descendente de D.João I	natural
1656	D. Afonso VI	filho	na prisão. O irmão tirou-lhe trono e mulher
1667	D. Pedro II	irmão	natural
1706	D. João V	filho	natural
1750	D. José	filho	natural

SOBERANOS DO INDOSTÃO (do séc. XI aos meados do séc. XVIII)

Data da subida ao trono	Nome	Grau de parentesco	Causa de morte ou perda do trono
1001	Mahmood	filho	natural
1030	Mohammed	irmão	deposto e cegado
1030	Masaud	sobrinho	deposto/assassinado
1040	Ahmed	filho	assassinado
1041	Modood	irmão	natural
1049	Abul Hussun	tio	deposto
1051	Abul Raschid	sem parentº	assassinado
1052	Toghral	sem parentº	assassinado
1052	Farokshad	irmão	assassinado
1058	Ibrahim	filho	natural
1089	Masaud II	filho	natural
1114	Arslan	irmão	assassinado
1118	Behram	filho	natural
1160	Khosru	filho	natural
1167	Khosru Malik	sem parentº	deposto/assassinado
1186	Shahab-oo-deen	seu escravo	assassinado
1206	Kooth-oo-deen	filho	natural
1210	Aram	cunhado	natural
1211	Altamsh	filho	natural
1236	Rukn-oo-deen	irmã	deposta
1236	Rezia	irmão	deposto/assassinado
1239	Behram Moiz-oo-deen	sobrinho	deposto/assassinado
1241	Masaud Ala-oo-deen	neto de Altamsh	deposto/assassinado
1246	Mahmood Nasir-oo-deen	seu vizier	natural
1266	Bulhun	sem parentº	natural
1286	Kei Kobad	sem parentº	assassinado
1288	Jelal-oo-deen	sobrinho	assassinado
1295	Ala-oo-deen	filho	envenenado
1317	Mobarik	seu vizier	assassinado
1321	Gheias-oo-deen	filho	assassinado pelo filho
1325	Mohammed Juna	sobrinho	natural
1351	Feroze	neto	natural
1388	Gheias	neto	deposto/assassinado
1389	Abubekir	filho	deposto
1390	Nasir-oo-deen	filho	natural

1390	Humayun	irmão	natural
1394	Mahmood Toghlak	sem parentº	deposto
1412	Doulat Khan Lodi	sem parentº	deposto e expulso
1414	Seyed Khizer Khan	filho	natural
1421	Seyed Mobarik	filho	assassin. na mesquita
1436	Seyed Mohammed	filho	natural
1444	Seyed Al-oo-deen	sem parentº	abdicou
1450	Bheilol Lodi	filho	natural
1488	Secander Lodi	filho	natural
1517	Ibrahim Lodi	sem parentº	em batalha (Paniput)
1526	Baber	filho	natural
1530	Humayun	sem parentº	deposto e expulso
1542	Sheer Shah Soor	filho	em batalha
1545	Selim Shah Soor	filho	natural
1552	Feroze Soor	tio	assassinado
1552	Mohammed Shah Soo Adili	sem parentº	deposto/assassinado
1554	Ibrahim III	sem parentº	preso e assassinado
1554	Secander Soor	sem parentº	fugiu após derrota militar
1555	Humayun	filho	morte acidental
1556	Akber	filho	natural
1605	Jehangeer	filho	natural
1627	Shah Jehan	filho	deposto
1658	Aurungzebe Alumgeen II	filho	natural
1707	Bahadur Shah	filho	natural
1712	Jehander Shah	sem parentº	assassinado
1713	Ferokshere	sobrinho	deposto/assassinado
1719	Mohammed Shah	filho	natural
1748	Ahmed Shah	sem parentº	deposto e cegado
1754	Alumgeer II	filho	assassinado

Tendo em conta que uma parte significativa das mortes classificadas de "naturais" se deram, na realidade, por envenenamento, temos de concluir que a vida dos soberanos muçulmanos do Indostão (com capital em Delhi, Agra ou Ghuznee) era uma espécie de "roleta russa". Comparando os reinados portugueses, por nós muitas vezes considerados violentos, com o que ao mesmo tempo se estava a passar na Índia, verifica-se que na Ásia sempre se viveu na maior violência.

As guerras que os portugueses travaram na Índia foram sempre contra os turcos, ou seus aliados indianos, nunca contra o grande poder dos soberanos do Indostão. Nas guerras por Delhi contavam-se os mortos em centenas de milhares, por vezes até ultrapassando milhões. Cada uma das cinco vezes que a população de Delhi foi condenada à morte, chacinaram-se mais seres humanos do que Portugal tinha então em número!

Devemos ter consciência disso para avaliarmos em que águas políticas os Vice-Reis portugueses navegavam, a fim de se defenderem dos turcos e não se envolverem no que se estava a passar no norte e centro da grande Índia.

O estabelecimento de uma rota comercial euro-asiática em mãos cristãs, com a respectiva instalação de feitorias nas costas do Índico e as necessárias fortalezas protectoras foi, sem dúvida, um empreendimento do mais alto risco, que só se realizou com homens muito especiais, Portugueses!

BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Carta de brasão de Juan Matamoros, manuscrito iluminado. Lisboa, 1585.
Inventário manuscrito: "Os bens de D. Martinho que voltaram da Infeliz Batalha de Alcácer-Quibir, onde faleceu o dito D. Martinho", 1578.
Inventário manuscrito do Conde da Vila Nova, ca. 1690.
Inventário manuscrito do Conde D. Luís de Alencastro, 1704.
Inventário manuscrito de D. Francisco Valente, 1562.
Inventário manuscrito de Francisco de Castello Branco, 1548.
Inventário manuscrito do Morgado do Esporão, 1555.
Inventário manuscrito do primeiro Comendador-mor da Ordem de Avis, 1556.
Inventário Post Mortem del rei D. Pedro II, 1706.

Fontes Impressas

A. ESSENWEIN, *Quellen zur Geschichte der Feuerwaffen, Akademische Druck* — U. Verlagsanstalt. Graz, 1969.
A. LESAGE, *Atlas Historique,* Chez M. de Sourdon. Paris, 1807.
A.V.B. NORMAN/G.M. WILSON, *Treasures from the Tower of London,* Arms and Armour Press. London, 1982.
ACHILLE JUBINAL, *La Armeria Real,* Au Bureau des Anciennes Tapisseries Historiées, ca. 1840.
AGOSTINO GAIBI, *Le Armi da Fuoco Portatili Italiane.* Milano, 1962.
ALBERT F. CALVERT, *Spanish Arms and Armour,* E. Goodman and Son, The Phoenix Press. London, 1907.
ALBERTO GOMES, *Moedas Portuguesas,* Edição do Autor. Lisboa, 1987.
ALBERTO GOMES/ANTÓNIO MIGUEL TRIGUEIROS, *Moedas Portuguesas na Época dos Descobrimentos,* Edição de autor. Lisboa, 1992.
ALDO G. CIMARELLI, *Armes à feu de Collection,* Grange Batelière. Paris, 1973.
ALFREDO O. D'AZEVEDO MAY, *Novo Atlas Universal de História e Geographia,* Guillard, Aillaud & C[a]. Paris, ca. 1880.
ÁLVARO J. D. C. PIMPÃO, *A Historiografia Oficial e o Sigilo sobre os Descobrimentos.* Lisboa, 1938.
Anais da Academia Portuguesa de História (vol. IX). Lisboa, 1945.
ANGELO ANGELUCCI, *Catalogo della Armeria Reale,* Tipografia Editrice G. Candeletti. Torino, 1890.
ANTÓNIO PIGAFETTA, *Magellans Weltumsegelung,* Edição de 1968.
ANTONIO PIGAFETTA, *Report of the Kingdom of Congo,* Facsimile of a 1597 edition.

ARMANDO MARTINS JANEIRA (Embaixador), *O Império Português Sobre a Civilização Japonesa*, Publicações Dom Quixote. Lisboa, 1970.
Arms and Armor, catálogo do Allentown Art Museum, Edição do Allentown Art Museum. Pennsylvania, 1964.
ARNE HOFF, *Feuerwaffen*. Klinkhardt & Biermann. Braunschweig, 1969.
Arquivo dos Açores. Ponta Delgada. 1885.
AUGUSTE DEMMIN, *Guide des Amateurs d'Armes*. Paris, 1879.
Bayerisches Armeemuseum, Catálogo, Edição do Bayerisches Armeemuseum. Ingolstadt, ca. 1970.
BERNHARD TÖPFER, *Allgemeine Geschichte des Mittelalters*, Deutscher Verlag der Wissenschaften. Berlin, 1991.
BOIES PENROSE, *Goa-Rainha do Oriente/Goa-Queen of the East*, na Imprensa de Coimbra, Limitada. Lisboa, 1960.
BRUNO THOMAS/ORTWIN GAMBER/HANS SCHEDELMANN, *Die Schönsten Waffen und Rüstungen*, Keyser. München, 1963.
CANDIDO LUSITANO, *Vida do Infante D. Henrique*. Lisboa, 1758.
Cataloghi del Museo Poldi Pezzoli. Armi e Armature, Edizione a cura dell'Associazione Amici del Poldi Pezzoli. Milano, 1980.
Catálogo de la Real Armeria, por Aguado, Impresor de Cámara de S. M. y de Su Real Casa. Madrid, 1854.
Catálogo de las Armas del Instituto de Valencia de Don Juan, por J. M. Florit y Arizcun, Editorial Reus. Madrid, 1927.
Catálogo de los Objetos de la Real Armeria, por Aguado, Impresor de Cámara de S. M. y de Su Real Casa. Madrid, 1861.
Catálogo de los Objetos que Contiene el Real Museo Militar. Madrid, 1856.
Catálogo Histórico-Descriptivo de La Real Armeria, por el Conde de Valencia de Don Juan, Fototipias de Hanser y Menet. Madrid, 1898.
Catalogue de la Collection d'Armes Anciennes Européennes et Orientales de Charles Buttin. Rumilly, 1933.
CESAR FIOSCONI/JORDAN GUSERIO, *Espingarda Perfeyta*. Na Officina de Antonio Pedrozo Galram. Lisboa, 1718.
CHARLES BOUTELL, *Arms and Armour*, Reeves and Turner. London, 1907.
CHRISTIAN FEEST, *The Art of War*, Thames and Hudson. London, 1980.
CLAUDE BLAIR, *Pistols of the World*, B. T. Batsford, Ltd. London, 1968.
CONSIGLIERI PEDROZO, *Influência dos Descobrimentos dos Portugueses na História da Civilização*, A Liberal, Officina Typographica. Lisboa, 1898.
D. R. BAXTER, *Superimposed Load Firearms*, Edição do Autor. Hong Kong, 1966.
DAMIÃO PERES, *Descobrimentos Portugueses*, Portucalense Editora. Porto, 1943.
DAVID ALEXANDER, *The Arts of War*, General Editor Julian Raby. The Nour Foundation. London, 1992.
Der Grosse Brockhaus-Handbuch des Wissens, F. V. Brockhaus. Leipzig, 1929.
DE WITT BAILEY/IAN HOGG/GEOFFREY BOOTHROYD/FREDERICK WILKINSON, *Guns & Gun Collecting*. Octopus Books. London, 1972.
Die Portugiesen in Indien. Catálogo da Exposição no Kunsthistorisches Museum Wien (de 21 Out. 1992 a 10 Jan. 1993), Edição do Kunsthistorisches Museum, Viena.
D. LUIZ CAETANO DE LIMA, *Geografia Histórica*. Lisboa, 1734.
DUDLEY POPE, *Feuerwaffen*, Scherz Verlag. München, 1965.
DUDLEY POPE, *Guns*, Spring Books. London, 1969.
E. A DE BETTENCOURT, *Descobrimentos, Guerras e Conquistas dos Portuguezes em Terras do Ultramar nos Séculos XV e XVI*. Lisboa, 1882.
ERICH EGG, *Der Tiroler Geschützguss*, Universitätsverlag Wagner. Innsbruck, 1961.

F. THEODORE DEXTER, *Forty-two Years Scrapbook of Rare Ancient Firearms.* Los Angeles, 1954.
FERNAM LOPEZ, *Chronica del Rey D. Ioam I de Boa memoria,* A custa de António Alvarez Impressor Del Rey N. S. Lisboa, 1644.
FERNAM LOPEZ, *Chronica del Rey D. Ioam de Boa Memoria.* Lisboa, 1644.
FERNÃO MENDES PINTO, *Peregrinação.* Na Officina de Joam de Aquino Bulhoens. Lisboa, 1762.
FERNÃO MENDES PINTO, *Peregrinação,* Deutscher Buchklub. Lisboa, 1952.
FERREIRA MARTINS /Gen.), *História do Exército Português,* Editorial Inquérito, Lda. Lisboa, 1945.
FRANCISCO NUNES DE ALMEIDA, *Notícias de Portugal.* Lisboa, ca. 1780.
FREDERICK WILKINSON, *Antique Firearms,* Guinness Signatures. London, 1969.
FREDERICK WILKINSON, *Guns and Rifles,* Optimum Books. London, 1979.
FREDERICK WILKINSON, *The World's Great Guns.* London, 1977.
Führer durch die Sammlungen des Kunsthistorischen Museums. Wien, 1975.
GASPAR CORREIA, *Lendas da Índia,* Lello & Irmão Editores. Porto, 1975.
G. D'ORCET, *L'Ordre du Christ de Portugal eta la Conquête de l'Asie.* Lisboa, 1980.
GEORGE CAMERON STONE, *A Glossary of the Construction, Decoration and Use of Arms and Armor,* Jack Brussel, Publisher. New York, 1961.
GEORGE CHRISTIAN GEBAUERS, *Portugiesische Geschichte,* in der Caspar Fritschischen Handlung. Leipzig, 1759.
GIOSEPPE DI S. TERESA, *Istoria delle Guerre del Regno del Brasile accadute tra la Corona di Portogallo e la Repubblica di Olanda,* Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelletti. Roma, 1698.
GIOVANNI BATTISTA RAMUSIO, *Racolta di Navigationi,* Giunti. Veneza, 1550.
GIUSTINIANI (Abbé), *Histoire des Ordres Militaires ou des Chevaliers.* Amsterdam, 1721.
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia, Limitada. Lisboa, ca. 1950.
GUSTAV FINCKE, *Abbildung und Beschreibung von alten Waffen und Rüstungen,* in der G. Fincke'schen Buchhandlung. Berlin, 1836.
GUY FRANCIS LAKING (Sir), *A Record of European Armour and Arms.* London, 1920.
HANS SCHELDEMANN, *Die grossen Büchsenmacher,* Kinkhardt & Biermann. Braunschweig, 1972.
HANS-BERT LOCKHOVEN, *Feuerwaffen,* International Small Arms Publishers. Koln, 1968.
HANK BOWMAN, *Antique Guns,* Edited by Lucien Cary, Arco Publishing. N. Y., 1960.
HAROLD L. PETERSON, *Alte Feuerwaffen,* Verlag Welsermühl. München, 1966.
HAROLD L. PETERSON, *Encyclopaedia of Firearms,* Edited by Harold L. Peterson. Amsterdam, 1964.
HAROLD L. PETERSON/ROBERT ELMAN, *The Great Guns,* Mondadori Editore. Verona, 1971.
HEINRICH SHÄFER (Dr.), *Geschichte von Portugal,* Bei Friedrich Perthes. Hamburg, 1836.
HEINZ-WERNER LEWERKEN, *Kombinations Waffen,* Militarverlag der Deutschen Demokratischen Republik. Berlin, 1989.
HENRIQUE SCHAEFER, *História de Portugal,* Escriptorio da Empreza Editora. Porto, 1893.
HERBERT J. JACKSON, *European Hand Firearms,* (reprint), The Holland Press. London, 1959.
HERNANDO DEL PULGAR, *Cronica de los Señores Reyes Catolicos,* En la Imprenta de Benito Monfort. Valencia, 1780.
Historia Mundial de la Caza, Editorial Blume. Barcelona, 1971.
Historien der Königkreich Hispannien, Adam Berg. Edição alemã, 1589.
HOWARD L. BLACKMORE, *Firearms.* London, 1969.
HOWARD L. BLACKMORE, *Guns and Rifles of the World,* B. T. Batsford Ltd. London, 1965.
HOWARD L. BLACKMORE, *Hunting Weapons,* Barrie & Jenkins. London, 1971.
HOWARD L. BLACKMORE, *The World's Finest Sporting Guns,* Regent Books. Genève, 1983.
HOWARD RICKETTS, *Feuerwaffen,* Ariel Verlag. Frankfurt am Main, ca. 1973.
HOWARD RICKETTS, *Firearms,* Octopus Books. London, 1972.
IAN HUYGHEN VAN LINSCHOTEN, *Itinerarium Ofte Schip-Vaert Naer Doost Ofte Portugaels Indien.* Amsterdam, 1644.

IAN V. HOGG, *The Illustrated History of Firearms.* London, 1983.
IAROSLAV LEBEDYNSKY, *La Collection d'Armes de l'Empereur de Russie,* Editions du Portail, 1993.
JACINTO FREIRE DE ANDRADA, *Vida de D. João de Castro,* na Officina de Joam da Costa. Lisboa, 1671.
JACOB DE GHEYN, *Wapenhandelinghe,* De Tijdstroom — Lochem and McGraw — Hill, Inc. (Neuauflage), 1971.
JACQUES ROBIQUET, *Catalogue des Armes & Armures de Souverains Français et Etrangers,* Impressions d'Art Frazier — Soye. Paris, 1916.
J. DE OLIVEIRA SIMÕES, *As Armas nos Lusíadas,* Publicações Alfa. Lisboa, 1989.
J. F. HAYWARD, *Die Kunst der alten Büchsenmacher,* Verlag Paul Parey. London, 1965.
J. F. HAYWARD, *European Firearms,* Her Majesty's Stationary Office. London, 1955.
J. H. HEFNER-ALTENECK, *Waffen,* Akademische Druck — U. Verlagsanstalt. Graz, 1969.
JAIME CORTESÃO, *A Política de Sigilo nos Descobrimentos.* Lisboa, 1960.
JAMES D. LAVIN, *A History of spanish Firearms,* Herbert Jenkins. London, 1965.
JAMES FRITH/RONALD ANDREWS, *Antique Pistol Collecting,* The Holland Press. London, 1960.
JAN DURDÍK/MIROSLAV MUDRA/MIROSLAV SÁDA, *Alte Handfeuerwaffen,* Dausier. Praga, 1977.
JAN DURDÍK/MIROSLAV MUDRA/MIROSLAV SÁDA, *Firearms,* The Hamlyn Publishing Group Limited.Praga, 1981.
JAROSLAV LUGS, *Handfeuerwaffen,* Deutscher Militarverlag. Berlin. Praga. 1956.
JEAN SQUILBECK, *Nos Collections d'Armes et d'Armures. Extrait du Bulletin des Musées Royaux d'Art et d'histoire,* 1954.
JEAN-PIERRE REVERSEAU, *Armes Insolites,* Edição do Autor. Paris, 1990.
JEAN-PIERRE REVERSEAU, *Musée de l'Armée, Paris, Les Armes et la Vie,* Dargaud Editeur. Paris, 1982.
JOAM DE BARROS, *Asia-Décadas.* Coimbra, 1932.
JOHANNES ALBRECHT, *Beitrage zur Geschichte der portugiesischen Historiographie des sechszehnten Jahrhunderts,* Verlag von Max Niemeyer, 1915.
JOHANNES SCHÖBEL, *Armes d'Apparat,* Office du Livre SA, Fribourg, 1975.
JOHANNES SCHÖBEL, *Prunkwaffen,* Econ — Verlag GMBH. Leipzig, 1973.
JOSÉ DE SANTO ANTONIO MOURA (Fr.), *Memoria Apologética sobre o verdadeiro sentido da inscrição que se acha na peça chamada de Dio,* Edição da Academia Real das Sciencias. Lisboa, 1818.
JOSEPH F. SCHÜTTE, *Die Wirksamkeit der Papste fur Japan im ersten Jahrhundert der japanischen Kirchengeschichte,* Pontificia Universitas Gregoriana. Facultas Historiae Ecclesiasticae. Roma, 1967.
JOSEPH G. ROSA/ROBIN MAY, *La Passion des Armes à Feu,* Gründ, 2ème édition. Paris, 1976.
Journal of the Royal Society of Arts, The Royal Society of Arts G. Bell & Sons. London, 1941.
J. VAZ DE CARVALHO, *A Espiritualidade do Infante D. Henrique,* Edições Brotéria. Lisboa, 1960.
KURT KRAUSE, *Die Portugiesen in Abessinien,* Bruchdruckerei der Wilhelm und Bertha V. Baensch Stiftung. Dresden, 1912.
L'Armeria Reale di Torino, Bramante Editrice, 1982.
LESLIE SOUTHWICK, *The Price Guide to Antique Edged Weapons,* Antique Collectors' Club. Woodbridge, 1982.
LIONELLO G. BOCCIA, *Nove Secoli di Armi da Caccia,* Editrice Edam. Firenze, 1967.
L. TARASSUK, *Antique European and American Firearms at the Hermitage Museum,* Iskusstvo Publishing House. Leningrad, 1972.
LUDISE LETOSNÍKOVÁ/JOSEF HERCÍK, *Zbrane, strelci, puskari,* Albatros. Praga, 1975.
LUDOVICI GOTTFRIDI, *Historische Chronica oder Beschreibung der fürnemsten Geschichten so sich von Anfang der Welt biss auff unsere Zeiten zugetragen.* Frankfurt, 1642.
MANUEL DE FARIA Y SOUSA, *Asia Portuguesa.* Lisboa, 1674/5.
MANUEL DE FARIA Y SOUSA, *Historia del Reyno de Portugal.* Bruzelas, 1730.

MIGUEL DE CASTANHOSO, *Dos Feitos de D. Cristovão da Gama em Etiópia.* Lisboa. 1564.
M. THIERBACH, *Die geschichtliche Entwicklung der Handfeuerwaffen,* Akademische Druck — U. Verlagsanstalt. Graz, 1965.
M. VON EHRENTHAL, *Die Waffensammlung des Fürsten Salm-Reifferscheidt zu Schloss Dyck,* Kommissionsverlag von Karl W. Hiersemann. Leipzig, 1906.
MERKUS, *Allgemeine Historie der Reisen.* Leipzig, 1755.
MERRILL LINDSAY, *One Hundred Great Guns,* Blandford Press. London, 1968.
Museo-Armeria de D. José Estruch y Cumella, Puvill — Editor, Catálogo. Barcelona, 1896.
Meyers Konversationslexikon, Bibliographisches Institut. Leipzig, 1893.
Orientalische Sammlung Henri Moser-Charlottenfels, Kommissionsverlag K. J. Wyß Erben AG. Bern, 1955.
P. LACOMBE, *Les Armes et les Armures,* Librairie Hachette. Paris, 1870.
PEREIRA/RODRIGUES, *Portugal Diccionario Histórico,* João Romano Torres & C.ª — Editores. Lisboa, 1909.
PETER HAWKINS, *The Price Guide to Antique Guns & Pistols,* Antique Collectors Club. Woodbridge, 1973.
PHILIPPUS BALDAEUS, *Baldaeus Reisen.* Amsterdam, 1671/2.
PHILIPPUS BALDAEUS, *Description of Malabar Coromandel and Ceylon.* Amsterdam, 1672.
PIERRE LOUIS DUCHARTRE, *Das grosse Buch der Jagdwaffen,* Scherz. Fribourg, 1979.
Portugal e os Descobrimentos. Catálogo do núcleo português para a Exposição Universal de Sevilha, Edição do Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha. 1992.
QUIRINO DA FONSECA, *Os Navios do Infante D. Henrique.* Lisboa, 1958.
RAINER DAEHNHARDT, *Alguns Segredos da História Luso-Alemã,* Edição Pesquisa Histórica. Lisboa, 1990.
RAINER DAEHNHARDT, *O Avanço Tecnológico do Armamento Português,* Texto da Conferência no Porto (Conferência Internacional: "Os Portugueses e o Mundo"). Porto, 1985.
RAINER DAEHNHARDT, *Os Descobrimentos Portugueses e a Expansão Marítima,* Edição do Palácio do Correio Velho. Lisboa, 1989.
RAINER DAEHNHARDT, *A Espada dos Navegadores,* Edição da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas. Lisboa, 1994.
RAINER DAEHNHARDT, *Espingarda Feiticeira – The Bewitched Gun,* Texto Editora. Cacém. 1994.
RAINER DAEHNHARDT/W. KEITH NEAL, *Espingarda Perfeyta or The Perfect Gun,* Edição da Sociedade Portuguesa de Armas Antigas. London, 1974.
RAINER DAEHNHARDT, *A Missão Templária nos Descobrimentos,* Edições Nova Acrópole. Lisboa, 1991.
RAINER DAEHNHARDT, *Páginas Secretas da História de Portugal,* Edições Nova Acrópole. Lisboa, 1993.
RAINER DAEHNHARDT, *Para Além da Taprobana — de Lisboa a Nagasáqui. Catálogo da Exposição no Palácio Nacional de Mafra,* Edição do Palácio Nacional de Mafra, 1993.
RAYMOND BEAZLEY, *O Infante D. Henrique e o Início dos Descobrimentos Modernos,* Livraria Civilização. Porto, 1945.
RICHARD AKEHURST, *Sporting Guns,* Weidenfeld and Nicholson. London, 1968.
RICHARD AKEHURST, *The World of Guns,* Hamlyn, Second Edition. Barcelona, 1973.
RICHARD HENRI MAJOR, *Vida do Infante D. Henrique.* Lisboa, 1876.
ROBERT HELD, *The Age of Firearms,* Edited by Joseph J. Shroeder, J. R., second edition. Northfield, 1970.
SATURNINO MONTEIRO, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa,* Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1993.
SEBASTIAN MÜNSTER, *Cosmographia,* Edição do Autor. Basel, 1544.

SIBBALD DAVID SCOTT (Sir), *The British Army*, Cassell Pelter and Galpin. London, 1868.
SOUSA VITERBO, *A Armaria em Portugal*. Lisboa, 1907.
SOUSA VITERBO, *Artes e Artistas em Portugal*, Livraria Férin — Editora. Lisboa, 1920.
SOUSA VITERBO, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses*. Lisboa, ca. 1900.
STEPHEN BULL, *An Historical Guide to Arms and Armour*, Edited by Tony North. London, 1991.
STRASEN/GANDARA, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Instituto Ibero-Americano de Berlim. Lisboa, 1944.
STEPHEN V. GRANCSAY, *Arms & Armor*. New York, 1986.
Svenskka Vapenhistoriska Sallskapets Skrifter, Published by the Swedish Arms Historical Society. Stockholm, 1952.
The Metropolitan Museum of Art Bulletin, Marshall B. Davidson, 1956.
The State Armoury Museum of the Moscow Kremlin, Catálogo, 1958.
TORSTEN LENK, *Steinschloss Feuerwaffen*, Verlag Paul Parey. London, 1965.
TORSTEN LENK, *The Flintlock; its Origin and Development*, Holland Press. London, 1965.
VICENTE SEGRELLES, *História Universal das Armas*, Publicit Editora. Porto, 1979.
VIEIRA GUIMARÃES, *A Ordem de Cristo*, Imprensa Nacional de Lisboa. Lisboa, 1936.
VIGO VON MICHAELI, *Schöne alte Waffen und Rüstungen*, Gondrom Verlag. Bayreuth, 1979.
W. KEITH NEAL, *Spanish Guns and Pistols*, G. Bell and Sons, Ltd. London, 1955.
Waffen-Sammlung Kuppelmayr. München, 1895.
WALLACE B. GUSLER/JAMES D. LAVIN, *Decoreted Firearms*, The Colonial Williamsburg Foundation. Williamsburg, 1977.
WARREN MOORE, *Guns*, Grosset Dunlap Publishers. New York, 1963.
WENDELIN BOEHEIM, *Waffenkunde*, Kunsthand Buecher. Leipzig, 1890.

PUBLICAÇÕES QUIPU

Apresentam-se pela primeira vez no mercado livreiro e, muito particularmente, aos leitores. *Quipu* é um vocábulo de origem *quechua* (inca) que está ligado a uma forma particular de comunicar algo, a uma memória ancestral, que não conhecia o alfabeto. Na ausência deste, os incas compensaram-no pela utilização de quipus, que não eram mais do que pequenas cordas ligadas a uma corda principal (através de nós simples, duplos ou triplos separados por intervalos) e que tinham por finalidade transmitir alguma coisa. Inclusivamente, a cor ou a matéria das cordas também serviam para indicar um determinado significado.
Assim, da mesma forma que o quipu constituiu um legado na história evolutiva da humanidade, também é objectivo destas publicações trazer à luz do dia o conhecimento da nossa história, os seus homens, os seus feitos e tudo aquilo que de mais significativo nos deixaram: o seu exemplo e as suas obras. Todos nós somos herdeiros de algo, de uma tradição muito antiga e cabe-nos, da mesma forma, legá-la e transmiti-la àqueles que depois de nós se seguirão, independentemente das formas de comunicação ou dos códigos que se possam então utilizar na época (cordas, papiros, papel, pluma, caneta, computador...). É esse o arquivo histórico de um povo e património da sua identidade.

A primeira obra publicada por esta editora — em Maio de 97 — foi «Uma Aventura Em África» *(1ª Volta à Africa em Automóvel, realizada por um português) da autoria de Fernando Laidley.*

Próximos títulos (de Rainer Daehnhardt):

- O Segredo de D. Manuel I
- Mulheres, Armas e Coragem

Se desejar o nosso catálogo ou adquirir
alguma obra poderá fazê-lo para:

HT (Zona Sul)
Rua Rodrigues Sampaio, 77
1150 LISBOA
Telf. 352 90 08 / Fax: 315 92 59

E.C.L. (Zona Norte)
Rua D. Manuel II, 33 - 5°
4050 PORTO
Telf. (02) 600 40 01 / Fax: (02) 609 96 15

ou para a sede da Editora

Rua Maria, 48 -3°
1170 LISBOA
Telf. 812 70 97 / Fax: 815 04 01

HOMENS, ESPADAS E TOMATES

ALGUNS FEITOS HISTÓRICOS SURPREENDENTES RELATADOS NESTE LIVRO

Suleimão Paxá — um eunuco que tomou o poder — cercou, com cerca de 70 galés turcas e um exército de terra de 23 000 homens, a fortaleza de Diu, defendida por apenas 600 portugueses e enviou uma carta insultuosa ao Capitão de Diu, António da Silveira, comparando-o, e aos seus homens, com gado encurralado. Silveira enviou-lhe a seguinte resposta: "Fica a saber que aqui estão portugueses acostumados a matar muitos mouros e têm por capitão António da Silveira, que tem um par de tomates mais fortes que as balas dos teus canhões e que todos os portugueses aqui têm tomates e não temem quem os não tenha!". Após meses de lutas incessantes e a perda de milhares de homens, o turco desistiu do cerco, considerando os portugueses invencíveis. Entre os mortos e feridos do lado português, já só havia 40 guerreiros capazes de lutar quando o exército inimigo se retirou.

Um piloto português veio da Índia para Portugal num pequeno barco a remos com uma só vela, tendo o Rei D. João III mandado queimar a minúscula embarcação para não constar que uma viagem destas fosse possível.

Um português desafiou sozinho um exército turco de milhares de guerreiros para recuperar um capacete perdido que lhe tinha sido emprestado.

Cinco portugueses tomaram uma galé turca de 150 guerreiros.

Dois portugueses defenderam um baluarte em ruínas contra 700 turcos que o estavam a escalar, impedindo a sua tomada.

120 portugueses conquistaram e queimaram uma fortaleza defendida por um exército de 50.000 guerreiros.

9 789728 408015